

RELATÓRIO ANUAL 2012

volume 21





RELATÓRIO ANUAL 2012

BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2012.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Contabilidade e Orçamento
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária

Av. 25 de Setembro - BM - Sede

Telefone: (+258) 21354600/359700 Fax: 258-21-321363

C.P. 423

Internet: <http://www.bancomoc.mz>

Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 400 exemplares

ISBN 978-989-8390-07-3

Relatório Anual Ano 1 nº 1 (Dec.: 1992) - Maputo

BM/DCO-DEE-DSB 2003

Demonstrações Financeiras;

Situação Macroeconómica; Sistema Financeiro

Reg Nº 05/GABINFO/DE97

CDU336 (679) 05

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Governador **Ernesto Gove** (ao centro)

À ESQUERDA

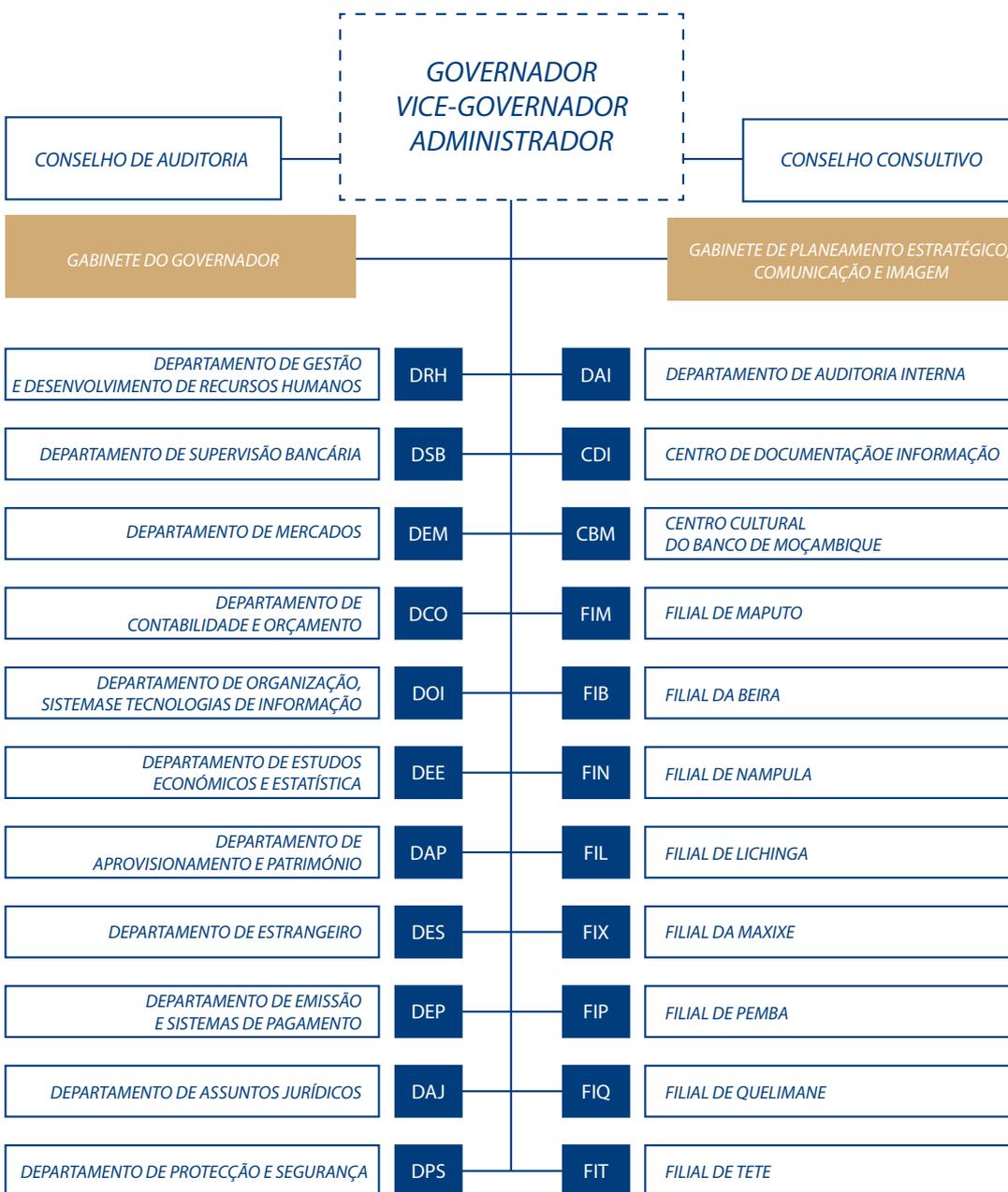
Vice - Governador **António Pinto de Abreu**
Administradora **Esselina Macome**
Administrador **Waldemar de Sousa**

À DIREITA

Administradora **Joana Matsombe**
Administrador **Victor Gomes**
Administrador **Alberto Bila**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório do Auditor Independente	6
Balanço Individual e Consolidado	8
Demonstração de Resultados - Individual e Consolidado	9
Demonstração do Rendimento Integral - Individual e Consolidado	10
Demonstração de Alterações do Capital Próprio - Consolidado	11
Demonstração de Alterações do Capital Próprio - Individual	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Individual e Consolidado	13
Notas às Demonstrações Financeiras	14

2. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1.	EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL	60
1.1.	DESEMPENHO MACROECONÓMICO	62
1.1.1.	Economias mais Desenvolvidas	62
1.1.2.	Economias de Mercados Emergentes	63
1.1.3.	África Subsaariana	65
1.2.	PREÇOS DAS MERCADORIAS	66
2.	CONJUNTURA INTERNA	69
2.1.	SECTOR REAL	69
2.1.1.	Preços	69
2.1.2.	Produto Interno Bruto	74
2.2.	FINANÇAS PÚBLICAS	76
2.2.1.	Receitas	77
2.2.2.	Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	79
2.2.3.	Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	81
2.3.	SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	82
2.3.1.	Base Monetária	83
2.3.2.	Mercados Interbancários	86
2.3.3.	Taxas de Juro	89
2.3.4.	Taxas de Câmbio	92
2.3.5.	Massa Monetária	93
2.3.6.	Crédito à Economia	96
2.4.	SECTOR EXTERNO	103
2.4.1.	Reservas Internacionais Líquidas	103
2.4.2.	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	104
2.4.3.	Balança de Pagamentos	106

A.	CONTA CORRENTE	107
A.1	Conta de Bens	108
A.2	Conta de Serviços	112
A.3	Conta de Rendimentos	113
A.4	Transferências Correntes e de Capital	114
B.	FLUXOS FINANCEIROS	115
C.	FINANCIAMENTO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS	116
D.	DÍVIDA EXTERNA	116

GRÁFICOS

Gráfico 1:	Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional	67
Gráfico 2:	Inflação Anual na Cidade de Maputo	70
Gráfico 3:	Evolução Anual do IPC Moçambique	73
Gráfico 4:	Crescimento anual do PIB (%)	74
Gráfico 5:	Estrutura das Receitas Fiscais	79
Gráfico 6:	Estrutura das Despesas Correntes – 2012	80
Gráfico 7:	Fontes de Financiamento do Investimento – 2012	81
Gráfico 8:	Fontes de Financiamento do Orçamento	82
Gráfico 9:	Evolução da BaM versus Meta	84
Gráfico 10:	Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento	84
Gráfico 11:	Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário	89
Gráfico 12:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação	90
Gráfico 13:	Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda estrangeira	90
Gráfico 14:	Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal	92
Gráfico 15:	Spreads das taxas de Câmbio	93
Gráfico 16:	Variações Anuais dos Agregados Monetários	95
Gráfico 17:	Crédito por Sector de Actividade (contribuição no saldo) – Dezembro-2012	98
Gráfico 18:	Indicadores de Monetização e dolarização da Economia	99
Gráfico 19:	Reservas Internacionais Líquidas	103
Gráfico 20:	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (variação anual).	105
Gráfico 21:	Conta Corrente vs Conta Corrente / PIB	108
Gráfico 22:	Comércio Externo	109
Gráfico 23:	Principais Rúbricas da Conta de Serviços	113
Gráfico 24:	Desembolsos de Empréstimos por Sector (USD milhões)	117

QUADROS

Quadro 1:	Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais	61
Quadro 2:	Indicadores Macroeconómicos Selec. de Países da SADC, variação anual (%)	66
Quadro 3:	Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional	67
Quadro 4:	Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual	71
Quadro 5:	Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo	72
Quadro 6:	Produto Interno Bruto na Óptica da Produção	75

Quadro 7:	Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB	76
Quadro 8:	Programa de Execução Orçamental (milhões de meticaís)	77
Quadro 9:	Programa Monetário e Realização	83
Quadro 10:	Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10 ⁶ MT	85
Quadro 11:	Operações dos Mercados Interbancários	88
Quadro 12:	Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10 ⁶ MT)	94
Quadro 13:	Comportamento do Crédito à Economia	97
Quadro 14:	Financiamento ao Sec. Privado (Fluxos inclu. os grandes projectos) - em 10 ⁶ MT	99
Quadro 15:	Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)	105
Quadro 16:	Evolução da Conta Corrente	107
Quadro 17:	Evolução da Conta Financeira (USD milhões)	116

CAIXAS

Caixa 1:	Metodologia de Compilação do Índice de Preços no Consumidor Harmonizado da Região da SADC	68
Caixa 2:	Medidas de Política Monetária Tomadas pelo Banco de Moçambique em 2012	91
Caixa 3:	Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique: Uma Abordagem do Lado da Oferta*	100

3. SISTEMA FINANCEIRO

1.	INTRODUÇÃO	121
2.	EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO	122
2.1	CONTENCIOSO	123
2.2	REGULAMENTAÇÃO	124
2.3	MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	124
2.4	STRESS TESTING	125
2.5	BASILEIA II	125
3.	DESEMPENHO DO SISTEMA BANCÁRIO	126
3.1	ESTRUTURA PATRIMONIAL	126
3.1.1	Evolução e Estrutura do Activo	126
3.1.2	Passivo	129
3.2	SOLVABILIDADE	132
3.3	RENDIBILIDADE	135

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Instituições em Actividade	122
Quadro 2:	Evolução de agências de Bancos em funcionamento	123
Quadro 3:	Quotas de Mercado	132

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 :	Evolução do activo	127
Gráfico 2:	Estrutura do activo	128
Gráfico 3:	Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional	128

Gráfico 4:	Estrutura do passivo exigível	129
Gráfico 5:	Evolução dos depósitos à ordem e a prazo	130
Gráfico 6:	Estrutura dos depósitos	131
Gráfico 7:	Estrutura dos depósitos de residentes	131
Gráfico 8:	Rácio de Solvabilidade	133
Gráfico 9:	Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade	134
Gráfico 10:	Rácio de alavancagem (Leverage ratio)	134
Gráfico 11:	Variação homóloga dos resultados e da margem financeira	135
Gráfico 12:	Estrutura dos juros e proveitos equiparados	137
Gráfico 13:	Composição da conta de resultados	137
Gráfico 14:	Rendibilidade	138
Gráfico 15:	Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)	139
Gráfico 16:	Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)	140
Gráfico 17:	Estrutura dos custos operacionais	141
Gráfico 18:	Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)	142

4. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTO

INTRODUÇÃO		148
1. COMPENSAÇÃO ELECTRÓNICA		149
1.1. Primeira Sessão		149
1.2. Segunda Sessão		150
2. BANCA ELECTRÓNICA		151
2.1. Liquidação de operações efectuadas nas redes de pagamento electrónico de retalho		151
2.2. Evolução de terminais de cartões de pagamento		151
2.3. Serviço Financeiro de Moeda Electrónica		153
3. BANCARIZAÇÃO DA ECONOMIA		153
Evolução das contas bancárias		153
4. SISTEMAS DE TRANSFERÊNCIA ELECTRÓNICA DE FUNDOS		154
4.1. Sistema de Transferências de Fundos do Estado (STF)		154
4.2. Metical em Tempo Real (MTR)		154

INDICE DE QUADROS

Quadro 1:	Documentos compensados na CEL (valores em 10 ⁶ de MT, volume em 10 ³)	149
Quadro 2:	Estudantes das devoluções na CEL por motivos	150
Quadro 3:	Distribuição de ATM's e POS's por província - Dezembro de 2012	152
Quadro 4:	Valor e volume médios por cartão	152
Quadro 5:	Evolução das contas bancárias	154



Prefácio

O Banco de Moçambique colocou no mercado cambial um total de USD 600 milhões em 2012, destacando que as Reservas Internacionais Líquidas incrementaram no período em USD 366 milhões, para um saldo de USD 2.605 milhões, equivalente, em termos de reservas brutas, a 5,7 meses de importação de bens e serviços não factoriais.

O ano de 2012 continuou a ser caracterizado por uma conjuntura internacional difícil, com riscos acentuados e considerável incerteza. A testemunhar estes factos, o crescimento económico nas economias mais desenvolvidas esteve longe das expectativas: muitos países da Zona Euro, com destaque para os do sul da Europa, viram-se forçados a empreender apertados programas de consolidação fiscal, na perspectiva de controlar as suas dívidas, com reflexos negativos no consumo e no emprego. A robustez dos últimos dois anos nas economias de mercado emergentes deu sinais evidentes de reversibilidade. A versão mais recente do World Economic Outlook, publicado pelo Fundo Monetário Internacional em Julho de 2013, confirma que o crescimento económico mundial desacelerou para 3,1% em 2012, após 3,9% em 2011, como resultado da recessão económica nos países da zona Euro, do abrandamento no crescimento económico das economias emergentes e de um crescimento moderado nos EUA. Contrastando esta tendência, os países da África subsahariana continuaram a experimentar níveis de crescimento médio praticamente idênticos aos dos anos anteriores, em redor dos 4,2%.

A generalidade dos países apresentou uma inflação mais baixa em 2012, mercê do abrandamento da procura global e de preços das matérias-primas mais favoráveis no mercado internacional, quando comparado com 2011.

A economia moçambicana manteve em 2012 uma apreciável resiliência a este ambiente internacional adverso, tendo o Produto Interno Bruto registado um crescimento real de 7,2%, sustentado pelo dinamismo que se observa na prospecção do gás natural e início de exploração do carvão mineral, associado ao bom desempenho dos sectores agrícola, de transportes e comunicações e de serviços financeiros. Este ritmo, ainda que ligeiramente inferior ao registado em 2011, está em linha com o crescimento médio que o país registou nos últimos cinco anos.

Em 2012, consolidou-se a estabilidade macroeconómica com os resultados finais de inflação nos 2,09%, após 5,46% em 2011, que espelham o esforço de coordenação das políticas fiscal-orçamental e monetário-cambial, assim como de outras políticas orientadas a estimular o crescimento e mitigar os impactos da crise financeira internacional na economia moçambicana, num ambiente sereno de adequado financiamento da economia nacional.

Com efeito, o défice público global antes de donativos reduziu para 9,1% do PIB, após 14,4% em 2011, alicerçado numa contínua melhoria da arrecadação de impostos, que passou a representar 23,8% do PIB, contra 21,2% em 2011, sem descuidar a execução orçamental criteriosa, que logrou reduzir a despesa pública em percentagem do PIB para 32,8%, após 37% em 2011.

Em face de um ambiente macroeconómico mais favorável, o Banco de Moçambique adoptou, gradualmente, uma política monetária prudente, cujos ingredientes foram a redução consistente das suas taxas de intervenção no Mercado Monetário Interbancário - com o intuito de estimular o crédito bancário ao sector privado, com taxas mais atractivas - combinada com intervenções doseadas nos mercados interbancários, seja por via dos instrumentos de regulação da liquidez, no quadro dos limites admissíveis de expansão monetária, seja ainda, por via das intervenções no mercado cambial, orientadas a satisfazer as necessidades de divisas, respeitando os compromissos existentes em matéria de reservas internacionais líquidas.

Ao longo do ano em revista, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique reviu em baixa as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) num total acumulado de 550 pontos bases, tendo esta reduzido para 9,5% em finais de 2012, após 15% no início daquele ano. Por seu turno, a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos foi reduzida em 275 pontos bases, para 2,25% no fecho do ano, enquanto o coeficiente de Reserva Obrigatória foi relaxado em 150 pontos bases, para 8,0%. Como resultado, as taxas de juro dos leilões de Bilhetes do Tesouro no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e as taxas de juro médias praticadas pelos bancos comerciais nas transacções com o público registaram uma queda notória, ainda que estas últimas mais lentas no seu processo de ajustamento.

Os indicadores da oferta monetária evoluíram em consonância com o programa financeiro desenhado, tendo o agregado mais amplo de moeda (M3) expandido para um saldo de 186.013,7 milhões de Meticais, o que representa um crescimento anual de 29.4%, alimentado por um incremento do crédito bancário ao sector privado em 25.6% e pela entrada de recursos externos na economia.

No mercado cambial, o comportamento do Metical esteve em sintonia com o objectivo de recuperar os ganhos de competitividade externa da economia, tendo a depreciação nominal acumulada no ano sido de 8,7% perante o Dólar americano e 4,52% face ao Rand sul-africano. O início da exploração de recursos naturais não renováveis tem sido acompanhado de um forte influxo de capitais, sob a forma de investimento directo estrangeiro, na economia moçambicana. Com efeito, em 2012 o valor do IDE atingiu a cifra de USD 5.218 milhões, correspondente a 37,4% do PIB, após 17% em 2011. Esta dinâmica em grande medida explica o agravamento do défice da conta corrente do país no curto prazo, para 37% do PIB em 2012, reflectindo o aumento das importações de bens de capital e de serviços especializados associados a estes empreendimentos. Isolando o efeito dos grandes projectos, o défice da conta corrente regista um aumento menos gravoso, de 13%, para USD 1.492 milhões em 2012. Outrossim, a entrada de capitais sob a forma de IDE permitiu amortecer o saldo global da balança de pagamentos, que em 2012 foi positivo em USD 372 milhões.

O Banco de Moçambique colocou no mercado cambial um total de USD 600 milhões em 2012, destacando que as Reservas Internacionais Líquidas incrementaram no período em USD 366

milhões, para um saldo de USD 2.605 milhões, equivalente, em termos de reservas brutas, a 5,7 meses de importação de bens e serviços não factoriais.

No ano em revista, o sector financeiro moçambicano continuou a evidenciar sinais de vitalidade, solidez e estabilidade. O activo total do sistema, em base consolidada cresceu 30%, traduzindo um incremento do número de agências bancárias em 45 unidades, a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais, através do aumento do número de distritos cobertos pela rede de bancos para 63 e a entrada de 33 novos operadores de microcrédito. Os indicadores de rentabilidade do sistema mantêm-se positivos, com uma evolução que reflecte o necessário ajustamento face aos investimentos realizados, comparativamente aos anos anteriores. Assim, a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se em 19,6%, após 26,5% em 2011 e a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) situou-se em 1,9%, contra 2,5% no ano anterior.

O sistema bancário moçambicano consolidou em 2012 os níveis de capitalização, tendo-se o rácio de solvabilidade posicionado acima do mínimo exigido pelos critérios de Basileia I (17,9% em finais de 2012) e o rácio de crédito malparado sido inferior a 3%. Em 2012, a supervisão bancária levou a cabo os primeiros testes de esforço a uma amostra representativa de bancos a operar no mercado, tendo os resultados sido satisfatórios, tanto em termos de liquidez como de resiliência a choques que possam afectar o balanço das instituições.

O Sistema Nacional de Pagamentos registou no período em análise um crescimento de volume e valor das transacções realizadas nos principais subsistemas, sendo de destacar a CEL (compensação electrónica) que cresceu 4,4% em volume e 11,3% em valor, o MTR (transferências por grosso em tempo real) com um crescimento de 316% em volume e 631% em valor e o STF (sistema de liquidação do Estado) com uma expansão de 54,47% em volume e 15,52% em valor.

Alguns anos após o lançamento do projecto, entrou em fase de produção piloto a ligação das instituições de crédito à rede SIMO, rede única de pagamentos electrónicos inserida na implantação da Sociedade Interbancária de Moçambique. O parque de terminais de pagamentos electrónicos registou um aumento de 10% para o caso de ATM e de 38% para os pontos de pagamento electrónico (POS), destacando a ligação destes à rede universal de pagamentos electrónicos.

No exercício económico de 2012, as contas auditadas do Banco de Moçambique apresentaram um resultado líquido positivo de 2.910,1 milhões de Meticais, essencialmente proveniente de operações financeiras.

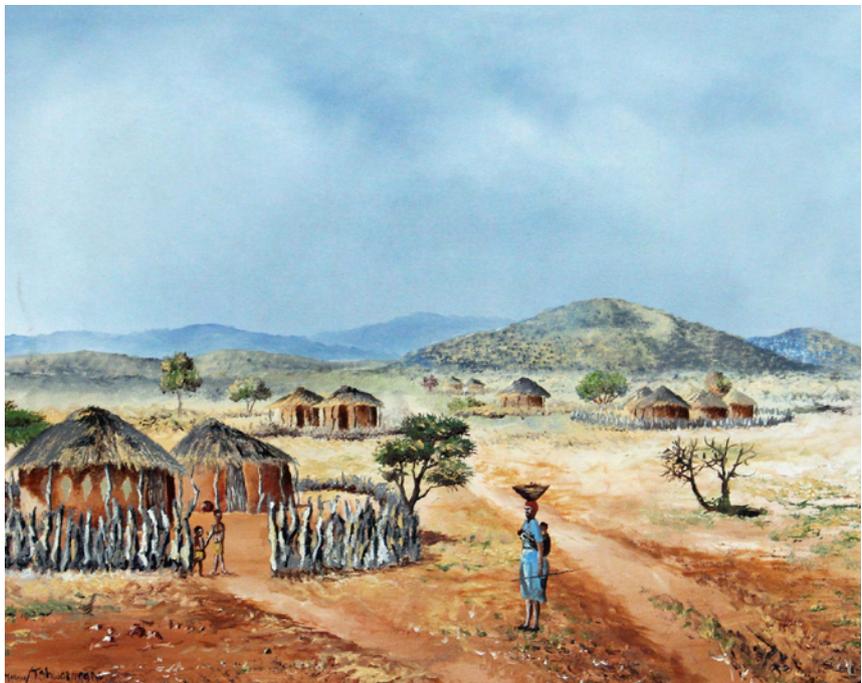
Tendo em vista melhorar as condições de trabalho dos seus colaboradores, cujo Quadro de pessoal técnico especializado aumentou em 9 trabalhadores em 2012, o Banco iniciou importantes investimentos visando a construção de novos edifícios de escritório na sua sede em Maputo e em algumas filiais provinciais.

De salientar que os resultados obtidos em 2012 espelham, também, um conjunto de factores de capital importância, como a paz, a estabilidade política e a actuação do nosso Governo nos vários domínios, que permitiram concertar esforços e otimizar as acções levadas a cabo pelo Banco de Moçambique no exercício do seu mandato.

Cumpre-me ainda enaltecer, com o merecido reconhecimento, o apoio que a nossa instituição recebeu de todos, destacando, com humildade, a dedicação e o profissionalismo dos nossos trabalhadores, a colaboração das instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no nosso mercado, os aconselhamentos que recebemos de diversos parceiros internacionais, a sensibilidade apurada da academia e a compreensão dos agentes económicos e público em geral. A todos, o meu muito obrigado!

Ernesto Gouveia Gove

Governador



autor: Malokimatlole e Tshworugano • técnica: Óleo s/tela
dimensões: 95cm x 74cm

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



autor: Rosa Passos • técnica: óleo s/tela
dimensões: 80cm x 67cm

1

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco de Moçambique é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os objectivos do Banco sejam salvaguardados e as respectivas operações e transacções executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2012 constantes das páginas 8 a 53, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Julho, e vão assinadas em seu nome por:



Joana Jacinto David Matsombe

*Administradora do Pelouro
de Supervisão e Contabilidade*





Ao Conselho de Administração
do Banco de Moçambique

Relatório de Auditoria

Auditámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anexas do Banco de Moçambique, que compreendem o balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2012, as demonstrações individuais e consolidadas de resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração do Banco de Moçambique em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei nº 1/92 de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique. O Conselho da Administração do Banco de Moçambique é ainda responsável por determinar que a base de preparação é aceitável nas circunstâncias e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido quer a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo Banco de Moçambique a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco de Moçambique. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

*PricewaterhouseCoopers, Lda. - Pestana Rovuma Hotel, Centro de Escritórios, 5.º andar,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com*

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 11875 - NUIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco de Moçambique do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com as políticas contabilísticas descritas na nota 1 das demonstrações financeiras e as disposições da Lei Orgânica do Banco de Moçambique.

Base de contabilização

Sem afectar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 1 das demonstrações financeiras que descreve a base de contabilização. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas com a finalidade descrita naquela nota e, como tal, podem não ser adequadas para outra finalidade.


Maputo, 4 de Julho de 2013

BANCO DE MOÇAMBIQUE

BALANÇO - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	INDIVIDUAL		GRUPO	
		2012	2011	2012	2011
Activos					
Moeda estrangeira	5	172,803	74,267	172,803	74,267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	6	51,678,116	39,257,737	51,820,437	39,400,559
Ouro	7	5,690,827	3,420,968	5,690,827	3,420,968
Activos financeiros detidos para negociação	8	15,574,628	13,923,562	15,574,628	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda	9	10,796,441	10,267,351	10,640,148	10,111,058
Outros activos tangíveis	10	3,681,436	2,367,372	3,728,056	2,370,947
Activos intangíveis	11	25,723	37,452	287,434	209,720
Outros activos	12	8,241,395	9,894,316	8,092,971	9,861,883
Flutuação de valores	13	11,486,696	8,461,209	11,486,696	8,461,209
Total dos activos		107,348,065	87,704,234	107,494,000	87,834,173
Passivos					
Notas e moedas em circulação	14	26,242,166	21,898,664	26,242,166	21,898,664
Depósitos de outras instituições	15	30,334,637	28,818,627	30,334,637	28,818,627
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	16	35,804,536	25,576,373	35,804,536	25,576,373
Financiamentos externos	17	5,665,657	5,163,928	5,665,657	5,163,928
Provisões	18	4,275	4,275	4,275	4,275
Responsabilidades com benefícios a empregados	19	2,406,504	2,468,891	2,406,504	2,468,891
Outros passivos	20	1,002,233	782,731	1,039,597	790,934
Total dos passivos		101,460,008	84,713,489	101,497,372	84,721,692
Capitais Próprios					
Capital	21	248,952	248,952	248,952	248,952
Reservas estatutárias	22	488,412	488,412	488,412	488,412
Reservas não distribuíveis	22	2,181,554	1,873,167	2,168,295	1,873,167
Reserva de reavaliação de justo valor	22	59,039	71,827	59,039	71,827
Resultado líquido	22	2,910,099	308,387	2,892,491	295,128
Interesses Minoritários		-	-	139,439	134,995
Total dos Capitais Próprios		5,888,057	2,990,745	5,996,628	3,112,482
Total dos passivos e capitais próprios		107,348,065	87,704,234	107,494,000	87,834,173

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

	Notas	INDIVIDUAL		GRUPO	
		2012	2011	2012	2011
Juros e rendimentos equiparados	26.1	2,252,787	1,834,086	2,263,652	1,834,086
Juros e gastos equiparados	26.2	(2,481,946)	(2,259,093)	(2,481,946)	(2,259,093)
Margem financeira	26.3	(229,159)	(425,007)	(218,293)	(425,007)
Resultados realizados em operações sobre o ouro				-	-
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		34,642	632,937	34,642	632,937
Resultados de operações de moeda estrangeira e ouro	26	6,737,087	3,359,101	6,737,087	3,359,101
Outros rendimentos operacionais	27	78,731	86,217	78,851	86,337
Total de rendimentos		<u>6,621,301</u>	<u>3,653,248</u>	<u>6,632,286</u>	<u>3,653,368</u>
Gastos com o pessoal	28	(2,567,306)	(2,259,460)	(2,585,049)	(2,267,788)
Depreciações	10	(185,487)	(204,563)	(186,595)	(204,563)
Amortizações	11	(11,986)	(21,166)	(11,986)	(21,411)
Outros gastos operacionais	29	(946,422)	(859,672)	(956,165)	(864,478)
Provisões		-	-	-	-
Total de gastos operacionais		<u>(3,711,201)</u>	<u>(3,344,861)</u>	<u>(3,739,795)</u>	<u>(3,358,240)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>2,910,099</u>	<u>308,387</u>	<u>2,892,491</u>	<u>295,128</u>
Resultado Líquido Realizado		<u>2,910,099</u>	<u>308,387</u>	<u>2,892,491</u>	<u>295,128</u>
Resultado Líquido Realizado Consolidado atribuível:					
Ao BM				2,900,793	301,380
Aos Interesses minoritários				(8,302)	(6,251)

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Nota	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	2,910,099	308,387	2,892,491	295,128
Outros rendimentos				
Alterações no justo valor - activos disponíveis para venda	(12,788)	(42,752)	(12,788)	(42,752)
Total do rendimento integral	2,897,311	265,635	2,879,703	265,635

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO – INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Consolidado	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas estatutárias	Reservas não distribuíveis	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2011		248,952	114,579	488,412	632,503	1,240,664	-	2,725,110
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2010				-	1,240,664	(1,240,664)		0
Total do rendimento integral do exercício 2011	23	-	(42,752)	-		295,128		252,376
Aumento de capital							134,995	134,995
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		248,952	71,827	488,412	1,873,167	295,128	134,995	3,112,481
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2011				-	295,128	(295,128)		-
Total do rendimento integral do exercício 2012	23	-	(12,788)	-		2,892,491		2,879,703
Aumento de capital							4,440	4,440
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		248,952	59,039	488,412	2,168,295	2,892,491	139,439	5,996,628

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE

Selva de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Umeshwari

BANCO DE MOÇAMBIQUE
 DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO – INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Montantes expressos em milhares de Meticais)

Individual	Nota	Capital	Reservas de reavaliação justo valor	Reservas estatutárias	Reservas não distribuíveis	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldos em 1 de Janeiro de 2011		248,952	114,579	488,412	632,503	1,240,664	2,725,110
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2010				-	1,240,664	(1,240,664)	0
Total do rendimento integral do exercício 2011	23	-	(42,752)	-		308,387	265,635
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		248,952	71,827	488,412	1,873,167	308,387	2,990,745
Incorporação em reservas dos resultados líquidos de 2011				-	308,387	(308,387)	-
Total do rendimento integral do exercício 2012	23	-	(12,788)	-		2,910,099	2,897,311
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		248,952	59,039	488,412	2,181,554	2,910,099	5,888,057

DIREÇÃO DE CONTABILIDADE

Salvador de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Monteiro

BANCO DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Montantes expressos em milhares de Meticais)

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	2,910,099	308,387	2,892,491	295,128
Ajustamentos para:				
Depreciações e amortizações	197,473	225,729	198,581	225,974
Varição em responsabilidades com benefícios a empregados	(62,387)	424,735	(62,387)	424,735
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais	3,045,185	958,851	3,028,685	945,837
Alterações ao nível dos activos e passivos operacionais:				
Diminuição/ (aumento) em Activos financeiro detidos para negociação	(1,651,065)	2,690,069	(1,651,066)	2,690,069
Diminuição/ (aumento) em Outros activos	1,593,685	(2,508,499)	1,709,679	(2,476,068)
(Diminuição)/ aumento em Depósitos de outras instituições	1,516,010	(713,104)	1,516,010	(713,104)
(Diminuição)/ aumento em Outros passivos	219,502	367,301	248,663	375,505
(Diminuição)/ aumento de Bilhetes de Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	10,710,869	13,631,918	10,710,869	13,631,918
Diminuição/ (aumento) da Flutuação de valores reembolsáveis pelo Estado	(3,025,486)	(11,684,235)	(3,025,486)	(11,684,235)
Fluxos líquidos gerados pelas alterações ao nível do capital circulante	9,363,515	1,783,450	9,508,670	1,824,085
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades operacionais	12,408,700	2,742,301	12,537,355	2,769,922
Fluxos de caixa de actividade de investimento				
Aquisição Activos fixos tangíveis	(1,499,574)	(248,719)	(1,543,704)	(252,538)
Aquisição Activos fixos intangíveis	(235)	(23,564)	(89,700)	(195,832)
Varição nas Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito e moeda estrangeira	(15,212,244)	(5,148,904)	(15,212,244)	(5,148,904)
Varição em Activos financeiros disponíveis para venda	(541,878)	2,260,614	(541,879)	2,260,614
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de investimento	(17,253,931)	(3,160,573)	(17,387,527)	(3,336,660)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento				
(Diminuição) / aumento de Notas e moedas em circulação	4,343,502	1,452,062	4,343,502	1,452,062
Varição nas Responsabilidades em moeda estrangeira	501,729	(1,033,791)	501,729	(1,033,791)
Entradas de realização de capital	-	-	4,444	291,288
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades de financiamento	4,845,231	418,271	4,849,675	709,559
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	-	-	(499)	142,821
Caixa e seus equivalentes no início do período *	-	-	142,821	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período *	-	-	142,322	142,821

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



BANCO DE MOÇAMBIQUE

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Meticais)

Nota 1 – Bases de Apresentação

O BM – Banco de Moçambique (Banco) é o Banco Central da República de Moçambique e tem a sua sede em Maputo, na Av. 25 de Setembro, 1695. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Julho de 2013.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em milhares de meticais e reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas em conformidade com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma, materialidade e do custo histórico, com excepção dos Activos e Passivos registados ao justo valor, nomeadamente os Activos financeiros ao justo valor através dos resultados e Activos financeiros disponíveis para venda.

Estrutura das Demonstrações Financeiras

A Lei Orgânica do Banco não determina a estrutura de apresentação das Demonstrações Financeiras que o Banco deve adoptar, excepto no que diz respeito à política de reconhecimento de valores resultantes de variação cambial não realizada, a qual é imposta no seu Artigo 14º e que está descrita na nota 2.1.1. A referida política contabilística não se encontra em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Neste contexto, o Banco optou por preparar as suas demonstrações financeiras respeitando a sua Lei Orgânica no que diz respeito a esta matéria, e de acordo com as NIRF, no que diz respeito às restantes bases de apresentação e políticas contabilísticas, uma vez que o principal propósito é reportar ao Governo de Moçambique. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIRF requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Nota 2 – Políticas Contabilísticas

2.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco são as descritas nos pontos que se seguem e são consistentes com as aplicadas no ano transacto.

2.1.1. Transacção em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor na data de relato.

Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira que são valorizados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da determinação do justo valor.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

No que respeita aos ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica - nº 1/92, de 3 de Janeiro, que determina que devem ser apresentados numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

2.1.2. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de negociação.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor ajustado de custos ou proveitos incrementais directamente atribuíveis à sua origem, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que estes valores são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- Preços de um mercado activo; ou
- Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Estes activos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

2.1.2.1. Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem as carteiras de títulos sob gestão externa que estão classificadas como detidas para negociação pelo facto de terem sido adquiridas com objectivo de venda no curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada com base no justo valor obtido do Custodiante. Os ganhos e perdas realizados resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

2.1.2.2. Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- São designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- Não se classificam como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, que é entendido como sendo o respectivo valor de cotação à data de balanço. Exceptuam-se as acções não cotadas cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que são registadas ao custo de aquisição e em que são constituídas perdas por imparidade nos casos que se justifiquem. Quando o justo valor não é obtido através de preços de um mercado activo, o justo valor estimado é baseado em fluxos de caixa descontados usando uma taxa de juro de mercado para instrumentos cujo risco de crédito e maturidade remanescente são similares.

Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas perdas por imparidade, sendo consideradas perdas permanentes apenas aquelas relativas aos instrumentos de capital.

As mais e menos valias potenciais resultantes de alterações no justo valor são reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas directamente em resultados. No momento em que os activos são vendidos, alienados ou de qualquer forma desreconhecidos, as mais ou menos valias ainda reconhecidas no capital próprio são removidas e registadas em resultados. Os dividendos de instrumentos de capitais classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício quando o direito de receber os dividendos é estabelecido.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

2.1.2.3. Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange essencialmente os créditos concedidos pelo Banco aos trabalhadores e a bancos comerciais.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção, excepto quando os créditos forem concedidos a uma taxa fora de mercado (nesse caso o Banco regista a diferença para a taxa de mercado em gastos com o pessoal). Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método do juro efectivo, e sujeitos a testes de imparidade.

2.1.2.4. Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de uma perda resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização prolongada ou significativa na sua cotação; e (ii) para títulos não cotados, crédito concedido e outros activos financeiros mensurados a custo amortizados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupos de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

Quando existe imparidade nos activos mensurados ao custo amortizado, a perda correspondente à diferença entre o valor de balanço e o valor recuperável é reconhecida em resultados do período. O valor recuperável é determinado como o valor dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados à taxa efectiva original do activo.

Quando o Banco considera que determinado activo financeiro para o qual tenha sido reconhecida uma imparidade de 100% é incobrável, este é abatido ao activo. O abate de activos financeiros é decidido pelo Conselho de Administração.

2.1.2.5. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem notas e moedas em circulação, depósitos de outras Instituições, bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado, e outros instrumentos no âmbito da política monetária, e financiamentos obtidos junto do FMI.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões consideradas incrementais à transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecida na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método do juro efectivo.

2.1.2.6. Reclassificações de instrumentos financeiros

Durante o exercício, o Banco não procedeu a qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias definidas na IAS 39.

2.1.3. Ouro

O ouro é reconhecido em balanço ao preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres. As alterações ao justo valor do ouro resultantes de alterações de preço são reconhecidas em resultados.

Os ganhos e perdas cambiais em operações sobre o ouro são reconhecidos na conta especial de flutuação de valores conforme mencionado na Nota 2.1.1.

2.1.4. Outros activos tangíveis

Os Outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui as despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos fixos tangíveis são reconhecidos como activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes para depreciar o seu custo até ao seu valor residual, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	50
Equipamento Informático	4
Veículos	4 - 5
Outros activos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos, as vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados prospectivamente se apropriado.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o Banco estima o seu valor recuperável e reconhece uma perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o valor recuperável dos referidos activos. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado pelo montante mais elevado entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os outros activos tangíveis são desreconhecidos quando são vendidos ou quando não for esperado obter benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou venda. Os ganhos e perdas gerados no desreconhecimento dos activos são reconhecidos em resultados do período.

2.1.5. Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica essencialmente os custos de aquisição de software, quando for expectável que os benefícios económicos se repercutem para além do exercício em que as despesas são realizadas.

Os activos intangíveis são amortizados de acordo com o critério das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem que, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.1.6. Caixa e equivalentes de caixa

As notas e moedas que se encontram na caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

2.1.7. Transacções com o Governo

O Banco toma, por sua conta, várias transacções em nome do Governo, nomeadamente a abertura e a manutenção de contas para projectos patrocinados. As transacções em que o Banco apenas actua como agente, não assumindo quaisquer riscos e benefícios, bem como os activos e os passivos que surgem na sequência destas transacções, não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras do Banco.

2.1.8. Custos com a produção de notas e moedas

Os custos com a produção de notas e moedas são reconhecidos na rubrica de Outros activos. No momento da emissão, são amortizados por contrapartida de resultados por um período de 3 e 5 anos, respectivamente, a contar da data da respectiva emissão.

2.1.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva; (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) pode ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.1.10. Responsabilidades com pensões de reforma

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

O fundo de pensões é gerido pela Kuhanha – Sociedade Gestora do Fundo de Pensões, SA.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefícios definido, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por um actuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos com base no método do corredor. Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados não reconhecidos no início do ano, que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são reconhecidos por um período de 18 anos (tempo de serviço médio futuro esperado dos actuais trabalhadores no activo). Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situam dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhecerá como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) menos o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) mais ou menos uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito de eventuais reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os resultados do Banco incluirão os seguintes custos relativos a responsabilidades com pensões de reforma:

- Custo do serviço corrente;
- Custo dos juros; e
- Ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.
- Os componentes acima indicados serão reconhecidos em “Custos com pessoal”.

2.1.11. Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT para o Sector Bancário Moçambicano, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos Colaboradores no activo que completem quinze, vinte e trinta anos de bom e efectivo

serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição).

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações do Tesouro Moçambicano.

2.1.12. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, utilizando o método do juro efectivo. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares, respectivamente.

O juro efectivo é o juro que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. O juro efectivo é estabelecido no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revisto subsequentemente.

Para o cálculo do juro efectivo são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos equiparados são determinados com base no juro utilizado na mensuração da perda por imparidade.

2.1.13. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante do juro efectivo de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo juro efectivo.

2.1.14. Consolidação

i. Empresas subsidiárias (IAS 27 e IAS 28)

O Banco detém, directa e indirectamente, uma participação financeira numa empresa subsidiária

(SIMO). Consideram-se empresas subsidiárias ou filiais aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a referida empresa filial encontra-se valorizada ao custo histórico.

As transacções entre empresas do grupo, saldos, receitas e despesas em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os lucros e perdas resultantes de transacções entre empresas do grupo que sejam reconhecidos nos activos são também eliminados. As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas do grupo.

Quando o Banco deixa de ter controlo de uma subsidiária, o valor contabilístico da participação é reavaliado ao justo valor na data da alienação. O valor contabilístico é reconhecido em ganhos ou perdas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

ii. Alterações nas participações em subsidiárias sem mudança de controlo

As transacções com accionistas minoritários que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital, isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários.

A diferença entre o justo valor de qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da associada é registado nos fundos próprios. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registados nos fundos próprios.

2.2. Alterações nas Normas Internacionais e Interpretações

As Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2012 e que foram consideradas na preparação destas demonstrações financeiras são as que se apresentam de seguida:

- IRFS 7 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.

As novas Normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2012, ou em data posterior, não tendo, por isso, sido aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, são as que se apresentam de seguida:

a) Normas

• IAS 1 (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício, e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras do Banco uma vez que a demonstração de rendimento integral já é apresentada em separado.

• IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras do Banco.

• IAS 19 (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• Melhoria às normas 2009 – 2011, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2009-2011 afecta as seguintes normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias serão adoptadas pelo Banco, quando aplicáveis.

• IFRS 10 (novo), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

• IFRS 11 (novo), 'Acordos conjuntos' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem

ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – ‘Regime de transição’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia.

Esta alteração clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. O Banco aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – ‘Entidades gestoras de participações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de excepção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. O Banco aplicará esta alteração no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRSs. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IAS 28 (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de Janeiro de 2014).

A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IFRS 7 (alteração), 'Divulgações – compensação de activos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projecto de "compensação de activos e passivos" do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de activos e passivos) não contabilizados, os activos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IAS 32 (alteração) 'Compensação de activos e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projecto de "compensação de activos e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter actualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. O Banco aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

b) Interpretações

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina a céu aberto, como um activo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extracção imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. O Banco aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

Nota 3 – Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração efectue certos julgamentos e faça estimativas necessárias baseadas na experiência histórica e outros factores considerados relevantes.

As estimativas e julgamentos associados são revistos numa base contínua. As revisões de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão apenas afectar esse período ou no período da revisão e em períodos subsequentes se a revisão afectar tanto o período actual como os períodos futuros.

As principais estimativas concentram-se nas seguintes áreas:

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e outros benefícios pós-emprego ou de curto prazo são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada do fundo e outros factores que podem ter impacto nos gastos e responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego.

Recuperabilidade de Outros Activos

O Banco analisa periodicamente o saldo de Outros Activos, verificando se existem indícios de imparidade de forma a determinar a necessidade de reconhecer perdas por imparidade ou não. Nesta avaliação, são utilizadas as estimativas da Administração. A determinação da recuperabilidade e exigibilidade dos outros activos requer um julgamento significativo por parte da gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados e taxas de desconto aplicáveis.

O Conselho de Administração considera que as estimativas e os julgamentos efectuados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Nota 4 – Gestão do Risco Financeiro

O Banco encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de mercado (que inclui os riscos cambiais, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro e no capital do Banco.

A gestão de riscos financeiros relacionada com a Gestão das Reservas Internacionais é conduzida pelo Departamento de Estrangeiro “DES”, sob supervisão do Comité de Gestão de Reservas Internacionais e do Conselho de Administração. O DES é o responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito, as linhas de orientação definidas pelo Conselho de Administração.

4.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Banco estão principalmente relacionadas com a gestão das Reservas Internacionais, conforme as atribuições conferidas pela Lei nº1/92 de 3 de Janeiro.

Na gestão das Reservas Internacionais, o Banco assegura a observância de boas práticas relativas aos princípios prudenciais e operacionais quanto à escolha da estrutura da carteira, composição da carteira por moedas, duration, benchmarks a ter em conta, instrumentos a transaccionar, mercados onde aplicar os seus activos e os parceiros externos a contratar.

O Conselho de Administração aprova: (i) as fontes e uso das reservas; (ii) a composição da carteira global e os critérios para a sua divisão em tranches; (iii) a maturidade média da carteira global (duration); (iv) os instrumentos financeiros elegíveis; (v) a qualidade de crédito mínima dos produtos financeiros e contrapartes; e (vi) os níveis decisórios e de responsabilidade relativamente à gestão de reservas.

O Banco faz internamente a gestão passiva de parte das suas reservas. Neste âmbito os recursos são aplicados em obrigações de tesouro do Governo dos Estados Unidos da América. O Banco não tem a intenção de manter estas obrigações até à maturidade, nem foram adquiridas com o objectivo de venda a curto prazo, pelo que foram classificadas como Activos financeiros disponíveis para venda.

O Banco contrata igualmente gestores externos para a gestão das suas reservas, tendo em conta os ratings dos gestores e normativos legais em vigor. Os activos desta carteira são adquiridos com o objectivo de venda a curto prazo e são classificados como Activos financeiros detidos para negociação.

Apenas são detidos futuros, forwards e opções para efectuar a gestão de risco das carteiras de negociação. Todos os títulos detidos nestas carteiras têm taxa fixa.

É definida uma carteira de referência (Benchmark) para efeitos de gestão da carteira global de Reservas Internacionais, tal como um Benchmark específico para a carteira gerida internamente e para cada carteira sob gestão externa. São definidos limites para os desvios face ao Benchmark. O Banco recebe mensalmente do custodiante um relatório com os breaches das regras definidas para os gestores externos. No que se refere à carteira gerida internamente, é efectuada pelo DES uma comparação diária entre a carteira e o Benchmark. Mensalmente é efectuada um rebalanceamento desta carteira.

Não obstante o Banco ter como referência os dados constantes nos relatórios recebidos pelo custodiante, o mesmo garante que o justo valor dos títulos registado é determinado de acordo com o disposto na Nota 33 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

No contexto da estratégia do Banco relativamente à utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Grupo em 31 de Dezembro de

2012, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

31-12-2012	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	172,803	-	-	172,803
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	51,820,437	-	-	51,820,437
Activos financeiros detidos para negociação	15,574,628	-	-	-	15,574,628
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	10,640,148	-	10,640,148
Outros activos	-	8,092,971	-	-	8,092,971
Total de Activos financeiros	15,574,628	60,086,212	10,640,148	-	86,300,988
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	26,242,166	26,242,166
Depósitos de outras instituições	-	-	-	30,334,637	30,334,637
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	35,804,536	35,804,536
Financiamentos externos	-	-	-	5,665,657	5,665,657
Outros passivos	-	-	-	1,039,598	1,039,598
Total de Passivos financeiros	-	-	-	99,086,593	99,086,593

O quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2011, repartidos pelas diferentes categorias da referida IAS.

31-12-2011	Activos financeiros detidos para negociação	Créditos e valores a receber	Activos Financeiros disponíveis para venda	Outros passivos Financeiros	Total
Activos financeiros					
Moeda estrangeira	-	74,267	-	-	74,267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de	-	39,400,560	-	-	39,400,560
Activos financeiros detidos para negociação	13,923,562	-	-	-	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	10,111,058	-	10,111,058
Outros activos	-	9,861,885	-	-	9,861,885
Total de Activos financeiros	13,923,562	49,336,712	10,111,058	-	73,371,332
Passivos financeiros					
Notas e moedas em circulação	-	-	-	21,898,664	21,898,664
Depósitos de outras instituições	-	-	-	28,818,627	28,818,627
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	25,576,373	25,576,373
Financiamentos externos	-	-	-	5,163,928	5,163,928
Outros passivos	-	-	-	790,934	790,934
Total de Passivos financeiros	-	-	-	82,248,526	82,248,526

4.2. Risco de Crédito

4.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Banco assume na sua actividade um determinado nível de exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. A Administração regula criteriosamente a exposição do Banco ao risco de crédito e risco-país, estabelecendo: (i) classificações de crédito mínimas (ratings) por cada tipo de instrumento elegível, (ii) prazos máximos por rating para os depósitos a prazo, (iii) limites de concentração por rating das contrapartes, (iv) limites de concentração por país e (v) limites de risco por emissor os quais são revistos anualmente. O DES verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

Para a gestão e aplicação das reservas internacionais, a Administração define igualmente quais as entidades externas habilitadas a prestar estes serviços.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Banco a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente nas disponibilidades e aplicações sobre outras instituições de crédito, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

4.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 era como se segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	51,678,116	39,257,737	51,820,438	39,257,737
Activos financeiros detidos para negociação	15,574,628	13,923,562	15,574,628	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda	10,535,092	10,020,698	10,535,092	10,020,698
Outros activos	8,241,397	7,482,950	8,241,397	7,482,950
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:				
Garantias e avales	-	177,716	-	177,716
Créditos documentários abertos	-	375,396	-	375,396
A 31 de Dezembro	86,029,233	71,484,712	86,171,555	71,484,712

4.2.3. Qualidade de activos financeiros

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, da qualidade de crédito das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito de activos financeiros detidos para negociação e de activos financeiros disponíveis para venda não vencidos nem em imparidade:

31.12.2012

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	3,848,412	4,089,003	6,035,092	-	13,972,507
AA- a AA+	11,479,347	3,805,642	-	-	15,284,989
A- a A+	34,678,547	3,850,978	-	-	38,529,525
Menor que A-	63,203	3,829,005	-	-	3,892,208
Sem rating	1,608,608	-	4,500,000	8,241,397	14,350,005
Total	51,678,116	15,574,628	10,535,092	8,241,397	86,029,233

31.12.2011

	Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros activos	Total
AAA	21,207	3,637,063	5,520,698	-	9,178,968
AA- a AA+	13,913,100	3,398,562	-	-	17,311,662
A- a A+	24,812,604	3,452,028	-	-	28,264,632
Menor que A-	510,440	3,435,779	-	-	3,946,219
Sem rating	386	130	4,500,000	7,482,950	11,983,466
Total	39,257,736	13,923,562	10,020,698	7,482,950	70,684,947

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A Administração define limites de concentração por prazos de maturidade, os quais são revistos anualmente. O Departamento Estrangeiro (DES) verifica numa base diária o cumprimento dos limites.

O Banco subdivide a sua carteira global de Reservas Internacionais em três tranches, definidas de acordo com os motivos que justificam a manutenção das reservas internacionais e a sua procura potencial, nomeadamente:

- Tranche de Fundo de Maneio, destinado a atender às necessidades mensais de liquidez estimadas para transacções correntes e potenciais intervenções no mercado cambial;
- Tranche de Liquidez, destinada a atender às necessidades estimadas de liquidez para cobertura de 1 a 3 meses de importações de bens e serviços e o serviço da dívida pública orçamentado para o ano em causa (maturidade até 1 ano);
- Tranche de Investimento, destinada a atender às necessidades de médio e longo prazo e a contingências em períodos de crise. É constituída por qualquer excesso das reservas sobre as Tranches de Fundo de Maneio e Liquidez, no seu conjunto.

São definidos limites mínimos e máximos para as Tranches do Fundo de Maneio e Liquidez.

A gestão do risco de liquidez é elaborada com base em projecções de fluxos de caixa e através da verificação do cumprimento de limites.

A maturidade média de todos os activos que compõem a carteira, ponderada pelo respectivo valor de mercado (duration) da carteira de Reservas Internacionais, não poderá, em média, ser superior a 1 ano.

Em 31 de Dezembro 2012, a Tranche de Liquidez apresenta uma concentração das aplicações em instituições com ratings AAA, AA, AA- e A+.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros e ouro do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações.

Note-se que o quadro apresenta apenas os activos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, uma vez que são estes que geram risco de liquidez para o Banco.

31 de Dezembro de 2012

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	172,916	-	-	-	-	-	-	172,916
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	51,678,058	-	-	-	-	-	51,678,058
Ouro	-	-	-	-	-	-	5,690,257	5,690,257
Activos financeiros detidos para negociação	225,005	1,263,970	3,683,961	8,908,647	1,232,193	237,255	136,839	15,687,870
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5,984,195	-	-	-	261,349	6,245,544
Outros activos	-	-	-	-	-	-	612,130	612,130
Total activos financeiros e Ouro	397,921	52,942,028	9,668,156	8,908,647	1,232,193	237,255	6,700,575	80,086,774
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	73	-	-	-	-	-	-	73
Depósitos de outras instituições de crédito	4,331,331	-	-	-	-	-	-	4,331,331
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,693,173	-	5,693,173
Outros passivos	584,363	-	-	-	-	-	-	584,364
Total passivos financeiros	4,915,767	-	-	-	-	5,693,173	-	10,608,941

31 de Dezembro de 2011

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem prazo	Total
Activos Financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	74,380	-	-	-	-	-	-	74,380
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	38,845,865	411,814	-	-	-	-	-	39,257,679
Ouro	-	-	-	-	-	-	3,420,398	3,420,398
Activos financeiros detidos para negociação	1,103,792	862,341	3,496,937	8,431,912	121,596	-	28,008	14,044,585
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5,503,104	-	-	-	246,653	5,749,757
Outros activos	-	554,638	4,568	132,179	75,000	337,617	490,855	1,594,857
Total activos financeiros e Ouro	40,024,037	1,828,793	9,004,608	8,564,091	196,596	337,617	4,185,912	64,141,655
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	73	-	-	-	-	-	-	73
Depósitos de outras instituições de crédito	4,223,169	-	-	-	-	-	-	4,223,169
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,185,511	-	5,185,511
Outros passivos	650,083	-	-	-	-	-	-	650,083
Total passivos financeiros	4,873,326	-	-	-	-	5,185,511	-	10,058,837

4.4. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio.

O Banco assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos do mercado.

4.4.1. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os fluxos de caixa de um instrumento financeiro devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Aplicações sobre instituições de crédito, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e os passivos financeiros estão sujeitos a risco de taxa de juro.

Os quadros seguintes resumem a exposição do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 respectivamente.

31 de Dezembro de 2012

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	172,803	172,803
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	-	51,820,437	-	-	-	-	-	51,820,437
Activos financeiros detidos para negociação	225,005	1,301,718	3,646,356	8,908,647	1,232,193	237,255	23,455	15,574,628
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5,878,799	4,500,000	-	-	-	10,640,148
Outros activos	-	-	5,000,000	-	-	-	-	8,092,971
Total activos financeiros	225,005	53,122,155	14,525,154	13,408,647	1,232,193	237,255	3,550,577	86,300,988
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	26,242,166	26,242,166
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	30,334,637	30,334,637
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	33,535,982	-	-	-	-	33,573,582
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,665,657	-	5,665,657
Outros passivos	1,039,598	-	-	-	-	-	-	1,039,598
Total passivos financeiros	1,077,198	-	33,535,982	-	-	5,665,657	56,576,803	96,855,638

31 de Dezembro de 2011

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos financeiros								
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	74,267	74,267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	23,450,631	411,814	-	-	-	-	15,538,113	39,400,558
Activos financeiros detidos para negociação	-	305,455	980,053	11,096,791	697,143	21,226	822,894	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5,364,405	4,500,000	-	-	-	10,111,058
Outros activos	-	1,433,586	5,504,568	132,179	75,000	337,617	-	9,861,885
Total activos financeiros	23,450,631	2,150,855	11,849,026	15,728,970	772,143	358,843	19,060,862	73,371,330
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	-	-	-	-	-	-	21,898,664	21,898,664
Depósitos de outras instituições	-	-	-	-	-	-	28,818,627	28,818,627
Bilhetes de tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	37,600	-	25,538,773	-	-	-	-	25,576,373
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,163,928	-	5,163,928
Outros passivos	790,934	-	-	-	-	-	-	790,934
Total passivos financeiros	828,534	-	25,538,773	-	-	5,163,928	50,717,289	82,248,526

O Banco gere o seu risco de taxa de juro estabelecendo benchmarks para as carteiras geridas externa e internamente, incluindo uma definição de duration por cada tranche da carteira das reservas internacionais.

Para os gestores externos, o Banco estabeleceu igualmente limites de exposição por instrumento e desvio da duration sobre o benchmark, tal como limites de perdas em relação ao benchmark (stop loss).

Em 31 de Dezembro de 2012, o efeito nos resultados e capitais próprios do Banco de uma variação de +/- 25 pontos básicos na taxa de juro é de 9.728 milhares de meticais (2011: 11.899 milhares de meticais) e 9.492 milhares de meticais (2011: 75.875 milhares de meticais), respectivamente.

4.4.2. Risco cambial

O risco cambial deriva de transacções com activos e passivos denominados em moeda estrangeira. As disponibilidades, aplicações e recursos de instituições de crédito, ouro, títulos, financiamentos externos e outros saldos em moeda estrangeira expõem o Banco a risco cambial, ainda que em última análise o risco seja do Estado conforme explicado no parágrafo seguinte. O Banco gere este risco colocando limites à composição da carteira das Reservas Internacionais por cada moeda. A Administração aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Decorrente da alteração da política contabilística, em 2011, mencionada na nota 2.1.1 - Transacção em moeda estrangeira, o Banco aplica o disposto no Artigo 14º da Lei Orgânica. Neste contexto, os ganhos e perdas provenientes de reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda

estrangeira são apresentados numa conta de flutuação de valores, não tendo qualquer impacto nos resultados e capitais próprios do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como segue:

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	149,452	4,431	328	18,571	-	21	172,803
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	58	20,452,980	5,719,738	2,823,585	9,328,189	-	13,353,566	51,678,116
Ouro	-	-	-	-	-	-	5,690,827	5,690,827
Activos financeiros detidos para negociação	-	11,485,625	4,089,003	-	-	-	-	15,574,628
Activos financeiros disponíveis para venda	4,731,587	6,064,854	-	-	-	-	-	10,796,441
Outros activos	7,584,284	502,153	13,202	49,565	91,868	-	325	8,241,397
Total	12,315,930	38,655,064	9,826,374	2,873,477	9,438,627	(0)	19,044,739	92,154,212
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	26,242,093	(1)	-	-	74	-	-	26,242,166
Depósitos de outras instituições de crédito	25,978,093	2,487,977	1,562,164	10,212	190,814	-	105,376	30,334,637
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	35,804,536	-	-	-	-	-	-	35,804,536
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,665,657	-	5,665,657
Outros passivos	309,285	349,701	80,715	261,435	1,141	-	(43)	1,002,233
Total	88,334,008	2,837,677	1,642,879	271,647	192,030	5,665,657	105,333	99,049,230
Posição global operacional	(76,018,078)	35,817,387	8,183,496	2,601,829	9,246,597	(5,665,657)	18,939,407	(6,895,019)

Em 31 de Dezembro de 2011 os activos e os passivos do Banco denominados em moeda nacional e estrangeira apresentam-se como segue:

Em 31 de Dezembro 2011

	Metical	USD	EUR	GBP	ZAR	SDR	Outras	Total
Activos financeiros e Ouro								
Moeda estrangeira	-	52,635	4,078	287	17,248	-	19	74,267
Disponibilidades e aplicações sobre instituições de crédito	142,880	18,160,309	6,987,087	2,440,206	5,902,300	-	5,767,777	39,400,559
Ouro	-	-	-	-	-	-	3,420,968	3,420,968
Activos financeiros detidos para negociação	-	10,286,500	3,637,063	-	-	-	-	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda	4,515,395	5,595,662	-	-	-	-	-	10,111,058
Outros activos	9,496,337	361,655	718	3,165	11	-	-	9,861,886
Total	14,154,612	34,456,761	10,628,946	2,443,658	5,919,559	-	9,188,764	76,792,299
Passivos financeiros								
Notas e moedas em circulação	21,898,664	-	-	-	-	-	-	21,898,664
Depósitos de outras instituições de crédito	24,595,458	3,065,673	883,920	9,007	179,698	-	84,870	28,818,627
Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Governo e outros instrumentos monetários	25,576,373	-	-	-	-	-	-	25,576,373
Financiamentos externos	-	-	-	-	-	5,163,928	-	5,163,928
Outros passivos	150,136	555,723	161,872	6,035	35,192	(118,571)	549	790,934
Total	72,220,630	3,621,397	1,045,792	15,041	214,890	5,045,357	85,419	82,248,526
Posição global operacional	(58,066,018)	30,835,364	9,583,154	2,428,617	5,704,669	(5,045,357)	9,103,345	(5,456,227)

Nota 5 – Moeda Estrangeira

Esta rubrica decompõe-se conforme se segue:

Moeda	GRUPO		INDIVIDUAL	
	2012	2011	2012	2011
CAD	20	18	20	18
CHF	1	1	1	1
EUR	4.431	4.078	4.431	4.078
GBP	328	287	328	287
USD	149.452	52.635	149.452	52.635
ZAR	18.571	17.248	18.571	17.248
			-	-
	172.803	74.267	172.803	74.267

Nota 6 – Disponibilidades e Aplicações sobre Instituições de Crédito

Quanto à sua natureza, as disponibilidades e aplicações sobre Instituições de crédito analisam-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades sobre instituições de crédito				
Depósitos à ordem	8,438,204	10,767,439	8,580,526	10,910,261
Aplicações sobre instituições de crédito				0
Depósitos a prazo	43,180,678	28,448,096	43,180,678	28,448,096
Juros a receber	59,234	42,202	59,234	42,202
	51,678,116	39,257,737	51,820,438	39,400,559

Em 31 de Dezembro de 2012, a taxa de juro máxima e mínima para aplicações é de 5,60% a 0,05% (2011: 6,90% a 0,16%), respectivamente.

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são compostas maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão considera-se que o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

Nota 7 – Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Ouro em moedas e barras				
No Estrangeiro	5.690.827	3.420.968	5.690.827	3.420.968
	5.690.827	3.420.968	5.690.827	3.420.968

À data de 31 de Dezembro de 2012, as reservas de ouro, de aproximadamente 115.189 onças (2011: 80.189), foram avaliadas em USD 191.269.127 (2011: USD 125.264.311), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos, à data de final do ano, no Mercado de Ouro de Londres.

Nota 8 – Activos financeiros detidos para negociação

Referem-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em activos especificamente estipulados no acordo. Os honorários variam entre os 0,10 e 0,18 por cento do valor de mercado da carteira.

Esta rubrica analisa-se como se segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado
31.12.2012				
Caixa e disponibilidades	288,010	263,973	288,010	263,973
Obrigações do Tesouro	9,955,953	9,861,278	9,955,953	9,861,278
Obrigações de outros emitentes	4,389,541	4,452,019	4,389,541	4,452,019
Outros	759,537	997,356	759,537	997,356
Total	15,393,041	15,574,626	15,393,041	15,574,626
31.12.2011				
Caixa e disponibilidades	28,164	28,007	28,164	28,007
Obrigações do Tesouro	8,744,300	8,649,693	8,744,300	8,649,693
Obrigações de outros emitentes	3,757,835	3,775,779	3,757,835	3,775,779
Outros	665,231	1,470,081	665,231	1,470,081
Total	13,195,530	13,923,560	13,195,530	13,923,560

Nota 9 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Instrumentos de Dívida				
Títulos não cotados				
De emissores residentes				
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4,500,000	4,500,000	4,500,000	4,500,000
Juros de Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	-	-	-
Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano	-	-	-	-
De emissores não residentes				
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,035,092	5,520,698	6,035,092	5,520,698
	10,535,092	10,020,698	10,535,092	10,020,698
Instrumentos capital				
Títulos não cotados				
De emissores não residentes				
Acções	90,056	74,964	90,056	74,964
De emissores residentes				
Acções	171,293	171,689	15,000	15,395
	261,349	246,653	105,056	90,359
Activos disponíveis para venda	10,796,441	10,267,351	10,640,148	10,111,058

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

31.12.2012

	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4,500,000	4,500,000	4,500,000	0	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		6,035,092	5,484,045	551,047	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank		90,056	11,574	78,482	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15,000	15,000	0	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique		156,293	156,293	0	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	0	(534)
Activos disponíveis para venda		10,796,441	10,167,446	629,529	(534)

31.12.2011

	Valor Nominal	Valor de Balanço - Justo Valor	Valor de Aquisição	Valias	Imparidade
Instrumentos de dívida					
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano (8%)	4,500,000	4,500,000	4,500,000	0	-
Obrigações do Tesouro dos EUA		5,520,698	5,484,045	36,653	-
Acções					
ao justo valor					
Afreximbank		74,964	11,574	63,390	-
ao custo					
Kuhanha - Sociedade Gestora do Fundo de Pensões SA		15,000	15,000	0	-
Simo - Sociedade Interbancária de Moçambique		156,689	156,689	0	-
S.M.A.G.B - Sociedade Moçambicana de Administração e Gestão de Bens, SARL		-	534	0	(534)
Activos disponíveis para venda		10,267,351	10,167,842	100,043	(534)

As Obrigações do Tesouro do Estado Moçambicano representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

Desde 2008, em virtude da revisão dos termos contratuais, os títulos passaram a ter um prazo de maturidade de um ano, tacitamente renovável e remunerados a uma taxa de juro de 8%. O justo valor destas obrigações aproxima-se do valor nominal em 31 de Dezembro de 2012.

Os investimentos em acções não cotadas e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, são mensurados ao custo de aquisição, o qual ascende a 171.689 milhares de meticais, e manteve-se inalterado em 31 de Dezembro de 2012. Nas contas do consolidadas, a SIMO é consolidada.

Em 31 de Dezembro 2012, os Bilhetes de Tesouro do Estado Moçambicano foram apresentados na rubrica Outros activos uma vez que os activos cumprem com a definição de Empréstimos e Outros valores a receber. Trata-se de activos reconhecidos inicialmente durante o exercício de 2011. Ver nota 12.4 – Acordos de recompra.

No período em análise, não foram reconhecidas perdas de imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em resultados.

Nota 10 – Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis para o Banco, durante o exercício de 2012, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1,602,102	436,773	1,802	326,695	2,367,372
Adições	553	190,844		1,308,177	1,499,574
Abates	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(42,801)	(142,436)	(273)	-	(185,510)
Valor líquido final	1,559,854	485,181	1,528	1,634,872	3,681,436
A 31 Dezembro 2012					
Custo	1,930,090	1,357,367	5,249	1,634,872	4,927,579
Depreciações acumuladas	(370,236)	(872,186)	(3,721)	-	(1,246,143)
Valor líquido	1,559,854	485,181	1,528	1,634,872	3,681,436

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis para o Grupo, durante o exercício de 2011, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1,627,230	450,709	1,714	243,564	2,323,217
Adições	-	165,258	330	83,131	248,719
Abates	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(25,128)	(179,194)	(242)	-	(204,564)
Valor líquido final	1,602,102	436,773	1,802	326,695	2,367,372
A 31 Dezembro 2011					
Custo	2,031,862	1,216,218	5,249	326,695	3,580,024
Depreciações acumuladas	(429,760)	(779,445)	(3,447)	-	(1,212,652)
Valor líquido	1,602,102	436,773	1,802	326,695	2,367,372

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis para o Grupo, durante o exercício de 2012, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1,602,102	438,368	1,802	328,675	2,370,947
Adições	33,459	195,251	-	1,315,017	1,543,726
Abates	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(43,338)	(143,006)	(273)	-	(186,618)
Valor líquido final	1,592,223	490,613	1,529	1,643,691	3,728,055
A 31 Dezembro 2012					
Custo	1,962,996	1,363,369	5,249	1,643,692	4,975,307
Depreciações acumuladas	(370,773)	(872,757)	(3,721)	-	(1,247,251)
Valor líquido	1,592,223	490,612	1,528	1,643,692	3,728,056

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis para o Grupo, durante o exercício de 2011, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento	Património Artístico	Activos tangíveis em Curso	Total
Valor líquido de início do ano	1,627,230	450,709	1,714	243,565	2,323,218
Adições	-	167,097	330	85,110	252,537
Abates	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	(25,128)	(179,437)	(243)	-	(204,808)
Valor líquido final	1,602,102	436,774	1,802	326,696	2,370,947
A 31 Dezembro 2011					
Custo	2,031,862	1,218,058	5,250	328,675	3,583,845
Depreciações acumuladas	(429,760)	(779,690)	(3,448)	-	(1,212,898)
Valor líquido	1,602,102	438,368	1,802	328,675	2,370,947

Nota 11 – Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	INDIVIDUAL	GRUPO
Valor líquido de início do ano	37,452	209,720
Adições	234	89,676
Abates	-	-
Amortização do exercício	(11,963)	(11,963)
Valor líquido final	25,722	287,433
A 31 Dezembro 2012		
Custo	236,785	498,495
Amortizações acumuladas	(211,062)	(211,062)
Valor líquido	25,723	287,433

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	INDIVIDUAL	GRUPO
Valor líquido de início do ano	35,054	207,322
Adições	23,560	23,564
Abates	-	-
Amortização do exercício	(21,166)	(21,166)
Valor líquido final	37,452	209,720
A 31 Dezembro 2011		
Custo	236,551	408,819
Amortizações acumuladas	(199,099)	(199,099)
Valor líquido	37,452	209,720

Nota 12 – Outros Activos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Devedores estrangeiros	119	114,838	119	114,838
Empréstimos ao pessoal	12.1 907,239	698,071	907,239	698,071
Empréstimos sobre terceiros (recursos consignados)	5,032	7,952	5,032	7,952
Cheques em processo de liquidação	475,392	306,460	475,392	306,460
Custos com produção de notas e moedas	12.2 1,383,910	1,107,818	1,383,910	1,107,818
Economato	16,015	19,627	16,015	19,627
Outros devedores	12.3 452,304	2,104,655	303,880	2,072,222
Acordos de recompra	12.4 10,927	44,438	10,927	44,438
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	12.5 5,000,000	5,500,000	5,000,000	5,500,000
Valor bruto de Outros activos	8,250,938	9,903,859	8,102,516	9,871,426
Perdas de imparidade	(9,543)	(9,543)	(9,543)	(9,543)
Valor líquido de Outros activos	8,241,395	9,894,316	8,092,973	9,861,883

As perdas de imparidade referem-se à rubrica dos “Outros devedores” e não existem quaisquer movimentos na imparidade durante os exercícios de 2012 e 2011.

Com excepção dos empréstimos ao pessoal, os activos financeiros incluídos nesta rubrica são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte aproxima-se do justo valor.

12.1. Empréstimos ao pessoal

De acordo com o ACT, o Banco atribui aos seus Colaboradores empréstimos à habitação e para outras finalidades.

12.2. Custos com a produção de notas e moedas

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Notas e moedas emitidas	306,027	260,003	306,027	260,003
Notas e moedas não emitidas	1,077,883	847,815	1,077,883	847,815
	1,383,910	1,107,818	1,383,910	1,107,818

12.3. Outros devedores

O saldo dos outros devedores corresponde a valores a receber das seguintes entidades: Estado (juros a receber referentes a Obrigações de Tesouro o valor de 150.000 milhares de meticaís), Sociedade de Notícias, SIMO, Fundo de pensões e outros menos significativos. Nas contas consolidadas os saldos com a SIMO são eliminados.

12.4. Acordos de recompra

Os acordos de recompra são facilidades overnight concedidos a bancos comerciais para cobrir faltas temporárias de liquidez.

12.5. Créditos e adiantamentos concedidos ao governo

Referem-se aos fundos de curto prazo concedidos ao governo pela utilização dos bilhetes de tesouro emitidos no mercado (Nota 16).

Nota 13 – Flutuação de Valores

Os ganhos e perdas provenientes da reavaliação cambial não realizadas das posições activas e passivas em moeda estrangeira, são reconhecidos numa conta da posição financeira (conta especial de flutuação de valores).

	<u>INDIVIDUAL</u>	<u>GRUPO</u>
Flutuação de Valores - saldo inicial	8,461,209	8,461,209
Variações Cambias não realizadas no exercício	3,025,487	3,025,487
Flutuação de Valores - saldo final	11,486,696	11,486,696

Adicionalmente, apresentamos abaixo o impacto para o Banco da adoção da Lei Orgânica em detrimento das IFRS, no que respeita a esta matéria.

Contas em conformidade com as IFRS

	2012	2011
Resultado do Exercício	(115,388)	(11,375,846)
Variações Cambias não realizadas no resultado	(3,025,487)	(11,684,233)
Capitais Próprios	(5,598,629)	(5,470,465)
Conta de Flutuação de Valores - Acumulado	-	-

Contas em conformidade com a lei orgânica

	2012	2011
Resultado do Exercício	2,910,099	308,387
Variações Cambias não realizadas no resultado	-	-
Capitais Próprios	5,888,067	2,990,745
Conta de Flutuação de Valores - Acumulado	11,486,696	8,461,209

Impacto

	2012	2011
Resultado do Exercício	3,025,487	11,684,233
Variações Cambias não realizadas no resultado	3,025,487	11,684,233
Capitais Próprios	11,486,696	8,461,209
Conta de Flutuação de Valores - Acumulado	(11,486,696)	(8,461,209)

Nota 14 – Notas e Moedas em Circulação

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Notas	31.990.623	29.372.873	31.990.623	29.372.873
Moedas	751.023	695.716	751.023	695.716
Notas e Moedas no Banco	(2.621.503)	(3.113.474)	(2.621.503)	(3.113.474)
Notas e Moedas Inutilizadas	(3.877.977)	(5.056.451)	(3.877.977)	(5.056.451)
	26.242.166	21.898.664	26.242.166	21.898.664

As notas e moedas que se encontravam na caixa do Banco à data de balanço foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

O quadro seguinte apresenta o valor de notas e moedas da antiga família e da nova família que se encontram em circulação em 31 de Dezembro 2012 e 2011:

Notas e Moedas em Circulação (fora do Banco)	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Notas - Antiga Família	223,823	226,351	223,823	226,351
Moedas - Antiga Família	78,962	83,812	78,962	83,812
	302,785	310,163	302,785	310,163
Notas - Nova Família	25,290,719	21,006,340	25,290,719	21,006,340
Moedas - Nova Família	648,662	582,161	648,662	582,161
	25,939,381	21,588,501	25,939,381	21,588,501

As notas e moedas da antiga família podem ser trocadas junto do Banco no exercício de 2013.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro; e
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidas às instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoeado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2012, o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a 32.741.646 milhares de Meticais (2011: 30.068.589 milhares de Meticais) e as reservas cambiais ascendiam a 51.645.580 milhares de Meticais (2011: 56.579.706 milhares de Meticais).

Nota 15 – Depósitos De Outras Instituições

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos em moeda nacional:				
Estado		12,099,059	12,099,059	12,961,476
Instituições financeiras	15.1	13,681,382	13,681,382	11,479,103
Credores por recursos consignados	15.2	6,392	6,392	6,392
Outros		185,901	185,901	127,586
			0	0
Depósitos em moeda estrangeira:				
Estado		3,119,406	3,119,406	3,202,213
Instituições financeiras	15.1	1,162,430	1,162,430	933,331
Credores por recursos consignados	15.3	79,362	79,362	107,925
Depósitos de caução		452	452	452
Outros		253	253	149
		30,334,637	30,334,637	28,818,627

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros. Os depósitos são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado próximo do justo valor.

15.1. Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais junto do Banco de Moçambique.

15.2. Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos beneficiários destes programas de financiamento.

15.3. Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

Nota 16 – Bilhetes do Tesouro Emitidos em Nome do Estado e Instrumentos Monetários

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		INDIVIDUAL		GRUPO	
		2012	2011	2012	2011
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado	16.1	22,183,731	20,391,909	22,183,731	20,391,909
Facilidades permanentes de depósitos		13,138,100	4,163,500	13,138,100	4,163,500
Juros a pagar		482,705	1,020,964	482,705	1,020,964
		35,804,536	25,576,373	35,804,535	25,576,373

16.1. Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três, seis meses e 1 ano.

Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo.

Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado, a pedido deste, à mesma taxa de juro praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Estado. Por esta razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor. A taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro variou ao longo do ano entre 2,4% e 11,85%.

O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a 39.218.000 milhares de meticais. Note-se que os Bilhetes de Tesouro são vendidos a desconto, razão pela qual o seu valor nominal ser superior ao seu valor de mercado.

Nota 17 – Financiamentos Externos

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresenta a seguinte decomposição:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Passivos				
Direitos especiais de saque				
<i>Poverty reduction and growth facility (PRGF)</i>	4,991,313	4,549,431	4,991,313	4,549,431
<i>Extended credit facility (ESF)</i>	327,807	359,731	327,807	359,731
	5,209,697	4,748,480	5,209,697	4,748,480
Activos	10,528,817	9,657,642	10,528,817	9,657,642
Direitos especiais de saque	4,863,160	4,493,714	4,863,160	4,493,714
Total	5,665,657	5,163,928	5,665,657	5,163,928

O PRGF e ESF são financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento e ao abrigo da crise financeira internacional, respectivamente. Os financiamentos estão denominados em Direitos Especiais de Saque (SDR). Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco e os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

A alocação de direitos especiais de saque (valor a pagar ao FMI) representa SDR 108.838.056 (4.991.313 milhares de meticais).

Os direitos especiais de saque – activo representam a quota de Moçambique no FMI. O valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor.

Nota 18 – Provisões

As provisões são constituídas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.

Nota 19 – Responsabilidades com Benefícios a Empregados

19.1. Responsabilidades por pensões

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões a 31 de Dezembro 2012 e 2011 são:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Pressupostos financeiros				
Taxa desconto	11.76%	14.50%	11.76%	14.50%
Taxa crescimento dos salários	10.00%	11.80%	10.00%	11.80%
Taxa crescimento das pensões	7.00%	11.80%	7.00%	11.80%
Taxa de rendimento	11.76%	14.50%	11.76%	14.50%
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64	PF 60/64
Data de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma	À idade de reforma
% casados	70%	70%	70%	70%

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação de 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis). Para a atribuição de pensão de reforma por velhice, foi determinado com o pressuposto de que as mulheres reformam na data em que completam 55 anos de idade e 60 anos de idade para os homens.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Activos	924	868	941	881
Reformados e pensionistas	443	434	443	434
	1.367	1.302	1.384	1.315

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos a ordem	119,097	7,466	119,097	7,466
Depósitos a prazo	3,758,110	2,853,665	3,758,110	2,853,665
Bilhetes de Tesouro	0	184,500	0	184,500
Obrigações de Tesouro	1,483,669	1,483,669	1,483,669	1,483,669
Obrigações privadas	1,416,585	1,538,158	1,416,585	1,538,158
Activos fixos tangíveis de investimentos	781,878	535,971	781,878	535,971
Participações financeiras	309,933	242,330	309,933	242,330
Outros	235,463	163,348	235,463	163,348
Valores a pagar	-63,050	-38,458	-63,050	-38,458
	8,041,685	6,970,648	8,041,685	6,970,648

Os investimentos em activos fixos tangíveis são compostos, principalmente, pelos investimentos no Millennium Park e Edifício 24 e as participações financeiras são compostas, principalmente, por acções da entidade Constellation. A rentabilidade destes activos depende dos fluxos de caixa futuros que estas entidades consigam gerar.

A rubrica valores a pagar refere-se principalmente a impostos que serão liquidados em 2012.

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de financiamento reportáveis a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Valor actual responsabilidades serviços passados	13,960,019	10,361,605	13,960,019	10,361,605
Valor do Fundo de Pensões	(8,041,685)	(6,970,648)	(8,041,685)	(6,970,648)
(Excesso)/défice de Financiamento	5,918,334	3,390,957	5,918,334	3,390,957
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	(3,691,629)	(1,045,274)	(3,691,629)	(1,045,274)
(Activos)/responsabilidades líquidas em balanço em 31 de Dezembro	2,226,705	2,345,683	2,226,705	2,345,683

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Responsabilidades em 1 de Janeiro	10,361,605	9,563,335	10,361,605	9,563,335
Custo do serviço corrente	220,318	291,616	220,318	291,616
Custo dos juros	1,431,479	1,358,751	1,431,479	1,358,751
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	2,379,610	(513,826)	2,379,610	(513,826)
Pensões pagas pelo fundo	(432,993)	(338,271)	(432,993)	(338,271)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	13,960,019	10,361,605	13,960,019	10,361,605

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	6,970,648	6,031,617	6,970,648	6,031,617
Rendimento esperado	1,146,702	895,179	1,146,702	895,179
Ganhos/(perdas) actuariais nas responsabilidades	(274,311)	(19,714)	(274,311)	(19,714)
Contribuições do Banco	591,966	374,098	591,966	374,098
Contribuições dos empregados	39,673	27,740	39,673	27,740
Pensões pagas pelo fundo	(432,993)	(338,271)	(432,993)	(338,271)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	8,041,685	6,970,648	8,041,685	6,970,648

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço podem ser analisados como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Desvios actuariais não reconhecidos em 1 de Janeiro	1,045,274	1,576,522	1,045,274	1,576,522
(Ganhos)/perdas actuariais no ano:	2,653,921	(494,111)	2,653,921	(494,111)
Ganhos/(perdas) actuariais reconhecidos no exercício	(7,566)	(37,137)	(7,566)	(37,137)
Desvios actuariais não reconhecidos em 31 de Dezembro	3,691,629	1,045,274	3,691,629	1,045,274
<i>Dos quais:</i>				
Dentro do corredor	1,396,002	1,036,161	1,396,002	1,036,161
Fora do corredor	2,295,627	9,113	2,295,627	9,113

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	220,318	291,616	220,318	291,616
Custo dos juros	1,431,479	1,358,751	1,431,479	1,358,751
Rendimento esperado do fundo	(1,186,375)	(922,919)	(1,186,375)	(922,919)
Ganhos actuariais reconhecidos no exercício	496	37,137	496	37,137
Custos do exercício	465,918	764,585	465,918	764,585

19.2. Outras responsabilidades de longo prazo – prémios de antiguidade

A responsabilidade por prémios de antiguidade em 31 de Dezembro de 2012 é de 123,207 milhares de meticais. Os pressupostos usados para a determinação dessa responsabilidade são os que constam no ponto 19.1 acima. A variação da responsabilidade foi reconhecida em resultados do ano.

Nota 20 - Outros Passivos

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Credores estrangeiros	644,669	286,898	644,669	286,898
Credores nacionais	54,708	65,285	55,621	65,285
Contas de liquidação	330	351	33,273	16,283
Gastos com pessoal	196,327	196,327	196,327	196,327
Outros encargos a pagar	106,199	233,870	109,707	226,142
	1,002,234	782,731	1,039,597	790,934

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado aproximado ao justo valor.

Nota 21 – Capital

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

Nota 22 – Reservas

Reserva estatutária

Nos termos do artigo 65º, Lei Orgânica do Banco, n.º 1/92, de 3 Janeiro, a aplicação dos lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Reserva não Distribuível

Relativamente a 2011, o Conselho de Administração propôs a aplicação de 100% do Resultado líquido (excluindo os ganhos não realizados conforme mencionado abaixo) para Resultados não distribuídos (2010: 100% do Resultado líquido do ano para Resultados não distribuídos).

Os ganhos não realizados associados aos investimentos em ouro, instrumentos financeiros e às variações cambiais de activos monetários são transferidos para as reservas não distribuíveis no processo de aplicação de resultados, impedindo assim a sua distribuição de resultados não realizados na forma de dividendos.

Reservas de reavaliação de justo valor

Nesta rubrica encontra-se registada a variação de instrumentos de dívida e de accções no exercício. Analisa-se conforme se segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Em 1 de Janeiro	71.827	114.579	71.827	114.579
De instrumentos de dívida	(25.440)	(24.023)	(25.440)	(24.023)
De accções	12.652	(18.729)	12.652	(18.729)
Total das variações do ano	(12.788)	(42.752)	(12.788)	(42.752)
Em 31 de Dezembro	59.039	71.827	59.039	71.827

Nota 23 – JustoValor dos Instrumentos Financeiros

Para a determinação do justo valor de activos e passivos financeiros, o Banco utiliza os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização interna considerando maioritariamente dados observáveis de mercado; e
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização interna, considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Esta hierarquia requer o uso de dados de mercado observáveis quando esses estejam disponíveis. O Banco considera preços de mercado relevantes e observáveis na sua valorização quando possível.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor por nível hierárquico do justo valor.

31 Dezembro 2012	INDIVIDUAL			GRUPO		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros e ouro						
Ouro	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827
	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	9,861,279	-	9,861,279	9,861,279	-	9,861,279
Obrigações de outros emitentes	4,452,020	-	4,452,020	4,452,020	-	4,452,020
Outros	1,261,329	-	1,261,329	1,261,329	-	1,261,329
	15,574,628	-	15,574,628	15,574,628	-	15,574,628
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	4,500,000	4,500,000	-	4,500,000	4,500,000
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,035,092	-	6,035,092	6,035,092	-	6,035,092
Outros investimentos	-	261,349	261,349	-	105,056	105,056
	6,035,092	4,761,349	10,796,441	6,035,092	4,605,056	10,640,148
	27,300,546	4,761,349	32,061,896	27,300,546	4,761,349	31,905,602
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	35,804,536	35,804,536	-	35,804,536	35,804,536
	-	35,804,536	35,804,536	-	35,804,536	35,804,536
31 Dezembro 2011						
Activos financeiros e ouro						
Ouro	3,420,968	-	3,420,968	3,420,968	-	3,420,968
	3,420,968	-	3,420,968	3,420,968	-	3,420,968
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	8,649,693	-	8,649,693	8,649,693	-	8,649,693
Obrigações de outros emitentes	4,598,543	-	4,598,543	4,598,543	-	4,598,543
Outros	675,327	-	675,327	675,327	-	675,327
	13,923,562	-	13,923,562	13,923,562	-	13,923,562
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	-	4,500,000	4,500,000	-	4,500,000	4,500,000
Obrigações do Tesouro dos EUA	5,520,698	-	5,520,698	5,520,698	-	5,520,698
Outros investimentos	-	246,653	246,653	-	246,653	246,653
	5,520,698	4,746,653	10,267,351	5,520,698	4,746,653	10,267,351
	22,865,228	4,746,653	27,611,881	22,865,228	4,746,653	27,611,881
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	-	25,576,373	25,576,373	-	25,576,373	25,576,373
	-	25,576,373	25,576,373	-	25,576,373	25,576,373

Em 31 de Dezembro 2012 o Banco não tem activos que foram valorizados sob nível 3.

As tabelas seguintes demonstram a análise dos instrumentos financeiros registados ao justo valor e respectiva comparação com o seu custo de aquisição. Note-se que para os restantes passivos financeiros, o justo valor aproxima-se do seu valor contabilístico pelo que os mesmos não se encontram incluídos nesta nota.

	INDIVIDUAL			GRUPO		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
31 Dezembro 2012						
Activos financeiros e ouro						
Ouro	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-
	5,690,827	5,690,827	-	5,690,827	5,690,827	-
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	9,955,953	9,861,278	94,676	9,955,953	9,861,278	94,676
Obrigações de outros emittentes	4,389,541	4,452,019	(62,478)	4,389,541	4,452,019	(62,478)
Outros	759,537	997,356	(237,819)	759,537	997,356	(237,819)
	15,105,032	15,310,654	(205,622)	15,105,032	15,310,654	(205,622)
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4,500,000	4,500,000	-	4,500,000	4,500,000	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	6,035,092	6,035,092	-	6,035,092	6,035,092	-
Outros investimentos	261,349	261,349	-	261,349	261,349	-
	10,796,441	10,796,441	-	10,796,441	10,796,441	-
	31,592,299	31,797,922	(205,622)	31,592,299	31,797,922	(205,622)
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	35,804,536	35,804,536	-	35,804,536	35,804,536	-
	35,804,536	35,804,536	-	35,804,536	35,804,536	-
31 Dezembro 2011						
Activos financeiros e ouro						
Ouro	3,420,968	3,420,968	-	3,420,968	3,420,968	-
	3,420,968	3,420,968	-	3,420,968	3,420,968	-
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações do Tesouro	8,744,300	8,649,693	94,608	8,744,300	8,649,693	94,608
Obrigações de outros emittentes	3,757,835	3,775,779	(17,944)	3,757,835	3,775,779	(17,944)
Outros	665,231	1,470,081	(804,850)	665,231	1,470,081	(804,850)
	13,167,367	13,895,553	(728,186)	13,167,367	13,895,553	(728,186)
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações do Tesouro do Estado moçambicano	4,500,000	4,500,000	-	4,500,000	4,500,000	-
Obrigações do Tesouro dos EUA	5,520,698	5,520,698	-	5,520,698	5,520,698	-
Outros investimentos	89,964	89,964	-	89,964	89,964	-
	10,110,662	10,110,662	-	10,110,662	10,110,662	-
	26,698,997	27,427,183	(728,186)	26,698,997	27,427,183	(728,186)
Passivos financeiros						
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros instrumentos monetários	25,576,373	25,576,373	-	25,576,373	25,576,373	-
	25,576,373	25,576,373	-	25,576,373	25,576,373	-

Nota 24 – Rubricas Extrapatrimoniais

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Garantias e avales	-	177,716	-	177,716
Créditos documentários abertos	-	375,396	-	375,396
Transacções efectuadas em nome do Estado	28,379,880	28,910,813	28,379,880	28,910,813
	28,379,880	29,463,925	28,379,880	29,463,925

As transacções efectuadas em nome do Estado, em que o Banco não detém qualquer risco inerente à transacção, foram contabilizadas em contas extrapatrimoniais. O Banco apenas assume a função de agente intermediário nestas transacções. O saldo das transacções efectuadas em nome do Estado inclui maioritariamente o valor nominal dos Bilhetes do Tesouro, notas e moedas fabricadas que ainda não foram lançadas no mercado bem como promissórias a favor do FMI.

Considerando que as garantias e avales e créditos documentários abertos não representavam nenhuma responsabilidade ou compromisso irrevogável para o Banco, as mesmas foram desreconhecidas no exercício de 2012.

Nota 25 – Margem Financeira

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

25.1. Juros e rendimentos equiparados

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Juros de Bilhetes do Tesouro emitidos em nome do Estado e Títulos Monetários	2.236.813	2.209.560	2.236.813	2.209.560
Juros de aplicações de liquidez	237.775	26.801	237.775	26.801
Juros de depósitos a curto prazo	1.424	1.662	1.424	1.662
Outros juros e gastos similares	5.933	21.070	5.971	21.070
	2.481.946	2.259.093	2.481.984	2.259.093

25.2. Juros e gastos equiparados

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Juros de depósitos a prazo	694.729	615.933	705.594	615.933
Juros de títulos disponíveis para venda	1.180.482	769.856	1.180.482	769.856
Juros de títulos detidos para negociação	303.637	348.068	303.637	348.068
Juros de depósitos à ordem	4.633	1.867	4.633	1.867
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	63.471	94.212	63.471	94.212
Outros juros	5.835	4.150	5.835	4.150
	2.252.787	1.834.086	2.263.652	1.834.086
Margem Financeira	(229.159)	(425.007)	(218.331)	(425.007)

O total de rendimentos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado e de activos classificados como disponíveis para venda em 2012 foi de 768.668 milhares de meticais (2011: 716.162 milhares de meticais) e de 1.180.482 milhares de meticais (2011: 769.856 milhares de meticais), respectivamente.

O total de gastos de juros decorrentes de passivos mensurados ao custo amortizado em 2012 foi de 2.481.946 milhares de meticais (2011: 2.259.093 milhares de meticais).

Nota 26 – Resultados de Operações em Moeda Estrangeira e Ouro

Esta rubrica analisa-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos/(perdas) de reavaliação cambial e do ouro realizados				
De operações em ouro	2,083,811	-	2,083,811	-
De operações em moeda estrangeira	4,653,276	3,359,101	4,653,276	3,359,101
Total	6,737,087	3,359,101	6,737,087	3,359,101

Ver nota 13 relativamente aos resultados de reavaliação cambial não realizados.

Nota 27 – Outros Rendimentos Operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Comissões de Cobrança	3.380	5.616	3.380	5.616
Comissões de Transferência	225	626	225	626
Outros Serviços	1.089	1.276	1.089	1.276
Outros Proveitos Operacionais	73.436	78.326	73.436	78.326
Outros Ganhos	601	373	721	493
	78.731	86.217	78.851	86.337

Nota 28 – Gastos com o Pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Remunerações dos órgãos de gestão	117,585	54,805	117,714	55,294
Remunerações de empregados	1,859,968	1,368,052	1,874,795	1,375,577
Custos com benefícios a empregados - Nota 16	521,066	771,912	521,066	771,912
Encargos Sociais	48,252	38,261	48,373	38,261
Outras remunerações	-	-	-	15
Outras despesas com o pessoal	20,435	26,430	23,101	26,729
	2,567,306	2,259,460	2,585,049	2,267,788

À data de 31 de Dezembro de 2012, o número de funcionários do Banco ascendia a 924 (31 de Dezembro de 2011: 896).

Nota 29 – Outros Gastos Operacionais

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	INDIVIDUAL		GRUPO	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimentos de terceiros	87,161	87,167	87,354	87,214
Serviços de terceiros	438,283	421,468	445,671	425,486
Custos com a produção de notas e moedas	213,831	210,402	213,831	210,402
Outros gastos	196,148	122,791	198,310	123,532
Outras perdas	10,999	17,844	10,999	17,844
	946,422	859,672	956,165	864,478

A rubrica de outros gastos refere-se principalmente a impostos directos no montante de 60.048 milhares de meticais em 2012 (60.011 milhares de meticais em 2011) e comissões pagas referentes a carteiras sob gestão externa no montante de 51.792 milhares de meticais em 2012 (54.033 milhares de meticais em 2011).

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza, nos mesmos termos que o Estado, de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas.

A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Nota 30 – Partes Relacionadas

Os saldos a receber e a pagar do Estado são como segue:

	Nota	GRUPO			Total
		Entidades do Governo	Key Management	Participações	
Activos					
Activos financeiros disponíveis para venda	9	4,500,000	-	156,293	4,656,293
Créditos e adiantamentos concedidos ao governo	12	5,000,000	-	-	5,000,000
Créditos e adiantamentos		-	22,619	150,660	173,279
Total		9,500,000	22,619	306,953	9,829,572
Passivos					
Depósitos de outras instituições de crédito	15	15,218,465	-	-	15,218,465
Bilhetes do tesouro emitidos em nome do Estado e outros	16	22,666,436	-	-	22,666,436
Outros	17	-	-	-	-
Total		37,884,901	-	-	37,884,901

As remunerações do pessoal chave da gestão e fiscalização do Banco, são como segue:

	GRUPO			Total
	Entidades do Governo	Key Management	Participações	
Benefícios de curto prazo	-	117,585	-	117,585
Benefícios pós emprego	-	187,633	-	187,633
Prémio de Antiguidade	-	44,922	-	44,922
	-	350,140	-	350,140

Nota 31 – Acontecimentos Após a Data do Balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos que possam ter impacto favorável ou desfavorável nas demonstrações financeiras apresentadas.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE



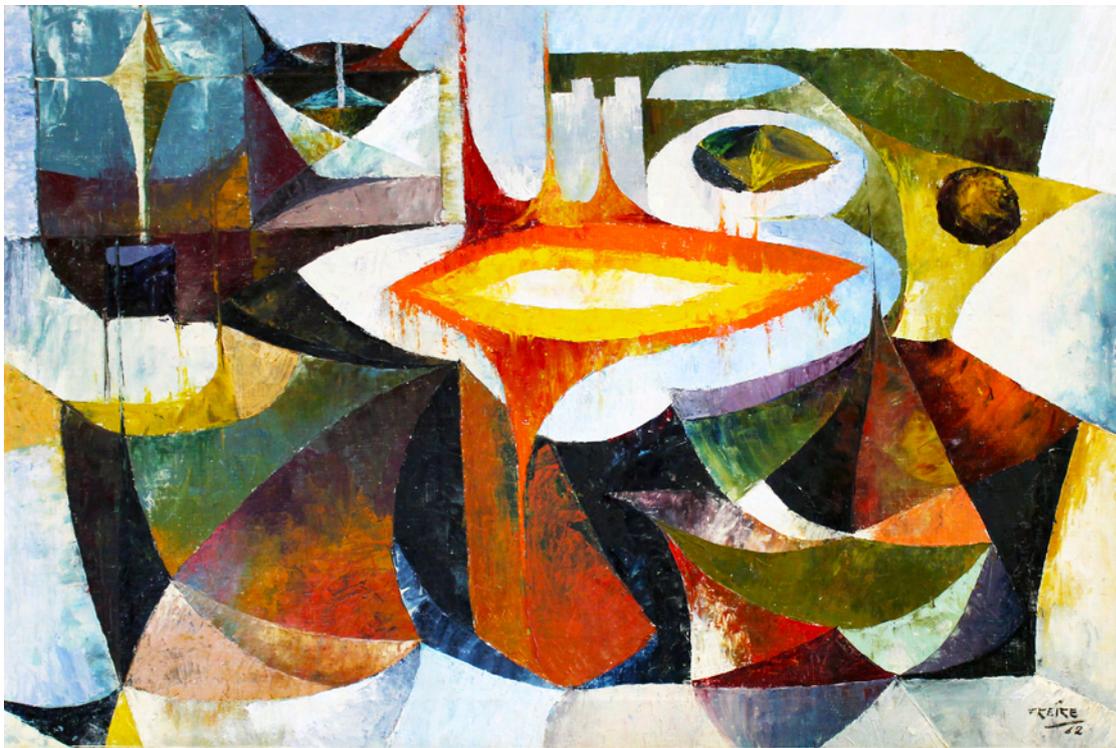
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



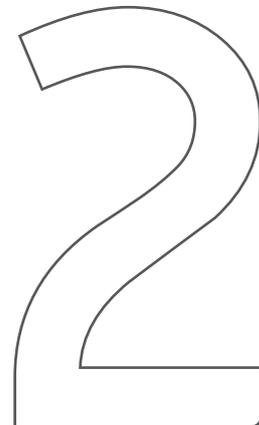


autor: Garizo • técnica: Desenho s/papel
dimensões: 45cm x 43,5cm • ano: 1968

SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



autor: Freire • técnica: Óleo s/tela
dimensões: 70cm x 100cm • ano: 1962





Sumário Executivo

Contrariamente às expectativas iniciais, em 2012, a conjuntura económica mundial voltou a ser caracterizada pela prevalência de incertezas quanto ao fim da crise económica internacional, na sequência da intensificação da crise da dívida soberana em alguns países da zona do Euro e consequente pressão sobre a continuidade destes países na União Monetária. Em resposta, para além das medidas de consolidação fiscal adoptadas em muitos países daquela região, o Banco Central Europeu (BCE) viu-se forçado a adoptar uma postura mais interventiva no mercado, visando assegurar o fortalecimento do Euro e uma maior integração bancária na região.

Em face desta conjuntura, o Fundo Monetário Internacional na sua publicação (World Economic Outlook divulgada de Abril de 2013) reviu em baixa as estimativas de crescimento da produção mundial, em 2012, para 3,2%, 10 pontos base abaixo da projecção anterior, após uma expansão de 3,9% em 2011. O crescimento da economia mundial abaixo dos níveis inicialmente previstos é explicado pela desaceleração da actividade nas economias emergentes e das economias avançadas.

À semelhança de 2011, o crescimento da economia mundial em 2012 voltou a ser liderado pelas economias emergentes e em desenvolvimento, que expandiram em 5,1%, reflectindo, essencialmente, o desempenho dos países asiáticos e da América Latina, cujas economias cresceram em 6,7% e 3,2%, respectivamente. Nas economias dos países da África Subsaariana a expansão da actividade económica foi 5,0%, cerca de 10 pontos percentuais abaixo do registado em 2011, enquanto os países avançados esta registou um acréscimo de 1,3%, após 1,6 %, em 2011.

A desaceleração no crescimento da economia mundial em 2012 foi acompanhada por uma pressão inflacionária, com maior incidência nas economias dos países da África Subsaariana e nas emergentes e em desenvolvimento, cujos índices dos preços incrementaram para 9,1% e 6,1%, respectivamente, perante uma inflação de 2,0%, nas economias desenvolvidas.

Com o objectivo de contrariar os efeitos da crise, a nível da União Europeia foram criados dois fundos de resgate, nomeadamente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF), com a finalidade de assegurar assistência financeira aos estados membros. Paralelamente, para conter as tendências inflacionárias e em simultâneo estimular a actividade produtiva e criação de emprego, os bancos centrais mantiveram as suas taxas de referência, à excepção do Banco Central Europeu que reduziu a sua taxa para mínimo histórico de 0,75%.

Na SADC, após um bom desempenho em 2011, onde o crescimento económico médio foi da ordem dos 5,6%, as estimativas para 2012 apontam para um certo abrandamento, com destaque para a economia sul-africana, que expandiu em 2,5%, 1,0 ponto percentual abaixo do nível observado no ano anterior. No conjunto dos países da região, Moçambique é o que apresenta maiores taxas de crescimento e superiores aos 7,0% definidos como meta de convergência macroeconómica. No que tange ao indicador de inflação, à excepção de Malawi, cuja inflação atingiu dois dígitos, os restantes países da região registaram uma desaceleração, sendo Moçambique o país com a taxa mais baixa (2,18%).

Ao nível interno, a economia moçambicana apresentou um quadro caracterizado pelos seguintes aspectos: (i) crescimento do PIB em 7,4%, representando uma aceleração da ordem dos 10 pontos base determinado, basicamente, pelo desempenho dos sectores da indústria extractiva, agricultura, transportes e comunicações e serviços financeiros; (ii) desaceleração da inflação anual para 2,18% após 5,46% em 2011; (iii) constituição de Reservas Internacionais Líquidas de USD 366 milhões, tendo o saldo passado para USD 2.605,3 milhões no final de 2012, equivalente a 5,7 meses de cobertura de importações totais de bens e serviços não factoriais.

A desaceleração da inflação no ano referência foi determinada tanto por factores internos, bem assim por externos, sendo de destacar a nível interno (i) a manutenção dos preços administrados de alguns produtos com elevado peso no índice geral, nomeadamente, o preço do pão, electricidade, água potável e combustíveis líquidos; (ii) o aumento da oferta de produtos alimentares, favorecida pelas condições climatéricas favoráveis para a produção de frutas e vegetais no ano e (iii) o bom desempenho da actividade produtiva no geral, e em particular do sector da agricultura e das pescas nos primeiros três trimestres do ano e a nível externo, o destaque vai para a relativa estabilidade de preços de produtos alimentares sul-africanos.

Do lado fiscal o total de receitas arrecadadas em percentagem do PIB incrementou para 23,8%, após 21,2% em 2011, o que conjugado com a execução da despesa num montante correspondente a 32,8% do PIB (37%, em 2011), resultou numa redução do défice global antes de donativos de 14,4% do PIB em 2011 para 9,1% do PIB no ano em revista.

Com o propósito de criar condições monetárias que propiciassem a expansão do crédito ao sector privado, o Banco de Moçambique, manteve ao longo de 2011 a postura de relaxamento das condições monetárias iniciada no segundo semestre de 2011, ao reduzir em 2012, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 5 vezes, perfazendo um corte acumulado de 5,5 pontos percentuais passando a taxa para 9,25% no fecho do ano, e a da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 5 vezes, num total acumulado de 2,75 pontos percentuais posicionando-a em 2,25%, e o coeficiente de reserva obrigatória em 3 vezes, tendo este passado de 8,75% em Dezembro de 2011 para 8,00%, no final de 2012.

Em linha com a redução das taxas de juro de intervenção do Banco de Moçambique evoluíram as taxas de juro dos leilões de Bilhetes do Tesouro no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e as taxas de juro médias praticadas pelos bancos comerciais nas transacções com o público, tendo as taxas das operações activas reduzido em 2,3 pp para 21,4% e a de depósitos em 2,8 pp, posicionando-a em 10,5%.

Por seu turno, a evolução dos agregados monetários foi também favorecida pela postura da política monetária adoptada pelo Banco de Moçambique ao longo do ano, traduzida na redução sistemática das taxas de juro. Mais ainda, o comportamento destes agregados foi influenciado pela depreciação do metical face ao dólar americano, que afectou as componentes denominadas em moeda estrangeira.

De facto, no Mercado Cambial Interbancário assistiu-se a relativa estabilidade do Metical em relação ao dólar americano ao registar uma depreciação anual de 8,73%, após acumular uma apreciação de 17,33% em 2011. No que respeita ao Euro e ao Rand, as perdas da moeda nacional foram de 10,79% e 4,52%, respectivamente, tendo a taxa de câmbio se fixado em 38,9 Meticais/Euro e 3,47 Meticais/Rand, no final de Dezembro de 2012.

Dados preliminares do sector externo mostram que em 2012 o défice da conta corrente registou um agravamento de cerca de 73,2%, para USD 5.190,2 milhões, explicado, essencialmente, pelo aumento acentuado do défice da conta de serviços, devido a contratação de serviços empresariais de assistência técnica e os de construção, e pelo aumento do défice da conta de bens em 20,0%, a reflectir o incremento das importações em 14,9%, contra o acréscimo das exportações em 11,3%. De 2010 a esta parte, a conta corrente em percentagem do PIB, incluindo grandes projectos, tem estado a deteriorar-se de forma acentuada, em reposta à tendência acelerada dos investimentos dos grandes projectos, com elevadas contratações de serviços e importação de equipamento, sendo que estes recorrerem a poupança externa para financiar as suas actividades, pois, existe um vazio em termos de capacidade interna para gerar recursos e financiar as transacções correntes dos empreendimentos em alusão, sendo que passou de cerca de 12% em 2008 para cerca de 42% em 2012, muito acima do nível de 9% definido nos critérios de convergências macroeconómica na SADC. No entanto, excluindo os grandes projectos, há uma relativa estabilidade no período entre 2008-2012, com variações anuais homólogas em torno de 5%. Não obstante uma ligeira queda entre 2011-2012, a economia nacional tem estado a responder positivamente na geração interna de recursos para financiar suas transacções correntes com o exterior.

1. Evolução Económica Internacional

Em 2012, a economia internacional foi dominada pelos acontecimentos na Europa, nomeadamente a intensificação da crise da dívida soberana, a reestruturação da dívida grega e portuguesa, colocando em risco a continuidade destes países na União Monetária e da própria organização. Esta situação levou a que o BCE adoptasse uma postura mais intervencionista em reconhecimento pelas instâncias europeias de que só com uma maior integração bancaria, fiscal e política se poderá fortalecer a arquitectura do euro. Entre outros acontecimentos que mereceram destaque, pontificam a mudança do líder do governo chinês, as eleições gerais no Japão, eleições presidenciais norte-americanas e a proximidade do precipício orçamental nos Estados Unidos da América, que no entanto ainda não completamente ultrapassado, mas antes adiado.

No cômputo geral, o ano de 2012 foi caracterizado pelos seguintes aspectos:

- O ressurgimento da agitação em torno do futuro da Grécia, implicando efeitos de contágio aos restantes países europeus, tendo a Espanha sido o que mais foi penalizado.
- Manutenção e reforço de pacotes de estímulo orçamental pelo Governo do Japão, visando financiar a construção (ou reconstrução) de infra-estruturas com resistência sísmológica, tendo uma outra parte sido canalizada para as diferentes regiões do país de forma a estimular o investimento privado;
- Manutenção das taxas de juro directoras dos bancos centrais das economias avançadas com excepção do Banco Central Europeu que voltou a reduzir a sua taxa de política;
- As taxas de desemprego ao nível das principais economias avançadas mantiveram-se em níveis altos, destacando-se dentre várias, a Zona do Euro;
- Relativa estabilidade do dólar dos Estados Unidos da América face às principais moedas internacionais;

Ainda no período em consideração, os principais mercados bolsistas mundiais registaram em termos anuais, tendências de valorizações, embora tenha ocorrido em fases distintas. Com efeito, os índices Europeus estiveram pressionados durante o primeiro semestre devido aos receios em torno do agravamento da crise na sequência da implementação tardia das medidas apresentadas em 2011 o que originou um certo nervosismo entre os investidores, sentimento que viria a sofrer uma grande alteração no segundo semestre, em parte, em resultado dos esforços empreendidos pelo do BCE e que visavam preservar a União Monetária, para além do corte da taxa de juro directora para o mínimo histórico de 0,75% cujos reflexos levaram os investidores a voltarem a acreditar na possibilidade de retoma da economia daquela região.

A publicação de dados nos EUA referentes aos primeiros nove meses que apontavam para um desempenho positivo, levaram a que o Índice DowJones e Nasdaq atingissem novos máximos históricos. A sustentar este movimento é apontado a boa performance das empresas de tecnologia e as melhorias significativas do mercado laboral e imobiliário. No 4º trimestre as bolsas americanas viram o ritmo de ganhos que vinham registando a arrefecer, situação justificada essencialmente pelos resultados económico-financeiros do país neste período, que ficaram abaixo das previsões dos analistas.

Adicionalmente foram adoptadas uma série de medidas de cariz económico e monetário, sendo de destacar as seguintes:

- A adopção de políticas económicas expansionistas nos E.U.A. com reflexos no crescimento da actividade económica e redução do desemprego;
- O aumento pelo Banco da Inglaterra do valor do programa de compra de activos em 50 mil milhões de libras;
- A redução das taxas de juro de política monetária na China e Índia, tendo em vista refrear a pressão inflacionista; e
- A criação de dois fundos de resgate na União Europeia, nomeadamente, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) com o objectivo de assegurar assistência financeira aos estados-membros que necessitem de ajuda externa, salvaguardando a estabilidade financeira da região.

Em face desta conjuntura, o Fundo Monetário Internacional, na sua mais recente publicação denominada World Economic Outlook divulgada em Janeiro de 2013, reviu em baixa o crescimento do produto interno bruto da economia mundial em 2012 para 3,2%, menos 10 pontos base (pb) face à projecção anterior, após uma expansão de 3,9% em 2011 e uma projecção de crescimento de 3,5% para 2013. (Quadro 1).

Quadro 1: **Evolução do PIB Real e Inflação nos Principais Blocos Mundiais**

Região	PIB real (%)			IPC (%)*		
	2010	2011	2013 ^a	2011	2012	2013 ^a
Economia Mundial	3,9	3,2	3,5	-	-	-
Economias Avançadas	1,6	1,2	1,2	2,7	2,0	1,7
Economias Emergentes e em desenvolvimento	6,3	5,1	5,5	7,2	6,1	6,1
Ásia	7,8	6,6	7,1	6,5	4,5	5,0
Europa	2,0	0,1	0,8	3,3	2,8	2,1
América Latina	4,5	3,2	3,9	6,6	6,0	5,9
África Sub-Sahariana	5,1	4,8	5,6	9,7	9,1	7,3

Fonte: *World Economic Outlook (October 2012 and January 2013 (Update))*.

Notas: * expresso em termos de média anual. ^a Projecções.

Ao longo de 2012, nas economias avançadas, emergentes e africanas assistiu-se a uma tendência de desaceleração da inflação, após o movimento ascendente registado no ano anterior, comportamento influenciado, em larga escala, pelo abrandamento da actividade económica dos países desenvolvidos e queda do preço das principais matérias-primas no mercado internacional, em consequência da redução da procura mundial.

1.1. Desempenho Macroeconómico

1.1.1. Economias mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América: A economia registou uma expansão da actividade económica de cerca de 2,2% em 2012 representando uma aceleração de 40pb quando comparada com o ano anterior, evolução que reflecte em grande parte o dinamismo do consumo privado, investimento e das exportações, embora estas tenham desacelerado significativamente nos últimos meses do ano, devido a incerteza gerada em torno das questões orçamentais e também o ciclo do comércio mundial.

A inflação anual não ajustada à sazonalidade foi de 1,7% em Dezembro de 2012, após 3,0% em Dezembro de 2011, tendo assim, ficado abaixo do objectivo de 2% que havia sido definido pelo Federal Reserve Bank para o ano 2012.

Ainda no mesmo período, a taxa de desemprego situou-se em 7,8% em Dezembro de 2012, após situar-se nos 8,5% no fecho de 2011, um comportamento que reflecte em parte o impacto das medidas tomadas no ano pelas autoridades, destacando-se a decisão do Reserva Federal norte-americana (Fed) de manter a taxa de juro de referência dos fundos federais entre 0% e 0,25% durante todo o ano de 2012.

Zona do Euro: Esta economia contraiu em 0,4% em 2012, após um crescimento de 1,4% no ano anterior. Ao longo do ano o PIB registou contracções no seu ritmo de crescimento, atingindo no quarto trimestre a maior queda (-0,9%). Este comportamento reflectiu o efeito do enfraquecimento da actividade em quase todos os países da União Monetária, conjugada com as graves recessões observadas nos países da Europa do Sul.

Apesar do abrandamento da actividade económica, a inflação homóloga manteve-se durante todo ano acima da meta de 2,0% ao situar-se no fecho do ano nos 2,2% em Dezembro 2012, porém, abaixo dos 2,7% registados em Dezembro de 2011. Os índices que mais contribuíram para esta variação foram os das classes de álcool e tabaco, habitação, alimentação e educação.

O ano de 2012 ficou também marcado pela redução da taxa de juro e pela introdução do programa de dívida pública dos países periféricos, na sequência da política acomodatória adoptada pelo Banco Central Europeu, cuja taxa de juro de política monetária foi fixada em 0,75% até ao final do ano.

Japão: A economia japonesa tem vindo a sofrer o impacto do arrefecimento da economia global e uma persistente deflação, associada às constantes valorizações do iene e consequentes impactos na redução da competitividade das suas exportações. No entanto, o PIB apresentou um crescimento anual de 1,9% após uma contracção de 0,6% ocorrida em 2011.

Em termos de evolução dos preços domésticos, o ano de 2012 apesar de um período inflacionário registado entre Janeiro e Julho, no ano o país registou uma deflação 0,1%, próxima da deflação de 0,2% apurada no fecho do ano de 2011 e bem abaixo do objectivo de inflação de 1% que estava fixado para o ano em análise. Esta situação veio elevar as pressões sobre o banco central para que tomasse medidas mais concretas para estimular a economia, tendo este decidido manter a taxa de juro de referência ao longo do ano entre 0,0% e 0,10%, para além do alargamento do programa de compra de activos por parte do banco central.

A taxa de desemprego, apesar de ter-se mantido em torno dos 4,5% durante grande parte do ano, reduziu ligeiramente na parte final do ano, tendo-se situado em 4,2% em Dezembro de 2012, uma redução de 30 pb em relação ao período homólogo.

Reino Unido: A economia britânica registou um crescimento nulo em 2012 após um crescimento 0,9% no ano anterior, ressentindo-se do efeito contágio da desaceleração económica na zona euro.

A inflação homóloga durante o ano foi sempre superior a meta de 2% estabelecida para o ano, tendo-se situado em Dezembro de 2012 em 2,7%, após 4,2% em Dezembro de 2011. Ainda no mesmo período, a taxa de desemprego desacelerou em 70 pb para 7,8%.

Tomando por base a evolução dos principais indicadores macroeconómicos, o Comité de Política Monetária do Bank of England decidiu pela manutenção da sua taxa de juro de referência em 0,5%, durante todo o ano de 2012 e pela manutenção do programa mensal de compra de activos com emissão de reservas de 375 mil milhões de libras.

1.1.2. Economias de Mercados Emergentes

China: A introdução de estímulos para a construção de estradas e de novas infra-estruturas mostrou-se relevante para relançar o crescimento económico neste país. No último trimestre de 2012, a China registou um crescimento homólogo de 7,9%, superior ao crescimento de 7,4% no trimestre anterior, e atingiu um crescimento anual de 7,8%, superando o objectivo do governo que apontava para uma expansão anual de 7,5%. No entanto, este valor ficou aquém das taxas de crescimento dos anos anteriores, nomeadamente de 10,4% em 2010 e 9,3% em 2011.

Ainda nesta economia, a inflação homóloga continuou com a sua trajectória descendente tendo se situado em 2,5% em Dezembro de 2012, após 4,1% no período homólogo de 2011. Conjugando este indicador com as outras variáveis macroeconómicas, o Comité de Política Monetária do

People's Bank of China decidiu reduzir a sua taxa de juro directora num total acumulado de 56 pontos base para 6,00% no final do ano.

Índia: A actividade económica cresceu em termos reais em 6,2% em 2012, nível inferior aos 9,3% observados em 2011 e 8,6% de 2010, um abrandamento que é justificado pela queda do investimento privado no país.

A inflação homóloga atingiu 10,5% em Dezembro de 2012, após 7,7% no ano anterior. Ainda assim, o Reserve Bank of Índia reviu em baixa a taxa de juro de referência numa magnitude acumulada no ano de 50 pontos base, fixando-a em 8,0%.

Brasil: A queda do investimento em 4% penalizou o PIB Brasileiro em 2012, que registou um crescimento anual de apenas 0,9% após ter crescido em 2,7% em 2011

Em termos de preços, a inflação homóloga desacelerou em 7 pb para 5,8%, em Dezembro de 2012, fixando-se acima da linha central da meta que é de 4,5% (tem tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo). Este desempenho foi determinante para que o Comité de Política Monetária do Banco Central do Brasil revisse em baixa a taxa de juro de referência (Taxa Selic), que resultou num decréscimo acumulado ao longo do ano de 3,25 pp para 7,25% no final de Dezembro de 2012.

Rússia: De acordo com dados provisórios, o Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia cresceu entre 3,4% e 3,5% em 2012, pelo que esteve em linha com as expectativas das autoridades, embora tenha desacelerado quando comparado com expansão de 4,3% observada em 2011. Assim, o valor apurado para o ano de 2012 foi o mais baixo dos últimos 13 anos.

O Índice de preços no consumidor apresentou dois períodos distintos ao longo do ano, com uma desaceleração no primeiro semestre seguida de aceleração na segunda parte do ano, decorrente do aumento dos preços dos serviços públicos, que resultou numa inflação de 6,6%, em Dezembro de 2012, após 6,1%, no ano anterior.

A taxa de juro de referência evoluiu em linha com inflação tendo conhecido uma desaceleração de 50 pontos base até Setembro para a partir de Outubro registar uma aceleração de 25 pb, e se fixado em 8,25% em Dezembro de 2012, porém abaixo do nível de 2011 que foi de 8,5%.

Coreia do Sul: A quarta maior economia asiática também conheceu em 2012, uma desaceleração no ritmo de crescimento económico, tendo registado um crescimento económico real de 2%, contra 3,6%, no ano anterior.

Tal como nas outras economias deste grupo, a inflação na Coreia do Sul apresentou ao longo de 2012 uma tendência decrescente, fixando-se em 1,4% em Dezembro de 2012, após 4,5% no ano anterior, quando a meta definida pelo banco central foi na banda de 2,5% a 3,5%. Este cenário

favoreceu a revisão em baixa pelo Comité de Política Monetária da sua taxa de juro de referência em 50 pb para 2,75%, em Dezembro de 2012.

1.1.3. África Subsaariana

Apesar da conjuntura macroeconómica global desfavorável, a região da África subsaariana continuou a crescer a um ritmo relativamente robusto, embora tenha registado um ligeiro abrandamento em 2012, comparativamente ao ano de 2011. Com efeito, as estimativas do World Economic Outlook de Abril de 2013 avançam para um crescimento anual de 4,8% em 2012, o que representa um recuo de 50 pontos base em relação ao observado em 2011.

O desempenho da actividade económica em 2012 foi suportado, em parte, pelo aumento das exportações na sequência da subida dos preços de algumas commodities no mercado internacional, impacto positivo das políticas macroeconómicas acomodáticas implementadas na maior parte dos países, aumento do consumo público e privado e do investimento público e privado; e pela forte entrada de capitais estrangeiros sob forma de Investimento Directo Estrangeiro. Para o ano de 2013 a mesma fonte projecta uma aceleração da taxa de crescimento para 5,6% que será sustentado pelo aumento da procura global pelas commodities e da procura interna.

Enquanto isso, na região da SADC o ritmo de expansão da actividade económica também conheceu um ligeiro abrandamento em 2012, em resultado da desaceleração das taxas de crescimento em quase todos os países, exceptuando Moçambique que voltou a registar uma das maiores taxas de crescimento, ao expandir em cerca de 7,4% em 2012 após 7,3% no ano precedente, cumprindo assim com o objectivo estabelecido no programa de convergência macroeconómica da região. Por seu turno, a economia sul-africana, a maior da região, expandiu em 2,5% em 2012, menos 100 pb que em 2011, com o desempenho da actividade no ano a reflectir essencialmente o aumento das vendas a grosso e a retalho e hotelaria face uma redução da produção da indústria mineira e extractiva.

O abrandamento da actividade económica na região foi acompanhado de uma desaceleração do nível geral de preços ao nível de todas as economias analisadas, exceptuando a malawiana cuja inflação acelerou de forma acentuada para níveis na casa de dois dígitos. Dentre os países que viram o nível geral de preços regredir, pontificam Moçambique que registou o nível mais baixo na região e a África do Sul, cujo indicador recuou de 6.1% em 2011 para 5.7% no fecho do ano de 2012, ficando assim muito próximo do limite superior da banda (3-6%) definida pela autoridade monetária. Para 2013, as perspectivas apontam para a aceleração da inflação na maior parte das economias da região, sustentada pelas previsões de aumento dos preços das matérias-primas e produtos energéticos, por um lado e pelas perspectivas de depreciação da generalidade das moedas da região.

Ainda na SADC, o Índice de Preços no Consumidor Harmonizado da SADC, evoluiu no mesmo sentido da média dos IPCs gerais de cada país, ao registar uma desaceleração anual de 1,7 pp

para 7,0% em Dezembro de 2012, com Moçambique a ser novamente a economia que apresentou a mais baixa de taxa de inflação harmonizada (1,9%) e o Malawi com mais alta taxa de inflação (28,3%).

Ao nível do mercado cambial, todas as moedas monitoradas perderam terreno em relação ao dólar dos EUA, sendo de realçar a inversão da tendência de apreciação que o metical vinha registando em 2011 e a acentuada aceleração da depreciação do kwacha malawiano, ao passar de níveis de um dígito em 2011 para três dígitos em 2012.

Tomando em consideração a evolução dos principais indicadores financeiros e económicos, em 2012, à excepção do Malawi, os Comitês de Política Monetária dos restantes bancos centrais da região da SADC¹ privilegiaram, na generalidade, a redução das suas taxas de juro directoras. No entanto, considerando que as projecções para o ano de 2013, sugerem uma maior pressão inflacionária, as expectativas são de que as autoridades monetárias da região possam inverter o sentido da política monetária seguida em 2011.

Quadro 2: **Indicadores Macroeconómicos Seleccionados de Países da SADC, variação anual (%)**

	ANG	BOT	MLW	MAU	RSA	TZN	ZAM	MOZ
PIB real								
2009	2,4	-4,9	9,0	3,0	-1,7	6,7	6,4	6,3
2010	3,4	7,2	6,5	4,2	2,8	6,4	7,6	6,8
2011	3,4	8,0	6,7	4,1	2,8	6,1	6,8	7,3
2012	8,4	3,8	n.d.	n.d.	2,5	6,9	6,6	7,4
IPC								
Dez-09	14,0	5,8	7,6	2,5	6,3	12,2	9,9	4,2
Dez-10	15,3	7,4	6,3	2,9	3,5	5,6	7,9	16,6
Dez-11	11,4	9,2	7,7	6,5	6,1	19,8	7,2	5,5
Dez-12	9,8	7,4	34,6	3,9	5,7	12,1	7,3	2,1
Taxa de câmbio*								
Dez-09	18,6	12,3	-1,1	-7,9	-21,7	1,9	-3,2	9,7
Dez-10	3,8	-3,2	7,1	2,8	-10,7	10,7	3,2	19,3
Dez-11	1,1	16,0	8,0	-3,0	22,2	6,7	7,0	-20,5
Dez-12	2,4	4,1	116,5	4,0	14,4	1,6	1,3	10,6

Fontes: Autoridades Estatísticas Oficiais e World Economic Outlook (Update Abril 2012).

Notas: ^a previsão. ^b realizado. *Em relação ao dólar norte-americano.

1.2. Preços das Mercadorias

Os preços das principais mercadorias com impacto na conta corrente e inflação tiveram em 2012 um comportamento misto (Quadro 3), sendo de destacar o aumento do preço do Trigo (29,3%) e redução do preço do Carvão térmico (-24,4%) em termos anuais.

¹ Os detalhes sobre este índice constam na Caixa 1

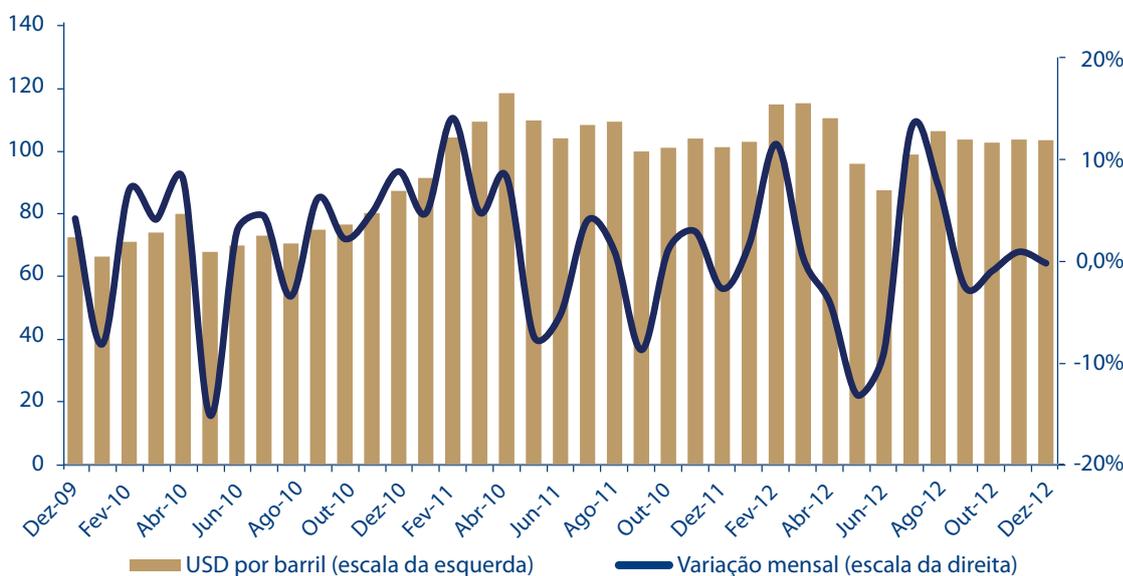
Quadro 3: Preços de Mercadorias Seleccionadas no Mercado Internacional

Produto	Unidade	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Set-12	Dez-12	var. anual (%)
Brent	USD/barril	107,97	126,74	95,31	113,15	110,71	2,5
Alumínio	USD/mt	2.024,39	2.184,16	1.885,51	2.064,12	2.086,76	3,1
Ouro	USD/onça	1.637,56	1.675,66	1.599,93	1.745,23	1.682,59	2,7
G. Natural	USD/mt	435,96	450,36	452,16	409,68	419,04	-3,9
Açúcar	USD/libra	23,43	23,79	20,1	20,21	19,2	-18,1
Trigo	USD/mt	269,03	283,88	276,19	353,42	347,89	29,3
Arroz	USD/mt	580,12	577,05	606,14	590,5	565,52	-2,5
Milho	USD/mt	258,44	280,66	267,23	320,72	308,72	19,5
Algodão	USD/mt	95,45	99,52	82,18	84,15	83,37	-12,7
C. Térmico	USD/TMa	119,84	104,4	86,75	84,25	90,65	-24,4
C. Metalúrgico	USD/TMa	316,25	311	291	231	266	-15,9

Fonte: Reuters & FMI

Petróleo: Em Dezembro de 2012, o preço médio do barril de Brent foi de USD 110,71, que significa um aumento anual de 2,5% (gráfico 1). Ao longo do ano, os extremos foram de 128 e 88 dólares por barril e foram observados em Março e Junho respectivamente.

Gráfico 1: Preço do Petróleo (Brent) no Mercado Internacional



Ouro: Este activo valorizou-se, em termos de variação homóloga em 2,7%. A sua evolução no ano reflectiu, em parte, a redução da turbulência nos mercados internacionais e consequente declínio do seu papel de meio de reserva de valor alternativo em momentos de crise. A China e Índia foram os principais compradores para alimentar a sua indústria de jóias, seguido da Rússia, na sequência da postura assumida pelo Banco Central daquele país de comprar ouro no âmbito da implementação de uma nova política de diversificação de reservas.

Algodão: No mercado internacional, o preço desta mercadoria reduziu em 42,41%, justificada pelo excesso de oferta pelos principais produtores e redução da procura global.

Açúcar: A Organização Internacional do Açúcar estimou que em 2012 se iria registar um aumento do consumo desta matéria-prima, levando os produtores a aumentarem a sua produção. No entanto esta previsão não se consumou o que originou uma queda do preço em cerca de 18,1% em 2012.

Cereais: O ano 2012 caracterizou-se por condições climatéricas muito adversas para a produção de cereais, nomeadamente chuvas no continente americano, frio na Europa e seca em África o que teve como consequência uma forte queda na produção deste grupo de produtos, resultando em um aumento dos preços dos cereais no geral. O preço do trigo e milho aumentou em 29,3% e 19,5% respectivamente no ano.

Caixa 1: Metodologia de Compilação do Índice de Preços no Consumidor Harmonizado da Região da SADC

O Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (HCPI – acrónimo em inglês) é um índice desenvolvido com base em conceitos, definições e métodos comparáveis. Diferentemente do IPC comum produzido pelas entidades estatísticas oficiais de cada país da região e que mede a mudança dos preços de um cabaz de bens e serviços típicos adquiridos pelos consumidores ao longo do tempo, o IPC harmonizado é um indicador composto de inflação da região, produzido por cada país membro, que facilita a comparação internacional dos índices em virtude de a metodologia ser harmonizada, ou seja, basear-se em padrões, classificação estatística e plataformas idênticas.

O HCPI é compilado pelo Secretariado da SADC e resulta da agregação dos HCPI nacionais através da atribuição de ponderadores aos índices individuais. Os ponderadores foram obtidos a partir do peso das despesas de consumo das famílias de cada país, convertidos para uma moeda única com base no princípio da Paridade de Poder de Compra.

O espírito é de que ele sirva como um indicador macroeconómico que mede o pulsar monetário do nível geral de preços na região, contrariamente ao IPC geral produzido pelos países membros individualmente, cujo propósito geral, é medir a evolução do custo de vida para as famílias.

Os índices de preços elementares utilizados para calcular o índice agregado são obtidos com base na média geométrica não ponderada dos preços no período t em relação ao período base ao passo que os índices agregados resultam da média aritmética ponderada dos índices de preços elementares, com recurso a um índice de preços Laspeyers.

Os detalhes sobre as fórmulas usada na compilação do indicador bem como aspectos metodológicos adicionais podem ser obtidos através do seguinte endereço electrónico: www.sadc.int ou por solicitação aos seguintes endereços: mmolengoane@sadc.int/ajere@sadc.int

2. Conjuntura Interna

Em 2012, a Política Monetária voltou a ser orientada no sentido de contribuir para o alcance dos principais objectivos macroeconómicos do Governo. Neste contexto, o programa económico e financeiro para 2012, revisto em Outubro do mesmo ano, previa para os principais indicadores macroeconómicos os seguintes parâmetros:

- Crescimento anual do PIB real de 7,5%;
- Inflação média anual de 2.4% e homóloga de 4.1%;
- Constituição de reservas internacionais líquidas que permita que o seu saldo passe para USD 2.530 milhões, o equivalente em termos de reservas brutas a 4,7 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais.

A informação analisada neste relatório aponta para um cumprimento do programa uma vez que o desempenho destes indicadores foi o seguinte:

- A inflação média anual foi de 2.09%;
- O PIB cresceu em 7.4%; e
- A constituição de RILs foi de USD 336 milhões resultando num saldo de USD 2.605 milhões, que permite que as reservas brutas cubram 5.7 meses de importações de bens e serviços não factoriais

2.1. Sector Real

2.1.1. Preços

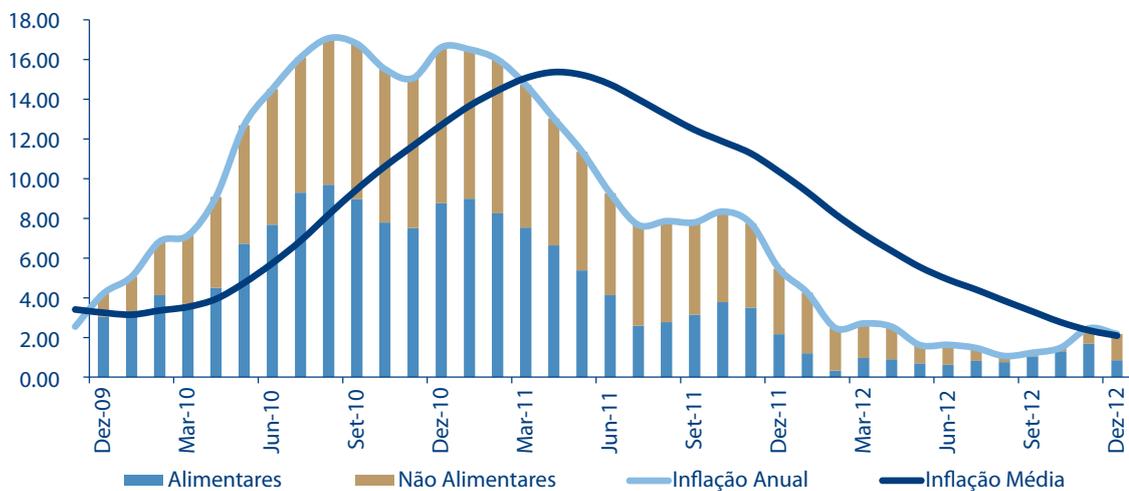
Ao longo do ano de 2012, a inflação homóloga da cidade de Maputo, foi caracterizada por três momentos distintos nomeadamente:

- O período de acentuada desaceleração registado desde o início do ano até ao mês de Maio, reflectindo, em parte, uma maior oferta de frutas, vegetais e outros produtos típicos da época fresca do ano,
- O segundo momento iniciado em Junho marcado por um ligeiro abrandamento do ritmo da desinflação, que veio a ser interrompida no princípio do último trimestre do ano,

- A fase caracterizada por alguma pressão inflacionária que cobriu todo o IV trimestre, devido ao efeito sazonal das expectativas em torno da quadra festiva cujo impacto.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a inflação anual em 2012 foi de 2,18%, abaixo da meta de 5,6% fixada para o mesmo período e 3,28 pp abaixo da registada em Dezembro de 2011. Por seu turno, a inflação média anual manteve a sua tendência de desaceleração, iniciada em Abril de 2011 tendo, no final de 2012 atingido o valor histórico de 2,09%, após situar-se em 10,35% no período homólogo de 2011 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Inflação Anual na Cidade de Maputo



O desempenho deste indicador foi determinado pelas classes de produtos alimentares e dos transportes, ambas com uma contribuição de 1,69 pp para a inflação anual, para além das de habitação, água electricidade e gás (com 15 pb) e de educação, com uma contribuição de 11 pontos base. O efeito conjugado dessas classes foi, porém, atenuado pelo comportamento deflacionista dos bens e serviços que compõem as classes de lazer, recreação e cultura, mobiliário, artigos de decoração e a de bens e serviços diversos, com uma contribuição total de 10 pontos base negativos na inflação total do ano.

Produtos Alimentares: a desaceleração da inflação anual em 2012 resultou da variação menos acentuada dos preços da classe dos produtos alimentares (2,23%) face aos 5,71% registados no final de 2011. Nesta classe, o destaque vai para a subcomponente de frutas e vegetais, cuja contribuição, no indicador geral, foi no sentido de redução devido a conjugação dos seguintes factores: (i) redução dos seus preços, particularmente durante a época fresca do ano, e (ii) a tendência de queda dos preços dos cereais e derivados, bem como, dos produtos agrícolas não processados reflectindo, em parte, a dinâmica do sector agrícola, que cresceu em 7,1% em 2012.

Produtos não Alimentares - os preços dos produtos não alimentares prolongaram o seu movimento descendente iniciado em Fevereiro de 2011, tendo culminado com uma variação de 2,16% em

Dezembro de 2012, depois de 5,3% em igual período de 2011. A desaceleração no período em análise reflectiu, em parte, a manutenção dos preços dos combustíveis líquidos e de outros preços administrados com elevado impacto na inflação geral, contrariada pela tendência altista dos preços dos transportes semicolectivos de passageiros e das rendas de casa, que para além deterem um peso significativo no cabaz, registaram ao longo do ano, um agravamento de 28% e 11,75% respectivamente.

Quadro 4: **Produtos com Maior Contribuição para Inflação Anual**

Inflacionistas			Deflacionistas		
Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)	Produtos	Contr. (pp)	Var. (%)
Transp. semi-colectivos de passag	0.88	28.00	Tomate	-0.23	-8.07
Rendas efectivas pela habitação	0.42	11.75	Consumo de água de cisternas	-0.10	-13.40
Amendoim (miolo)	0.42	16.04	Veículos automóveis novos	-0.10	-6.20
Cebola	0.14	7.83	Tintas e vernizes	-0.09	-5.99
Peixe fresco,	0.13	4.81	Arroz	-0.09	-2.41
Alface	0.11	17.95	Óleos alimentares	-0.06	-3.67
Couve	0.09	13.53	Chinelos e sapatos de quarto	-0.05	-16.21
Carapau fresco ou refrigerado	0.09	4.60	Lenha	-0.04	-9.33
Carne de bovino adulto de primeira	0.09	5.17	Computadores multimédia	-0.04	-8.17
Frango morto limpo	0.07	5.07	Carvão vegetal	-0.04	-1.05
Refeições completas em restaur.	0.07	5.68	Sumos de fruta	-0.03	-6.68
Coco	0.06	7.33	Feijão manteiga	-0.03	-1.66
Outros	0.75		Outros	-0.46	
Sub-total	3.33		Sub Total	-1.37	

Fonte: INE

Core Inflation – IPC da cidade de Maputo

O indicador de inflação usado pelo Banco de Moçambique para efeitos de monitoramento do impacto do desempenho da política monetária, o core inflation, que tem como base a inflação geral que exclui as frutas e vegetais (IPCXFRVEG) registou uma significativa queda ao longo de todo o ano, ao passar de 5,14% em Dezembro de 2011 para 1,88% no final de 2012, nível inferior aos 2,18% de inflação geral, revelando a contribuição revelante deste grupo de produtos na dinâmica da inflação no período.

A variação do índice de preços no consumidor que exclui os produtos com preços administrados desacelerou para 1,51% em Dezembro de 2012 após 5,64%, no ano anterior. De salientar que no ano em análise, do conjunto dos produtos com preços administrados, as autoridades procederam apenas ao ajustamento do preço do transporte público e semicolectivo na magnitude de 40% e 28%, respectivamente.

No entanto, a exclusão no índice geral dos preços dos combustíveis líquidos resulta numa variação anual de 2,3%, o que mostra que esta classe contribui em certa medida para a contenção dos preços no geral, mercê da manutenção dos preços do gasóleo e da gasolina no mercado nacional.

Quadro 5: **Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo**

	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Set-12	Dez-12
Var. IPC Geral	5.46	2.71	1.63	1.23	2.18
Alimentares	5.71	2.51	1.67	2.82	2.23
Frutas e Vegetais	7.22	1.59	3.11	6.69	3.85
Não Alimentares	5.30	2.83	1.61	0.29	2.16
Combustíveis	15.31	15.31	6.09	0.00	0.00
Core Inflation					
IPCx Admin	5.64	2.39	1.58	1.46	1.51
IPCx Frut&Veg	5.14	2.92	1.37	0.30	1.88
IPCx FrutVegAdm	5.33	2.62	1.26	0.37	0.97
IPCx Combust	4.99	2.12	1.40	1.30	2.30

Fonte: INE

Determinantes da Evolução da Inflação 2012

A desaceleração da inflação em 2012 foi influenciada, principalmente, pelos seguintes factores:

Internos:

- Manutenção dos preços administrados de alguns produtos com elevado peso no índice geral, nomeadamente, o preço do pão, electricidade, água potável e combustíveis líquidos.
- Maior oferta de produtos alimentares, favorecida pelas condições climatéricas favoráveis para a produção de frutas e vegetais no ano;
- O bom desempenho da actividade produtiva no geral, e em particular do sector da agricultura e das pescas nos primeiros três trimestres do ano; e
- Relativa estabilidade do Metical, face ao Dólar dos Estados Unidos da América e ao Rand, concorrendo para a redução dos preços dos bens importados.

Externos:

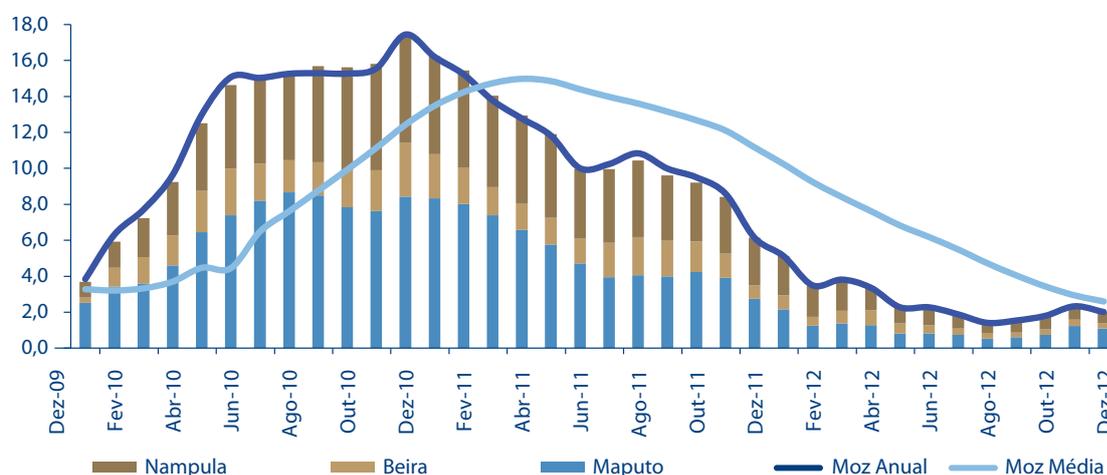
- Queda dos preços internacionais de mercadorias que o país importa e com significativo peso na inflação interna, nomeadamente arroz, açúcar e óleo alimentar; e
- Relativa estabilidade de preços de produtos alimentares sul-africanos.

Comportamento do IPC Agregado: IPC Moçambique

A inflação compilada a partir da variação anual do IPC-Moçambique – que agrega os Índices de Preços no Consumidor das cidades da Beira, Nampula e Maputo – situou-se na magnitude de 2,02%, em Dezembro de 2012, depois de 6,14%, no período homólogo do ano anterior, enquanto a média anual continuou a sua tendência de desaceleração anual, fixando-se em 2,60%, no ano em análise.

O índice agregado foi largamente influenciado pela variação de preços das cidades de Maputo (2,18%), Beira (1,99%), sendo que a cidade de Nampula registou uma inflação anual de 1,78%.

Gráfico 3: **Evolução Anual do IPC Moçambique**



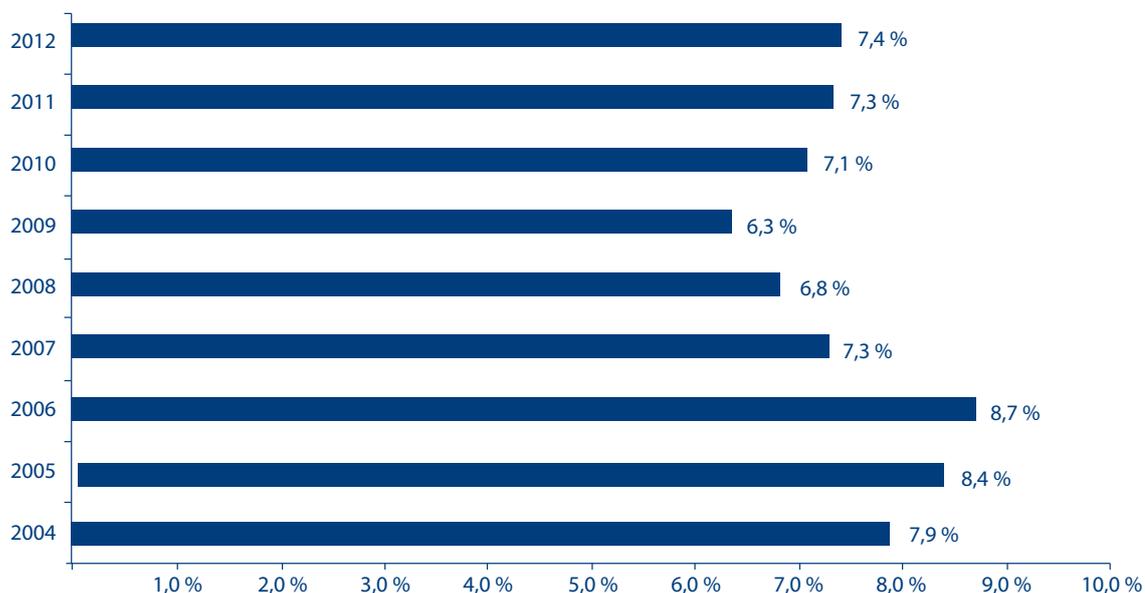
As classes que mais contribuíram para inflação observada foram a de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (1,14 pp), dos transportes (0,31 pp) e da habitação, água, electricidade, gás e outros (0,27 pp).

Em termos de produtos, os que mais contribuíram para a variação positiva do IPC- Moçambique, no ano, bem assim as respectivas contribuições foram os seguintes: transportes (0,44 pp); renda de casa (0,34pp); amendoim em casca e miolo (0,20 pp); peixe fresco, refrigerado ou congelado (0,29 pp), farinha de milho (0,13 pp) dentre outros. Estes incrementos foram parcialmente amortecidos pela contribuição negativa dos seguintes produtos: motorizadas (0,15 pp), Óleo (0,08 pp), arroz em grão (0,08 pp), telemóveis (0,07 pp), feijão manteiga (0,06 pp) dentre outros.

2.1.2. Produto Interno Bruto

Com base nas estimativas do PIB, obtidas a partir da média acumulada dos quatro trimestres de 2012, a economia nacional cresceu em 7,4%, em termos reais, no ano em referência. Este nível representa uma aceleração da economia em 10 pb quando comparado com o de 2011 e acima do crescimento anual médio dos últimos cinco anos (Gráfico 4).

Gráfico 4: **Crescimento anual do PIB (%)**



A dinâmica do crescimento anual do produto interno bruto foi fundamentalmente determinada pela contribuição positiva dos sectores da indústria extractiva, indústria manufactureira, serviços financeiros, agricultura e transportes e comunicações.

Indústria de extracção mineira – apresenta-se como o sector mais dinâmico nos últimos três anos, com um crescimento médio anual de 23,3%. Em 2012, o sector registou um crescimento anual de 40,7% devido, fundamentalmente, ao aumento do volume na sequência do início da produção e exportação de carvão de Moatize e de Benga, conjugado com o aumento da produção de tentelite e zircão nas areias pesadas de Moma.

Transportes e Comunicações - embora com tendência de desaceleração nos dois últimos anos, a seguir a indústria extractiva, este é o segundo sector mais dinâmico da economia nacional, tendo em 2012 registado um crescimento anual de 10,4%, depois de atingir 14,5% e 11,3%, em 2010 e 2011, respectivamente. Os factores que influenciaram a dinâmica deste sector em 2012 foram: (i) o reforço da frota rodoviária para os serviços públicos, e (ii) a crescente demanda de serviços resultante da expansão das zonas per-urbanas;

Construção – após a desaceleração observada nos últimos dois anos, em 2012, a actividade de construção e montagem registou um aumento do volume de produção em 9,8%, como resultado do incremento no volume de investimentos, com destaque para as obras públicas e privadas.

Electricidade e Água – Este sector cresceu no ano em 5%, não obstante o decréscimo registado na produção de energia (-3,5%), determinado pela avaria na bobina de alisamento na hidroeléctrica de Cahora-Bassa, ocorrida em Julho de 2012, cuja reposição ocorreu em Novembro de 2012.

Serviços Financeiros – depois da desaceleração anual de 5,9 pp em 2011, o sector financeiro voltou a crescer a acima de dois dígitos, ao assinalar uma cifra de 12,6% em 2012. O desempenho da actividade financeira reflecte a expansão da rede bancária pelo país e a entrada de novos operadores e serviços financeiros ocorrida no ano, traduzida no aumento do volume do crédito bancário concedido ao sector privado da economia, com reflexos no desempenho do sector real.

Quadro 6: **Produto Interno Bruto na Óptica da Produção**

Sector de Actividade	Variação Anual (%)			Peso do Sector (%)			Contribuição (pp.)	
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2011	2012
Agricultura, pecuária	6.6	6.8	7.1	23.6	23.5	23.4	1.6	1.7
Pesca	8.0	6.0	7.0	1.4	1.4	1.4	0.1	0.1
Ind. Extracção Mineira	12.6	16.1	40.7	1.2	1.3	1.7	0.2	0.5
Industria Transformadora	4.4	3.0	7.9	12.4	11.9	12.0	0.4	0.9
Electricidade e Água	5.6	6.7	-0.4	4.8	4.8	4.5	0.3	0.0
Construção	5.4	4.6	9.8	3.4	3.3	3.4	0.2	0.3
Comércio e Serv. Repar	3.9	5.7	8.2	11.2	11.0	11.1	0.6	0.9
Hotéis e Restaurantes	5.9	9.7	-4.4	1.6	1.6	1.4	0.2	-0.1
Transportes e Comun	14.5	11.3	10.4	11.6	12.0	12.3	1.3	1.2
Serviços Financeiros	12.4	6.5	12.8	5.4	5.4	5.6	0.4	0.7
Aluguer de Imo.Ser. Rep	2.0	1.7	0.3	6.5	6.2	5.8	0.1	0.0
Outros	2.4	2.4	0.5	16.8	17.6	17.4	2.0	1.1
PIB a preços de mercado	7.1	7.3	7.4				7.3	7.4

Fonte: INE

No que respeita a estrutura do produto interno bruto, na óptica de produção, a agricultura incluindo a pecuária, a silvicultura e outras áreas afins, continua a destacar-se como o sector com maior peso na produção global da economia nacional (23,44%). Com efeito, este sector contribuiu com cerca de 1,67 pp no crescimento anual registado em 2012 acima da contribuição de todos os sectores da economia.

O sector dos transportes e comunicações tornou-se o segundo com uma contribuição de 1,25 pontos percentuais, ligeiramente abaixo da contribuição dada por este sector no ano transacto (1,30 pp). Importa também assinalar as contribuições dos sectores da indústria transformadora (0,94 pp), da indústria de extracção mineira (0,52 pp) do comércio e serviços de reparação (0,91 pp), que reflectem o seu crescimento no ano, acima identificado (Quadro 6).

2.2. Finanças Públicas

Em 2012, a Política Fiscal e Orçamental continuou a ser orientada para a prossecução dos objectivos do Programa Quinquenal de Governo (PQG) 2010-2014, coerentes com a necessidade de assegurar a estabilidade macroeconómica e a promoção de um crescimento económico sustentável e inclusivo. Assim, a execução orçamental ao longo do ano foi consentânea com os objectivos do governo, destacando-se a melhoria na arrecadação da receita face a contenção das despesas que têm permitido reduzir o défice global, quando analisados em termos do PIB (quadro 7).

Quadro 7: **Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB**

Rubricas	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Totais	16,9	17,8	20,2	22,6	23,8
Despesas Totais	29,4	32,5	31,7	37,0	32,9
Saldo Global Antes Dos Donativos	(12,5)	(14,7)	(11,6)	(14,4)	(9,1)
Donativos	10,0	9,5	8,3	8,0	5,3
Saldo Global Após Donativos	(2,5)	(5,3)	(3,3)	(6,3)	(3,8)
Crédito Líquido ao Governo	(0,9)	0,3	(0,5)	1,5	0,7
Empréstimos Externos Líquidos	3,0	5,1	3,8	4,8	3,3
Saldo Primário Interno	(3,3)	(4,0)	(2,9)	(3,2)	(0,9)

Em termos quantitativos, a execução orçamental resultou no seguinte:

- Colecta de receitas totais no valor de 98.615 milhões de meticais que constitui um nível de realização do programa de 99,6%;
- Realização de despesas totais e empréstimos líquidos no valor de 136.382 milhões de meticais que representa 98,9% do valor programado;
- O défice global após donativos foi de 15.828,7 milhões de meticais, quando o programa permitia um défice de 14.872,0 milhões de meticais; e
- O défice primário situou-se em 3.907,7 milhões de meticais face ao montante de 5.452.0 milhões de meticais, previsto no programa.

Quadro 8 : Programa de Execução Orçamental (milhões de meticais)

Rubricas	2011	2012	Varição Nominal 2012 (%)	Em % do PIB 2011	Em % do PIB 2012
Receitas Totais	80.625	98.615	22,3	22,6	23,8
Receitas Fiscais	68.269	84.643	24,0	19,1	20,4
Imposto sobre Rendimento	24.888	36.771	47,7	7,0	8,9
Impostos sobre Bens e Serviços	33.764	37.094	9,9	9,5	9,0
Imposto sobre Comércio Externo	6.726	7.575	12,6	1,9	1,8
Outros Impostos	2.891	3.204	10,8	0,8	0,8
Receitas Não Fiscais	2.283	2.776	21,6	0,6	0,7
Receitas Próprias	2.940	3.218	9,4	0,8	0,8
Receitas de Capital	1.355	1.779	31,3	0,8	0,4
Taxas e Receitas Consignadas	5.778	6.199	7,3	0,4	1,5
Despesas Totais e Empr. Líquidos	131.905	136.382	3,4	37,0	32,9
Despesa Corrente	71.496	81.556	14,1	20,0	19,7
Despesa de Investimento	56.750	50.358	(11,3)	15,9	12,2
Empréstimos Líquidos	3.659	4.468	22,1	1,0	1,1
Outras Despesas/Receitas	103	(738)	-	0,0	(0,2)
Donativos	28.632	21.938	(23,4)	8,0	5,3
Indicadores de Desempenho Fiscal					
Saldo Global. Antes Donativos	(51.280)	(37.767)	(26,4)	(14,4)	(9,1)
Saldo Global. Após Donativos	(22.649)	(15.829)	(30,1)	(6,3)	(3,8)
Saldo Primário Interno	(11.312)	(3.908)	(65,5)	(3,2)	(0,9)

Fonte: Ministério das Finanças

2.2.1. Receitas

Em 2012, o Estado arrecadou receitas num valor total de 98.615,0 milhões de meticais, correspondente a um crescimento nominal de 22,3%. Do total das receitas, 84.643,0 milhões de meticais (cerca de 85,8% do total de recursos captados) são receitas fiscais enquanto o remanescente é constituído por outras categorias de receitas, nomeadamente, receitas não fiscais, receitas, receitas de capital e taxas e receitas consignadas, que representam 2,8%, 3,3%, 1,8% e 6,3%, respectivamente do total dos recursos captados.

A decomposição das receitas fiscais permite constatar o seguinte:

Impostos sobre os rendimentos: o montante cobrado nesta componente (36.771,0 milhões de meticais) superou as previsões em 13,0%, tendo contribuído para este desempenho os seguintes factores:

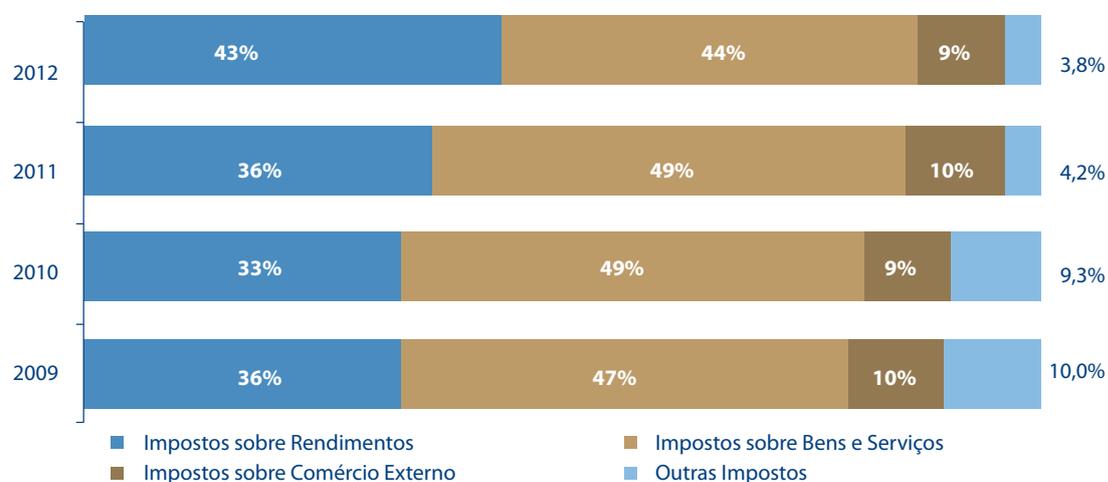
- Acções contínuas de educação fiscal, formação, sensibilização e divulgação da legislação fiscal, que contribuíram para o alargamento da base tributária;

- A tributação de mais-valias, que inclui operações ocorridas na bolsa de valores;
- A verificação e correcção das Declarações Anuais de Rendimento e de Informação Contabilística e Fiscal;
- Recuperação de receitas por via de análise de processos de contas de anos anteriores, que resultou na cobrança adicional do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares; e
- A retenção na fonte sobre os juros de Bilhetes de Tesouro;

Imposto sobre bens e serviços: a arrecadação de 37.094,0 milhões de meticais corresponde a 88% do valor programado, tendo este desempenho sido afectado pelo comportamento das seguintes categorias:

- **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)** – o nível de realização foi de cerca de 88%, tendo-se ressentido da fraca cobrança do IVA sobre as importações cujo grau de execução foi de 82%, devido ao efeito do processo de adaptação no manuseamento do Sistema de Janela Única nos primeiros meses da sua introdução conjugado com a estabilidade da taxa de câmbio.
- Imposto sobre o Consumo Específico de Produtos Nacionais – a colecta efectuada representa 82% do valor previsto reflectindo a cobrança do imposto sobre o consumo da cerveja (81%) explicado pela redução da produção da cerveja devido a trabalhos de manutenção das linhas de produção.
- **Imposto sobre o comércio externo** – foram arrecadados nesta componente 7.575 milhões de meticais, montante que supera a meta em cerca de 4%.
- **Outros impostos** - alcançaram o valor de 3.204,0 milhões de meticais que representa 97% do valor programado, o que é justificada, em parte, pelos seguintes factores:
 - Aumento da cobrança do imposto de superfície, resultante de uma maior dinâmica do sector mineiro; e
 - Regularização dos valores dos anos anteriores do Imposto sobre a Produção do Petróleo.
- No período em referência, destaca-se ainda, o facto das receitas próprias e consignadas, terem registado um desempenho positivo com grau de realização de 183% e 103%, respectivamente.

Gráfico 5: **Estrutura das Receitas Fiscais**



2.2.2. Despesas Totais e Empréstimos Líquidos²

A. Despesa Corrente

Em 2012, o total das despesas correntes foi de 81.556 milhões de meticais (expansão nominal anual de 14,1%), valor abaixo do programado em 3,4 pontos percentuais. Na análise desagregada das despesas correntes o destaque vai para as seguintes componentes:

Despesas com pessoal – os gastos com pagamento de salários e remunerações na função pública evoluíram em linha com o montante programado (41.531,0 milhões de meticais) que corresponde a um acréscimo nominal anual de 16,5% e a cerca de 10,0% do PIB. O comportamento ascendente desta rubrica no ano é justificado pela admissão de novos funcionários no aparelho do Estado, com destaque para os sectores de educação e saúde.

Despesas em bens e serviços – o montante aplicado na compra de bens e serviços totalizou 14.252 milhões de meticais, representando um crescimento nominal anual em 31,7% e um grau de realização do valor programado de 102%.

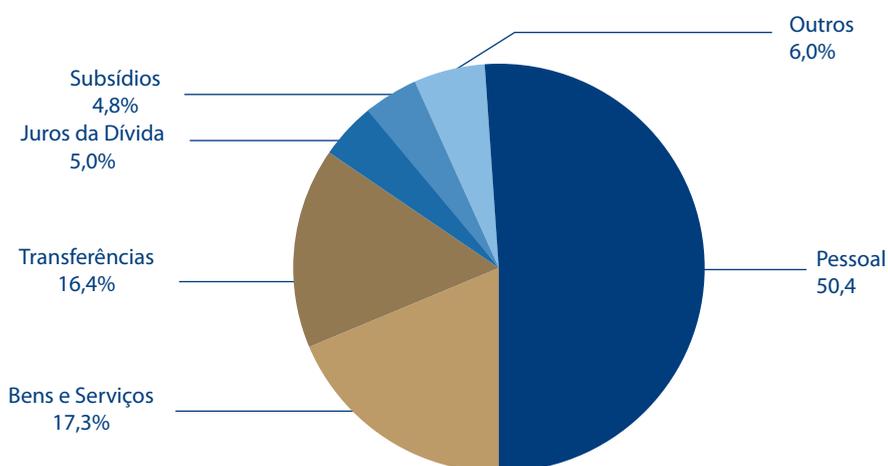
Transferências Correntes – os gastos em transferências correntes foram de 13.546 milhões de meticais, equivalentes a um crescimento nominal de 20,7% e um nível de realização do programa de 99%. Nesta categoria, importa destacar o desempenho das transferências a administração privada que foi de 44% que inclui as dotações aos partidos políticos com assento no parlamento.

² As despesas totais incorporam as despesas correntes e de investimento. As despesas correntes correspondem aos gastos que os órgãos e instituições do Estado têm feito de forma rotineira em cada exercício económico. As despesas de investimento consistem na criação de novo stock de capital, como por exemplo construções de estradas, pontes entre outros. Os empréstimos líquidos referem-se aos empréstimos concedidos pelo Tesouro às empresas públicas.

Encargos com a dívida pública – os gastos com serviço da dívida totalizaram 4.125,0 milhões de meticais, correspondente a um grau de cumprimento de programa de 89%, influenciado pela componente da dívida interna (81%) favorecido pelo baixo nível de taxa de juro, num contexto em que os encargos da dívida externa estiveram 15% acima do programado

Subsídios – o valor utilizado nesta componente foi de 3.961,0 milhões de meticais, uma contracção anual de 24,4% e um nível de execução do programa de 75%, determinado pela queda dos subsídios pagos às gasolneiras em 39,7% e às moageiras e panificadoras em 82%, reflectindo a estabilização dos preços dos bens subsidiados nos mercados internacionais.

Gráfico 6: **Estrutura das Despesas Correntes - 2012**

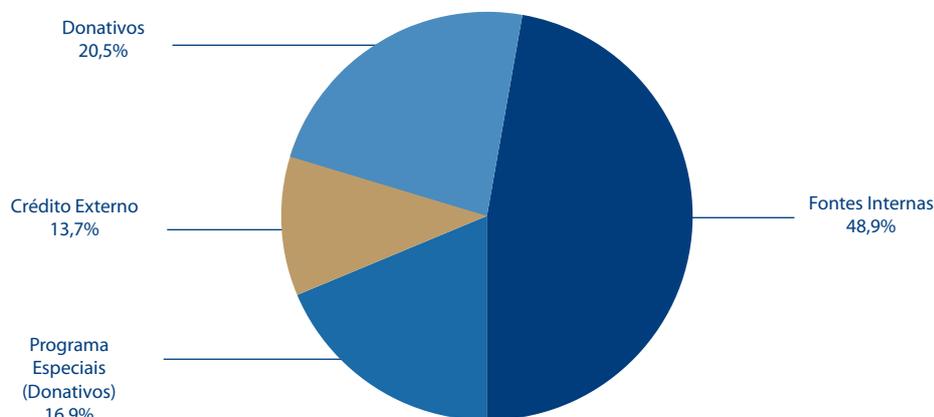


B. Despesas de Investimento

Para 2012, o programa orçamental previa a realização de despesas de investimento num montante de 46.990,0 milhões de meticais, do qual 22.730,0 milhões de meticais (48,4%) seriam financiados com recursos externos. Porém, o valor das despesas de investimento extravasou o programado, situando-se em 50.358,0 milhões de meticais³, cerca de 7,2 pp acima do previsto, resultantes, essencialmente, da entrada de recursos externos acima do previsto em 13.2 pp, o que criou espaço para a realização de mais investimentos públicos. No entanto, comparando com o ano anterior, o montante alocado ao investimento público reduziu em 11,3%, explicada pela conclusão de alguns programas financiados pelos parceiros.

³ As despesas de investimento constituem 36,9% do total de despesas (incluindo empréstimos líquidos), reflectindo um declínio de 6,1 pp face ao observado em 2011.

Gráfico 7: Fontes de Financiamento do Investimento - 2012



C. Empréstimos Líquidos

No período em análise, os empréstimos líquidos do tesouro público às empresas totalizaram 4.468,0 milhões de meticais, determinados, basicamente, pelos empréstimos às empresas públicas garantidas pelo Estado no montante de 4.852,0 milhões de meticais e pelo saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas na ordem de 310,0 milhões de meticais. Entretanto, o Tesouro recuperou 694,0 milhões de meticais referentes aos contravalores cobrados mas não gerados no período.

2.2.3 Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

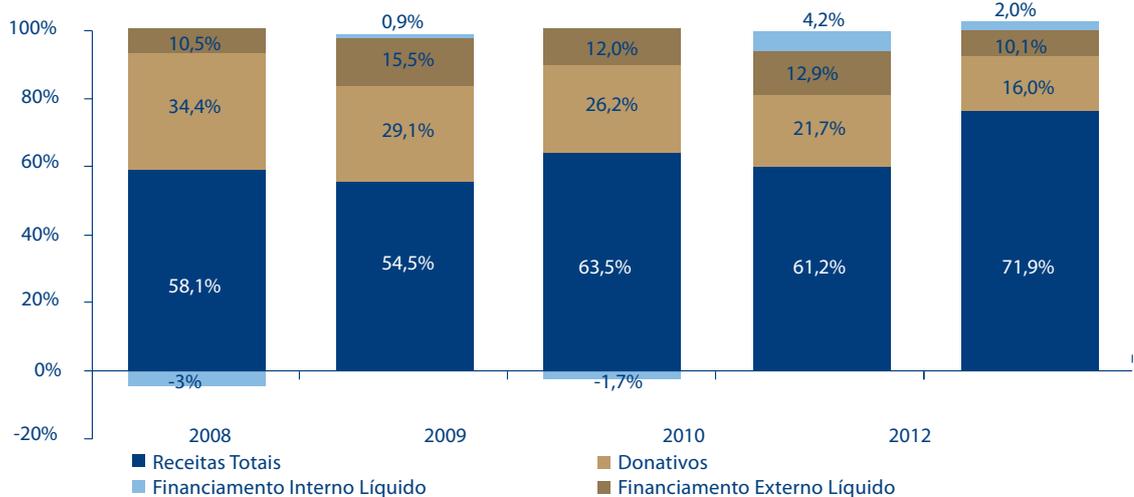
O programa orçamental previa, para 2012, um défice global antes de donativos de cerca de 38.748,0 milhões de meticais, que seria financiado com recurso aos donativos no valor de 23.876,0 milhões de meticais, e o remanescente através de créditos externos e internos. Efectivamente, o défice global antes de donativos fixou-se em 37.767,0 milhões de meticais, 2,5 pp abaixo do valor previsto.

Para a cobertura das despesas totais realizadas durante o ano, o Estado recorreu as seguintes fontes de financiamento:

- Receitas Totais: 98.615,0 milhões de meticais, equivalentes a 72% do total de recursos financeiros usados no ano, mais 10,8 pp, em relação ao observado em 2011.
- Donativos: 21.938,0 milhões de meticais, constituindo 16% do total de recursos financeiros do orçamento, tendo registado um declínio de 5,7 pp comparativamente ao peso apresentado em 2011 e que no entanto, se situou em 8,1 pp abaixo do valor projectado.

- Empréstimos externos líquidos: 13.833 milhões de meticaís, equivalentes a um abrandamento em 2,8 pontos percentuais, relativamente a 2011 reflectindo parcialmente a redução nominal dos desembolsos em 2.728 milhões de meticaís (-15,0%) face a um acréscimo da amortização da dívida externa em 493 milhões de meticaís (44,0%), resultando na redução global nominal dos empréstimos líquidos em 3.221 milhões de meticaís (-18,9%).

Gráfico 8: Fontes de Financiamento do Orçamento



2.3. Sector Monetário e Cambial

Para o alcance dos objectivos macroeconómicos estabelecidos para 2012, o programa monetário impunha uma expansão da variável operacional, a base monetária (BaM), não superior em termos de saldo médio a 18%, e para a oferta monetária (M3) e o crédito a economia previa-se um crescimento até o limite dos 18.6% e 17.9%, respectivamente.

Para prossecução deste programa, a política monetária continuou a privilegiar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários, nomeadamente a emissão de Bilhetes do Tesouro e as operações de títulos com acordo de recompra, realizadas no Mercado Monetário Interbancário conjugada com as transacções no Mercado Cambial Interbancário consubstanciadas nas compras e vendas de divisas, tendo em consideração as condições de liquidez existentes no mercado em cada momento, bem assim, o comportamento da taxa de câmbio e o nível de reservas internacionais líquidas.

Refira-se que em 2012 a política monetária do Banco de Moçambique, foi orientada tendo em vista a criação de espaço monetário que permitisse a expansão do crédito bancário para o sector privado, e deste modo contribuir para a dinamização da actividade económica num ambiente de inflação controlada. Neste sentido, o Comité de Política Monetária (CPMO), foi ao longo do ano, revindo em baixa as suas taxas de juro de referência e do coeficiente de reserva obrigatória,

tendo a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) sido reduzida em termos acumulados em 5,5 pp fixando-a no fecho do ano em 9.25%, a da Facilidade Permanente de Deposito (FPD) em 2,75 pp para 2,25%, enquanto o coeficiente de reserva obrigatória passou de 8,75% em Dezembro de 2011 para 8%, no final de 2012.

O Quadro 9 apresenta as principais metas, obrigatórias e indicativas, do programa monetário para 2012 e o respectivo grau de execução, onde se destaca a aceleração do crescimento dos principais agregados monetários, em linha com a política monetária adoptada em 2012.

Em relação ao cumprimento do programa importa destacar que apesar dos agregados monetários terem expandido acima dos níveis previstos, a inflação observada esteve abaixo da programada.

Quadro 9: **Programa Monetário e Realização**

Agregados	Realizado			Programado
	Dez -2010	Dez-2011	Dez-2012	Dez -2012
Objectivos finais				
Inflação homóloga (%)	16,6	5,5	2,18	5,6
Inflação média anual (%)	12,7	10,4	2,09	7,2
RIL 's (USD 10^6)	1.908	2.240	2.605	2.530
Meses de cob. de imp. (incl GP)	4,4	5,2	5,7	4,7
Objectivos intermédios				
CLG _{sistema} (Fluxo, MZN 10^6)	-1.737,0	5.584,5	2.707	52
Variação do M3 (%)	22,8	8,1	29,4	18,6
Variação do M2 (%)	17,6	21,9	25,6	18,7
Variável Operacional (saldo médio)				
BaM (MZN 10^6)	31.851,0	33.275	40.283	39.264
Variação da BaM (%)	35,0	4,5	21,1	18,0

Fonte: DEE- BM

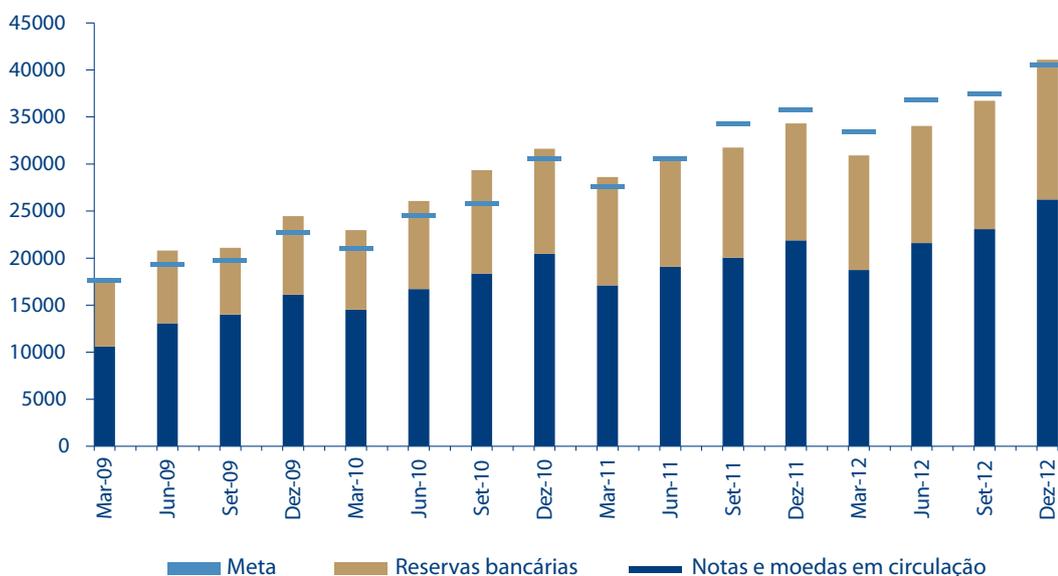
No que se refere ao indicador do desempenho do sector externo, assinala-se que no ano, o país acumulou reservas internacionais líquidas acima do previsto, tendo o fechado o ano com um saldo de USD 2.605 milhões, correspondente em termos de reservas brutas, a cobertura de 5,7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas as transacções dos grandes projectos.

2.3.1. Base Monetária

A Base Monetária (BaM) - variável operacional da política monetária - registou no final de 2012 um saldo de 41.086 milhões de meticais, que equivale a um aumento no ano de 6.775 milhões de meticais (19,8%), determinado pelo acréscimo das notas e moedas em circulação em 4.343 milhões de meticais (19,8%) e das reservas bancárias em 2.431 milhões de meticais (19,6%). Relativamente a meta o incumprimento foi de 585 milhões de meticais, influenciado pela expansão das reservas bancárias. Em 2011 este agregado havia expandido em 8,5%.

Considerando os valores médios mensais, o mesmo agregado registou um incremento anual de 2 1.1%, ao observar um saldo médio em Dezembro de 40.283 milhões de Meticais, montante que também se situou acima da meta estabelecida para o período em 1.019 milhões de meticais.

Gráfico 9: **Evolução da BaM versus Meta**



Como se pode observar no gráfico 9, em geral a BaM evoluiu dentro das metas infra-anuais estabelecidas ao longo do ano, tendo no entanto, o aumento das reservas bancárias registado em Dezembro (decorrente dos elevados pagamentos líquidos das despesas do Estado naquele mês) resultado duma aceleração deste agregado na parte final do ano e por esta via, determinado o incumprimento da meta estabelecida para o final do Ano. Também contribuiu para o incumprimento da meta anual da BaM, o facto do final do ano ter coincidido com um fim-de-semana longo, e que fora anunciado tardiamente, o que acabou por condicionar a esterilização dos excessos de liquidez verificados nos últimos dias de 2012, pelo Banco de Moçambique através dos mercados interbancários.

Gráfico 10: **Estrutura da Base Monetária e Taxa de Crescimento**



O gráfico 10 permite salientar a aceleração do crescimento da BaM e manutenção da estrutura deste agregado ao longo de 2012 com as NMC e as RB a representarem 64% e 36% do total, respectivamente, apesar da variação anual das RB de cerca de 20% (quadro 10).

Quadro 10: **Base Monetária e suas Componentes, saldos em 10⁶ MT**

	Dez -10	Dez-11	Dez-12		Meta:Dez-12	
	Saldo	Saldo	Saldo	V. Anual	Saldo	V. Anual
Base Monetária	31,618	34,311	41.086	19.7%	40.487	18,0%
Notas e Moedas em Circulação	20,447	21,899	26.242	19,8%	27.666	26.3%
Reservas Bancárias	11,172	12,412	14.844	19,6%	12.820	3,3%

Fonte: DEE- BM

Este aumento das reservas bancárias reflectiu o acréscimo das componentes em MN em 2.202 milhões de meticais (19,2%) e em ME em 229 milhões de meticais (24.5%), tendo o incremento da componente em moeda nacional, sido determinado pelos seguintes factores:

- Realização de despesas líquidas pelo Estado no âmbito da execução orçamental, no valor de 26.588 milhões de meticais, dos quais 12.051 milhões de Meticais, correspondente a 45.3% do total, foram pagos no quarto trimestre, o que espelha a concentração de pagamentos por parte do Estado na parte final do ano; e
- Vencimento líquido de Bilhetes do Tesouro no total de 977 milhões de meticais. Este resultado está em linha com as medidas expansionistas do BM, concretamente, a sua fraca intervenção no MMI fez com que os vencimentos destes títulos superassem os valores emitidos e colocados neste mercado.

A expansão das reservas bancárias teria sido mais expressiva se não tivessem ocorrido as seguintes operações que permitiram conter o movimento ascendente deste agregado:

- i) Vendas líquidas de divisas no MCI no contravalor de 13.877 milhões de meticais, cerca de metade do realizado em 2011;
- ii) Levantamentos líquidos de numerário pelos bancos comerciais, totalizando no ano 2.698 milhões de meticais; e
- iii) Aplicações líquidas de fundos pelos bancos comerciais na janela da facilidade permanente de depósitos no valor de 8.732 milhões de meticais.

2.3.2. Mercados Interbancários

No mercado monetário, o período em análise foi caracterizado pela manutenção de posições longas em termos de liquidez pelas instituições de crédito, o que terá justificado a forte aderência destas instituições aos produtos disponíveis nos mercados interbancários com destaque para a Facilidade Permanente de Depósito (FPD), contrariando em parte, o sentido da Política Monetária adoptada no período, que tinha como objectivo final o incentivo ao aumento do crédito bancário ao sector privado, através da redução das taxas de intervenção no MMI e da colocação de Bilhetes do Tesouro em montantes reduzidos. No período, assistiu-se também a uma substancial redução da procura de liquidez por parte das instituições de crédito intervenientes neste mercado, particularmente por via do recurso à Facilidade Permanente de Cedência (FPC).

Enquanto isso, no mercado cambial, à semelhança do que havia ocorrido no ano anterior, em 2012, o Banco de Moçambique voltou a posicionar-se como vendedor líquido de divisas, não obstante a compra divisas disponibilizadas pelas instituições de crédito intervenientes neste mercado, num montante total de cerca de USD 183 milhões, ser igual ao que havia adquirido junto das mesmas instituições em 2011

Em termos globais, através das intervenções nos mercados interbancários, o Banco de Moçambique esterilizou liquidez em 2012 no montante de 22.075 milhões de meticais, quando em 2011 havia esterilizado 17.658 milhões de meticais.

A. Mercado Monetário Interbancário (MMI)

As intervenções do Banco de Moçambique no MMI em 2012 resultaram em:

- Emissão e colocação de Bilhetes do Tesouro no valor nominal de 39.218 milhões de meticais, contra um vencimento de 39.002 milhões de meticais, tendo resultado numa emissão líquida de 216 milhões de meticais, que contribuiu para o incremento do valor nominal dos títulos em carteira das instituições financeiras e não financeiras para 23.073 milhões de meticais em 31 de Dezembro de 2012. O montante de títulos na posse destas instituições oscilou ao longo do ano, tendo atingido valor máximo de 26.990 milhões de meticais em Maio e mínimo de 15.200 milhões de meticais em Setembro e Outubro de 2012.

No que respeita a maturidade, continuou a observar-se a predominância de títulos alocados no prazo de 364 dias (45,1%), apesar do incremento considerável das preferências pelos títulos com a maturidade de 91 dias, que passaram de 8,8% do total dos títulos no final de 2011 para 36,3% no final de 2012. Esta alteração de preferência por títulos de curto prazo encontra sustentação nas expectativas dos intervenientes do mercado quanto à trajectória futura das taxas de juros neste segmento de mercado e do andamento da inflação no curto e médio prazos.

- Emissão e colocação de 215.435 milhões de meticais na janela da reverse repo, dos quais 207.453 milhões de meticais foram reembolsados pelas instituições de crédito no mesmo período, resultando numa emissão líquida de 7.982 milhões de meticais, após um vencimento líquido de 15 milhões de meticais observados no ano anterior.

Adicionalmente, as operações realizadas por iniciativa das instituições de crédito no mercado monetário em 2012 resultaram no seguinte:

- Incremento das aplicações na janela da Facilidade Permanente de Depósito para um montante global e acumulado de 1.994.641 milhões de meticais, representando uma média de 830 milhões de meticais por operação, contra 122.439 milhões de meticais aplicados em 2011, correspondentes, a uma média de 190 milhões de meticais por operação. O aumento de aplicações nesta janela deveu-se, em boa parte, ao incremento da liquidez no sistema bancário decorrente das medidas de política monetária acima identificadas conjugadas com a preferência dos bancos por aplicações em produtos de curto prazo, dada a dimensão do mercado monetário em particular e do financeiro em geral.
- Redução das solicitações de liquidez por parte das instituições de crédito junto ao Banco de Moçambique através da janela da Facilidade Permanente de Cedência para um total de 14.897 milhões de meticais, correspondendo a uma média de 56 milhões de meticais por operação, contra os 163.479 milhões de meticais no ano anterior, o equivalente a 271 milhões de meticais por operação. A redução das contratações de liquidez nesta janela, apesar da revisão em baixa da taxa de juro a ela associada ao longo do ano, sugere um excesso temporário de liquidez no sistema devido aos factores acima referidos.
- Aumento das operações de permuta de fundos entre as instituições de crédito durante o ano para 206.424 milhões de meticais, o equivalente a uma média de 67 milhões de meticais por operação, contra os 157.998 milhões de meticais registados no ano anterior, correspondentes a uma média de 51 milhões de meticais por operação.

B. Mercado Cambial Interbancário (MCI)

Ao longo de 2012, as intervenções do Banco de Moçambique no MCI permitiram:

- Vender divisas aos bancos comerciais no montante global de USD 630 milhões em 2012, isto é, USD 60 milhões acima do montante registado no ano anterior, derivado do aumento da procura de divisas manifestada pelas instituições de crédito neste segmento de mercado.

- Comprar divisas dos bancos comerciais no montante de USD 133 milhões, ou seja, USD 50 milhões abaixo do comprado em 2011. O valor de divisas comprado pelo Banco de Moçambique foi essencialmente determinado pela entrada de moeda estrangeira nas contas das instituições de crédito principalmente na forma de receitas de exportações e investimento directo estrangeiro.

Por seu turno, as transacções entre as instituições de crédito no Mercado Cambial atingiram USD 903 milhões, após USD 896 milhões no ano anterior, perfazendo uma média por operação de USD 5 milhões, contra USD 4 milhões em 2011.

Quadro 11 : **Operações dos Mercados Interbancários**

	2010	2011	2012
Operações do BM			
Mercado monetário (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro emitidos	18.770	42.475	39.218
Bilhetes do Tesouro reembolsados	29.051	36.902	39.002
Repos emitidos	26.173	10.555	215.435
Repos reembolsado	27.373	10.570	207.453
Mercado cambial (USD 10⁶)			
Divisas vendidas	789	570	630
Divisas compradas	41	183	133
Liquidez esterilizada (10⁶ MT)			
Mercado monetário	10.281	-5.574	-8.198
Mercado cambial	-24.323	-12.084	-13.877
Mercado monetário			
Saldos (10⁶ MT)			
Bilhetes do Tesouro	13.551	22.857	23.073
91 dias	4.702	2.009	8.383
182 dias	502	4.490	4.290
364 dias	8.348	16.358	10.400
Valor médio por operação (10⁶ MT)			
FPD	69	190	830
FPC	1.696	271	56
Permutas	51	51	67
Taxas de Juro (em %)			
FPD	4,0	5,0	2,25
FPC	15,5	15,0	9,50
Permutas	13,14	11,67	2,90
Bilhetes do Tesouro			
91 dias	14,78	11,80	2,60
182 dias	15,01	12,11	3,40
364 dias	15,47	12,27	3,70

Fonte: DEM - BM

Nota: * valor agregado de repos e reverse repos.

2.3.3. Taxas de Juro

A. Mercado Monetário Interbancário

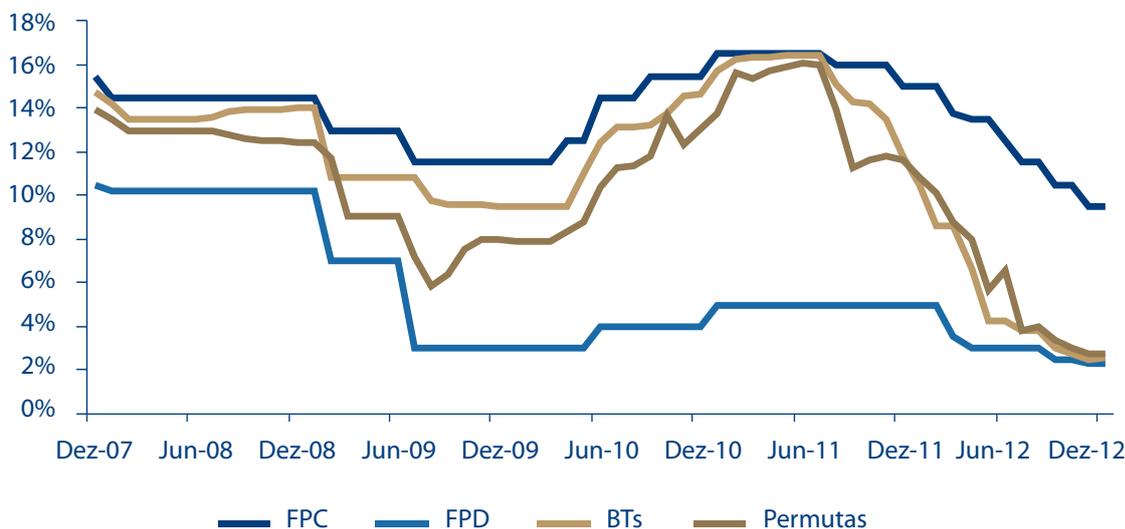
As taxas de juro dos produtos financeiros transaccionados no Mercado Monetário Interbancário observaram uma acentuada queda durante o ano de 2012, com as taxas de 91, 182 e 364 dias a reduzirem em 8,99pp, 8,73pp e 8,52pp, para 2,59%, 3,38% e 3,58%, respectivamente, no final de 2012.

O comportamento da taxa de juro dos bilhetes de tesouro reflectem o relaxamento da política monetária que se traduziu nos sucessivos cortes na taxa de juro da FPC e na redução da colocação de bilhetes de tesouro no MMI, com o objectivo de induzir aos bancos comerciais a reduzir as suas taxas de juro a retalho e a conceder mais crédito à economia, num contexto de desaceleração da inflação.

O ajustamento verificado nas taxas de juro do MMI resultou no aumento do diferencial entre a FPC e as taxas de bilhetes de tesouro de 2,9% para 6,9%, ao longo do período em análise. Por sua vez, a taxa de juro média das permutas de liquidez entre as instituições de crédito também seguiu a mesma tendência ao reduzir de 8,92% em Dezembro de 2011 para 2,75% no fecho Dezembro de 2012.

B. Taxas a Retalho

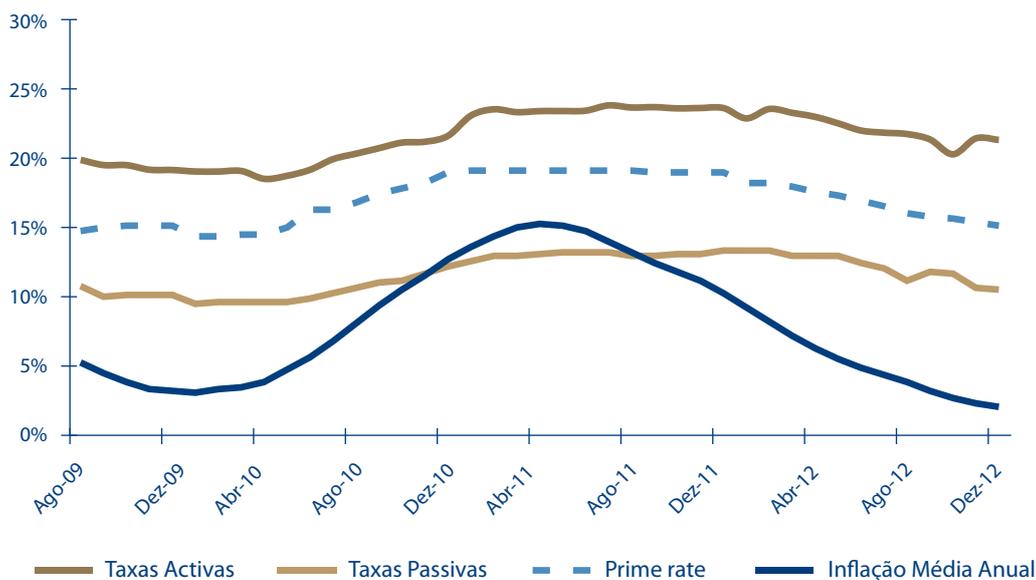
Gráfico 11: Taxas de Juro do Mercado Monetário Interbancário



As taxas de juro a retalho têm reagido lentamente aos sinais emitidos pelo BM e à tendência de queda das taxas do MMI, reflectindo, provavelmente, o impacto de outro tipo de factores estruturais que ainda prevalecem no mercado financeiro doméstico, bem assim, ao impacto da crise económica internacional. Com efeito, as taxas de juro praticadas pelos bancos nas transacções com o público em geral indicam que a taxa de juro média nominal de empréstimos em moeda nacional para o

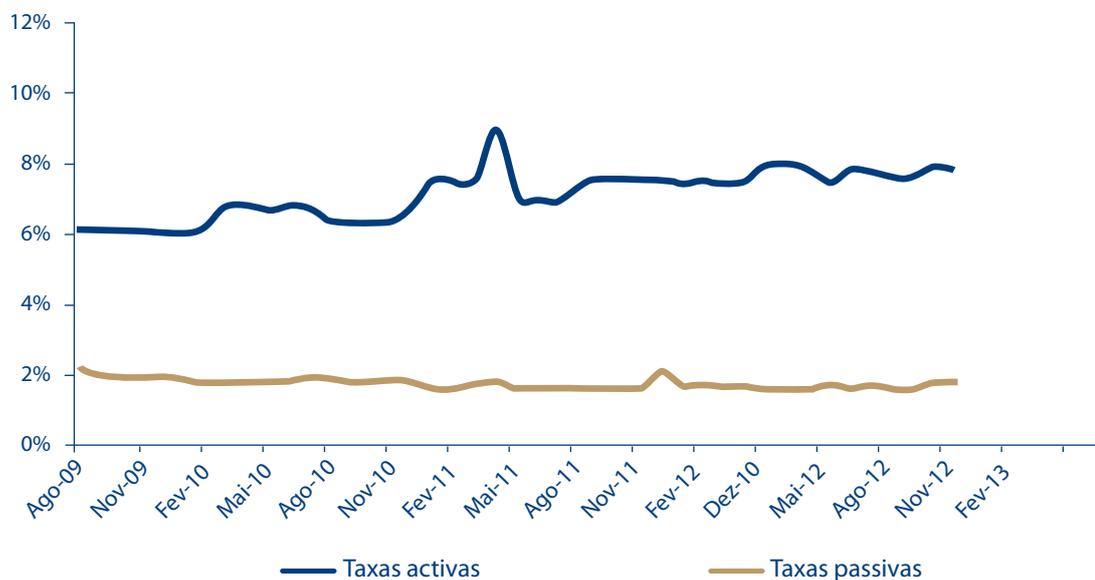
prazo de um ano reduziu em 2,3 pp para 21,38%, em 2012, enquanto a queda da dos depósitos para o mesmo prazo foi de 2,8 pp para 10,53% no fecho do ano de 2012 (Gráfico 11). Com estas variações, o diferencial entre as mesmas aumentou em cerca de 52 pb, para 10,85% em Dezembro de 2012. Por seu turno, a prime rate também reduziu em 395 pb em relação a Dezembro de 2011, fixando-se em 15,13%.

Gráfico 12: **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda Nacional e Inflação**



Com a queda tímida das taxas de juro a retalho, num cenário de uma acentuada desaceleração da inflação média anual, as taxas de juro reais aumentaram, tendo a taxa média dos empréstimos para maturidade de um ano passado para 19,3% (aceleração de 5,96pp), enquanto a dos depósitos ascendeu a 8,4% em Dezembro de 2012, após 3% no período homólogo do ano anterior.

Gráfico 13: **Taxas de Juro Médias Nominais em Moeda estrangeira**



Por seu turno, a remuneração das operações em moeda estrangeira, com as taxas de empréstimos de um ano a acelerarem em 60 pb para 8,77% e as de depósitos reduziram em 394 pb para 1,4% (Gráfico 12). Com esta evolução, o spread entre as taxas activas e as passivas incrementou em 77 pb para 7,35 pp.

Caixa 2: Medidas de Política Monetária Tomadas pelo Banco de Moçambique em 2012

A evolução da inflação em 2012 reflectiu, em boa parte, as medidas de política monetária tomadas pelo Banco de Moçambique, que por seu turno tiveram em consideração o comportamento que os principais indicadores económico-financeiros do país, principalmente os agregados monetários, observaram em cada momento e as respectivas projecções de curto e médio prazos, bem assim, os objectivos macroeconómicos do Governo estabelecidos para finais de 2012, nomeadamente um crescimento do PIB de 6,7% e uma inflação anual de 5,6%. As medidas tomadas pelo Comité de Política Monetária, tiveram ainda em consideração os riscos prevalentes na economia internacional, com destaque para a evolução da crise da dívida soberana nos países da Zona do Euro.

Assim, ao longo do ano, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique tomou as seguintes medidas de política:

- Alteração do coeficiente de reservas obrigatórias, consubstanciada pela revisão em baixa, por duas vezes, através dos Avisos nº 1/GBM/2012, de 11 de Maio, e nº 2/GBM/2012, de 15 de Agosto, num total de 50 pontos base;
- Alteração da taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez, materializada pela revisão em baixa, por seis vezes, num total acumulado de 550 pontos base, fixando-a no fecho do ano em 9,50%.
- Revisão em baixa da taxa da facilidade permanente de depósito, por quatro vezes, num total acumulado de 275 pontos base, tendo a mesma se posicionando em 2,25% no último dia do ano;

Para a desaceleração da inflação contribuíram também: (i) as medidas de contenção do custo de vida implementadas pelo Governo, nomeadamente a manutenção dos preços da maioria dos produtos com preços administrados ao longo do ano; (ii) o incremento da oferta de produtos alimentares, com destaque para frutas e vegetais; (iii) a evolução favorável dos preços dos principais produtos importados por Moçambique no mercado internacional, entre outros factores.

2.3.4. Taxas de Câmbio

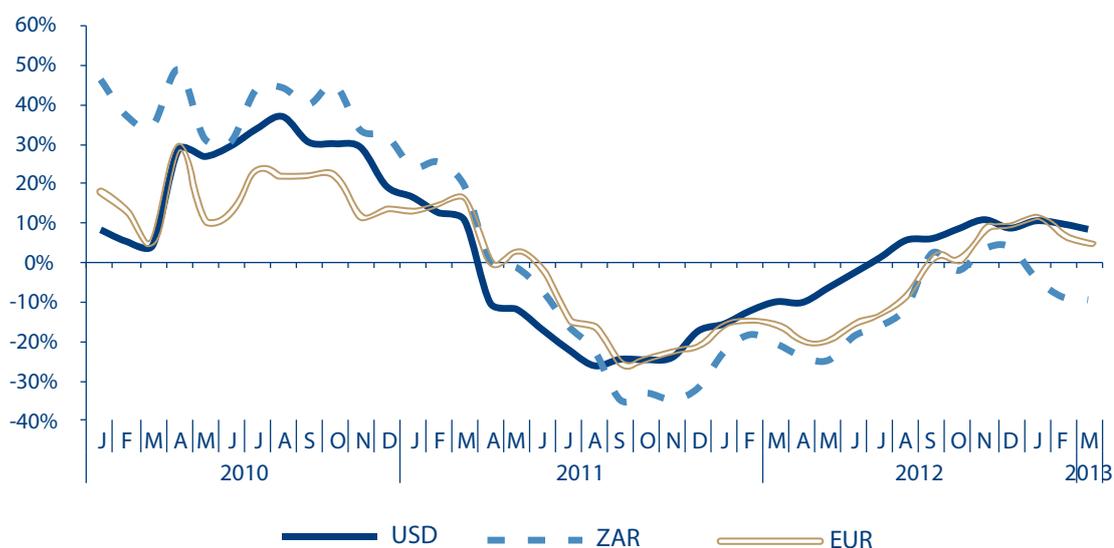
Ao longo de 2012, o comportamento do Metical face às principais moedas transaccionadas no mercado cambial foi de estabilidade, com uma ligeira depreciação do metical face ao dólar dos EUA, do Euro e do Rand sul-africano, após períodos de acentuada apreciação da moeda doméstica em 2010 e 2011.

Com efeito, a cotação do Dólar dos Estados Unidos da América em 31 de Dezembro de 2012, no mercado cambial interbancário foi de 29,51 meticais, representando uma depreciação anual de 8,73% quando em 2011 a apreciação anual havia sido de 17,33%.

A depreciação do Metical face ao dólar em 2012 poderá ter sido reflexo do fortalecimento da própria moeda norte-americana no mercado internacional, dos efeitos da postura de relaxamento da política monetária adoptada pelo BM ao longo do ano, bem assim, do aumento da procura por divisas, em parte, associadas ao aumento das importações totais do país

No segmento dos bancos comerciais com o público, o Dólar dos EUA estava cotado no final de 2012 a 27,73 meticais, equivalente a uma depreciação anual de 9,06%. No mesmo sentido evoluiu a taxa de câmbio das transacções realizadas pelas casas de câmbio com os seus clientes, que depreciou em 10,99% para a magnitude de 30,71 meticais por dólar, no final de Dezembro de 2012.

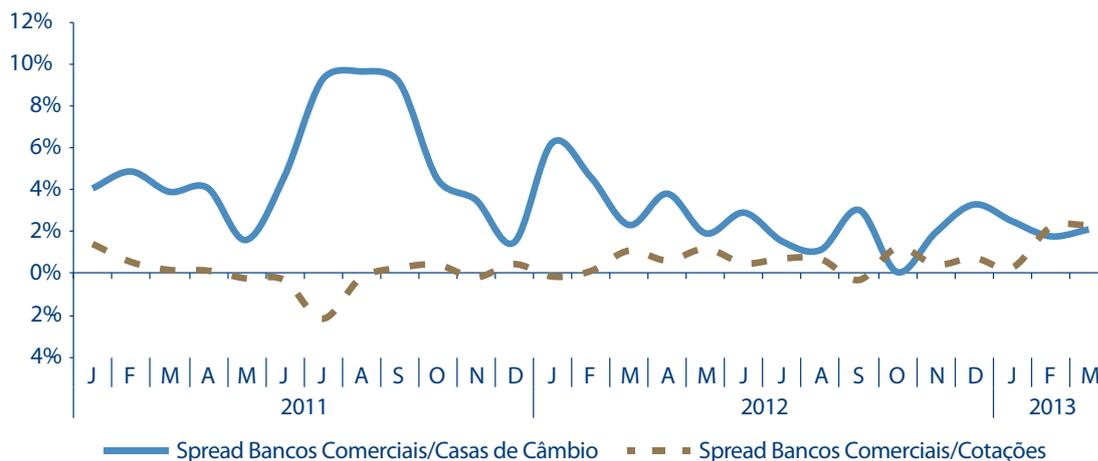
Gráfico 14: **Variação Anual da Taxa de Câmbio Nominal**



No período em referência, o Metical depreciou em relação ao Euro e ao Rand em 10,79% e 4,52%, respectivamente, tendo-se fixado em 38,9 Meticais/Euro e 3,47 Meticais/Rand, no dia 31 de Dezembro de 2012. O spread entre a taxa de câmbio dos bancos comerciais e das cotações registou uma certa estabilidade ao longo do ano, tendo seu valor mínimo sido de -0,31% em Setembro e o máximo

de 1,21% em Outubro, a reflectir uma menor depreciação da taxa das cotações relativamente a dos bancos comerciais. No entanto, a taxa de câmbio das casas de câmbio comparada com a dos bancos comerciais regista um melhoramento do spread de 6,27%, em Janeiro, para 3,31%, em Dezembro (Gráfico 15).

Gráfico 15: **Spreds das taxas de Câmbio**



2.3.5. Massa Monetária

Em Dezembro de 2012, o saldo do agregado mais amplo de moeda - M3 – composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em meticais e em moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias foi de 186.013 milhões de meticais, decorrente de um fluxo anual de 42.211 milhões de meticais, correspondente a uma variação de saldos de 29,4%, cerca de 21,6 pp acima da expansão observada em 2011 (Quadro 12).

Quadro 12: **Evolução dos Meios Totais de Pagamentos (10⁶ MT)**

	Dez - 11	Dez - 12	Variação Anual	
			Nominal	%
NMC	17.476	19.663	2.187	12,5
Depósitos MN	88.222	113.053	24.831	28,1
M2	105.697	132.715	27.018	25,6
Depósitos em ME	38.104	53.298	15.193	39,9
ME – USD	1.395	1.792	396	28,4
M3 c/ Impacto Cambial	143.802	186.013	42.211	29,4
Impacto Cambial	600	-430		
M3 sem Impacto Cambial	143.202	186.443		
Depósitos ME (% do M3)	27	29		

	Depósitos Totais					
	Saldos - 10 ⁶ MT		Estrutura (%)		Variação (%)	
	Dez - 11	Dez - 12	Dez - 11	Dez - 12	Nominal	%
Meticais	88.222	113.053	69,8	68,0	24.831	28,1
Empresas	37.806	49.382	29,9	29,7	11.576	30,6
Admin. Est. e Locais	1.491	1.497	1,2	0,9	6	0,4
Outros Sect. Residentes	48.925	62.174	38,7	37,4	13.249	27,1
Moeda Estrangeira	38.104	53.298	30,2	32,0	15.193	39,9
Empresas	25.229	36.994	20,0	22,2	11.765	46,6
Admin. Est. e Locais	111	212	0,1	0,1	102	92,2
Outros Sect. Residentes	12.765	16.091	10,1	9,7	3.326	26,1
Depósitos a Ordem (DO)	80.103	109.534	63,4	65,8	29.431	36,7
Depósitos a Prazo (DP)	46.223	56.817	36,6	34,2	10.594	22,9

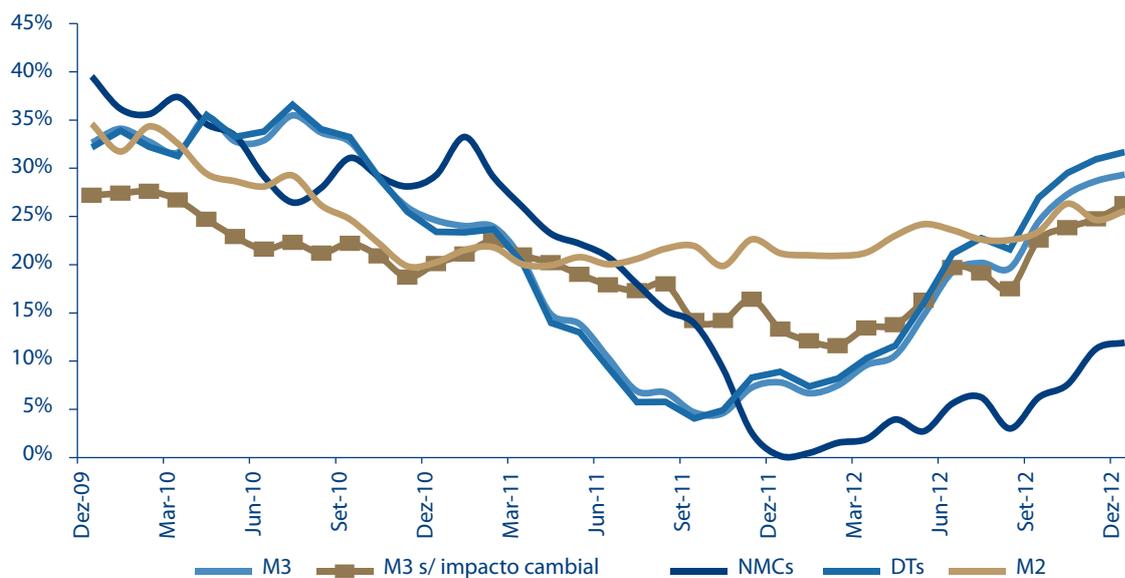
Fonte: DEE

A evolução deste agregado em 2012 reflectiu, em parte, os seguintes factores:

- As medidas de relaxamento de política monetária, implementadas em 2012, traduzidas na redução sistemática das taxas de referência do Banco de Moçambique; e
- O impacto da depreciação da moeda nacional, face às moedas dos principais parceiros comerciais do país, que concorreu para um incremento dos depósitos denominadas em moeda estrangeira.
- A análise das componentes da massa monetária permite constatar o seguinte:
- Os depósitos totais foram os que mais contribuíram para a expansão do agregado, tendo incrementado no ano em referência em 166.350 milhões de meticais (31,7%), face a uma expansão das notas e moedas em circulação de 19.663 milhões de meticais (12,5%);

- Em termos de denominação, a componente dos depósitos em moeda nacional cresceu em 24.831 milhões de meticais (28,1%), enquanto os titulados em moeda estrangeira incrementaram em 15.193 milhões de meticais (39,9%), reflectindo, por um lado, a entrada de divisas a favor de residentes e por outro, o efeito da depreciação cambial;
- No que respeita a titularidade de depósitos, por sector institucional, constata-se que 51,9% de depósitos é detido por empresas, 43,7 por cento pertence as famílias, 3,3 por cento, às outras sociedades financeiras não monetárias (OSFNM) e um por cento às Autarquias; e
- Relativamente ao período homólogo de 2011, o peso dos depósitos das empresas aumentou em 2 pp, sendo que, o das famílias diminui em 1,5 pp, enquanto o dos restantes sectores decresceu em 0.5 pp.

Gráfico 16: **Variações Anuais dos Agregados Monetários**



O incremento dos meios totais de pagamento em 2012 foi motivado pelo efeito conjugado dos seguintes factores:

- Injecção de liquidez pelo Estado no sistema, por via da compensação de cheques e do Sistema de Transferência de Fundos (STF), no âmbito da execução orçamental, no montante global de 26.587,6 milhões de meticais, cerca de 1.13 vezes mais que o realizado em 2011;
- Expansão do crédito bancário ao sector privado no valor de 18.009,4 milhões de meticais, face aos 5.801 milhões de meticais observados em 2011; e

- Incremento dos Activos Externos Líquidos em 22.717,5 milhões de Meticais, reflectindo a entrada líquida de recursos a favor de residentes.

Expurgando o efeito da depreciação anual do Metical em relação ao Dólar norte-americano de 8.9%, a massa monetária expandiu em 26,4% no ano em análise, após 21,2% observado em 2011.

2.3.6. Crédito à Economia

A. Financiamento Interno

O endividamento do sector privado junto ao sistema bancário nacional em 2012 aumentou em 18,009 milhões de meticais (18,3%) para um saldo de 116.261 milhões de meticais, que corresponde a um acréscimo de 11,96 pp, quando comparado com a variação observada em 2011. Esta expansão do crédito é coerente com o relaxamento da política monetária, cujo impacto se traduziu na redução das taxas de juros aplicadas pelos bancos nas suas operações activas com o público.

A análise da evolução do crédito à economia em 2012 resulta nas seguintes constatações:

- Cerca de 75,2 por cento do total do crédito ao sector privado estava denominado em moeda nacional, correspondente a uma desaceleração da ordem dos 2,6 pp comparativamente ao período homólogo do ano anterior.
- Em termos de moeda, o aumento mais expressivo ocorreu na componente em moeda nacional no valor de 11.005 milhões de meticais (14.4%) enquanto o crédito em moeda estrangeira expandiu em 6,986 milhões de meticais (32.1%).
- Expurgando o impacto cambial (cerca de 2,360 milhões de meticais), decorrente da depreciação do Metical face ao Dólar dos Estados Unidos da América em 8,9 por cento, o agregado cresceu no ano em 15,9 por cento, cerca de 5.1 pp acima da variação do período homólogo do ano anterior.
- Do total do crédito concedido pelo sector bancário nacional em 2012, cerca de 15.977 milhões de meticais (88,8 por cento) foram tomados pelo sector privado e o remanescente (2.014 milhões de meticais) pelo sector público não financeiro. Relativamente a Dezembro de 2011, a contribuição do sector privado na evolução do crédito a economia aumentou em 3,5 pontos percentuais, em detrimento do crédito ao sector público não financeiro.

A variação anual do crédito por sectores de actividade foi a seguinte:

- Particulares: com um fluxo de 4.184 milhões de meticais (18,0%);
- Construção: com um incremento de 2.324 milhões de meticais (33,7%);
- Transportes e Comunicações: com 1.265 milhões de meticais (13,7%);
- Indústria Extractiva: cresceu em 448 milhões de meticais (51,0%);
- Agricultura: contraiu em 406 milhões de meticais (0,6%); e
- Industria transformadora: reduziu em 579 milhões de meticais (-7,9%)

Quadro 13: **Comportamento do Crédito à Economia**

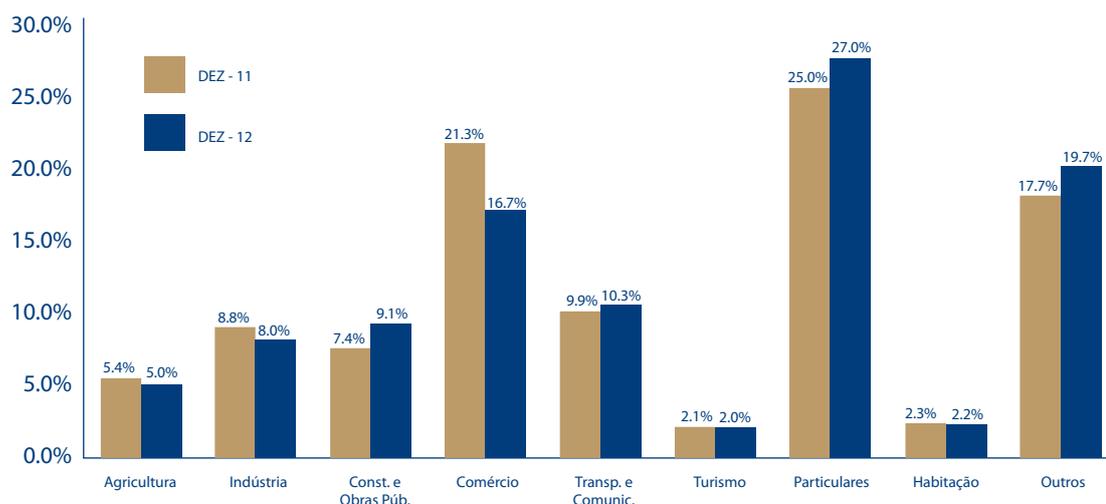
	Saldo em 10 ⁶ MT		Variação			
	Dez - 11	Dez -12	Nominal	%		
Moeda Nacional	76.463,4	87.468,7	11.005,3	14,4		
Moeda Estrangeira	21.788,2	28.774,3	6.986,0	32,1		
Moeda Estrangeira (USD10 ⁶)	784,1	967,2	183,1	23,3		
Impacto Cambial	343,1	-232,1	-575,2	-167,7		
CE com Impacto Cambial	98.251,6	116.242,9	17.991,3	18,3		
Saneamentos	5.377,7	5.977,5	599,8	11,2		
Total com saneamentos	103.629,3	122.220,4	18.591,1	17,9		
Beneficiários de Crédito						
	Saldos em MT		% do Total		Variação	
	Dez - 11	Dez -12	Dez - 11	Dez -12	Nominal	%
Total	98.251,6	116.242,9	100,0	100,0	17.991,3	18,3
Sector Privado	88.897,9	104.641,8	90,5	90,0	15.744,0	17,7
Sector Público não Financeiro	9.086,6	11.100,6	9,2	9,5	2.014,0	22,2
Outros	267,2	500,5	0,3	0,4	233,3	87,3
Meticais	76.463,4	87.468,7	77,8	75,2	11.005,3	14,4
Sector Privado	70.298,5	80.677,4	71,5	69,4	10.379,0	14,8
Sector Público não Financeiro	5.972,2	6.278,7	6,1	5,4	306,5	5,1
Outros	192,7	512,5	0,2	0,4	319,8	165,9
Moeda Estrangeira	21.788,2	28.774,3	22,2	24,8	6.986,0	32,1
Sector Privado	18.599,4	23.964,4	18,9	20,6	5.365,0	28,8
Sector Público não Financeiro	3.114,4	4.821,9	3,2	4,1	1.707,5	54,8
Outros	74,4	-12,1	0,1	0,0	-86,5	-116,2

Fonte: DEE

Em termos de saldo, no final do ano em referência, os sectores mais endividados foram os seguintes (gráfico 17):

- Particulares, com 27 por cento, representando um incremento de 2 pontos percentuais relativamente a 2011, reflectindo, em parte, o surgimento de novos produtos financeiros oferecidos pelas Instituições de Crédito às pessoas singulares;
- Comércio e Transportes e Comunicações que continuaram a ser os sectores mais endividados na banca nacional, com pesos de 16,7 por cento e 10,3 por cento, respectivamente; e
- Construção e Obras públicas cujo endividamento bancário aumentou substancialmente, ao passar de 7,4 por cento para 9,1 por cento.

Gráfico 17: **Crédito por Sector de Actividade (contribuição no saldo) – Dezembro-2012**



B. Financiamento Externo

Em 2012, à semelhança dos anos anteriores, o sector privado recorreu aos empréstimos externos, sendo que, excluindo a componente dos grandes projectos, o resultado líquido das operações com o exterior foi de USD 66,4 milhões (cerca de 1.813 milhões de meticaís), face ao reembolso líquido de USD 48,4 milhões (cerca de 1.408 milhões de meticaís), observado no ano transacto.

Os sectores de actividade económica, excluindo os grandes projectos, que mais recorreram ao financiamento externo no ano em referência foram: a agro-indústria (USD 18,7 milhões), Indústria (USD 30,1 milhões), serviços de telecomunicações (USD 12,2 milhões de meticaís), serviços gerais (USD 20,1 milhões), Energia (USD 5,0 milhões) e Hotelaria e Turismo (USD 4,9 milhões).

No mesmo período, os desembolsos externos a favor dos Megaprojectos totalizaram USD 149,7 milhões enquanto os reembolsos dos empréstimos anteriores foram de USD 307,2 milhões, tendo resultado num fluxo líquido de USD -157,6 milhões (cerca de – 4.303 milhões de meticais).

Em termos agregados, o sector privado beneficiou-se de financiamento total tanto por recursos internos como externos, incluindo os suprimentos⁵ no montante global de 139.474 milhões de meticais, incluindo os grandes projectos, contra um financiamento de 32.174 milhões de meticais registados em 2011, o que corresponde a um fluxo anual de 107.299 milhões de meticais.

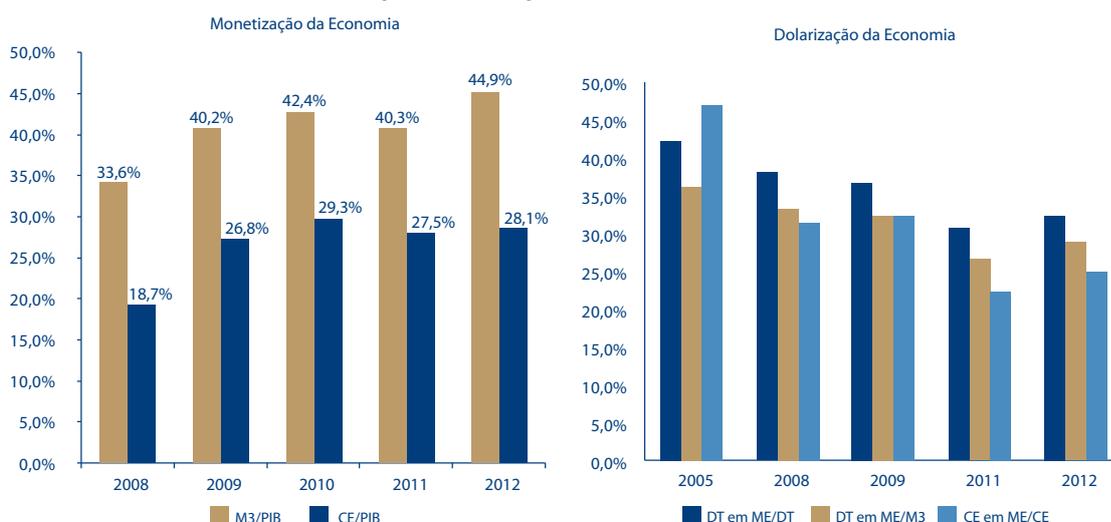
Quadro 14: **Financiamento ao Sector Privado (Fluxos inclu. os grandes projectos) - em 10⁶ MT**

	2011	2012
Financiamento do Sistema Bancário Nacional	4.195,8	17.991,3
Financiamento Corrente Externo Líquido	-9.771,2	-4.377,3
Suprimentos	37.749,7	125.859,6
Total	32.174,3	139.473,6

Fonte: DEE

Os esforços das autoridades tendentes a acelerar o processo de bancarização da economia têm estado a permitir uma maior monetização da economia traduzida pelo crescente aumento dos rácios da massa monetária em relação ao PIB, bem assim do crédito à economia em percentagem do PIB, tal como ilustrado no gráfico 19. Mais ainda, é de salientar a redução da dolarização da economia expressa pela queda da componente em moeda estrangeira nos agregados monetários, o que é corolário dos efeitos do Aviso 5/GBM/2005 conjugado com a estabilidade do Metical, no mercado doméstico.

Gráfico 18: **Indicadores de Monetização e dolarização da Economia**



⁵ Segundo a classificação da Balança de Pagamentos, os suprimentos referem-se as operações de desembolso de empréstimos recebidos de não residentes pela empresa de investimento directo em território nacional.

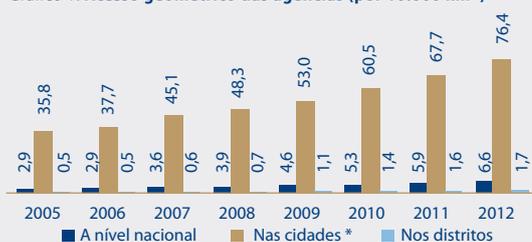
Caixa 3: **Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique: Uma Abordagem do Lado da Oferta***

A existência de um sistema financeiro forte, estável e inclusivo constitui um objectivo sempre presente na agenda do Banco de Moçambique (BM), daí a contínua actualização do quadro legal e regulamentar aplicável às instituições de crédito e sociedades financeiras tendo em vista o alargamento da oferta dos serviços financeiros à maioria da população, um processo globalmente designado de inclusão financeira, ou seja, o acesso e uso efectivo de serviços e produtos financeiros formais por toda a população adulta,¹ que contribua para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar social. Com efeito, nos últimos anos, a inclusão financeira tem sido objecto de debates, quer a nível nacional como internacional, dada a sua relevância em termos dos benefícios económicos e sociais daí resultantes.

Até finais de 2012, encontravam-se em actividade em Moçambique 529 agências de instituições de crédito, das quais, 505 pertencentes aos bancos e as restantes 24 aos microbancos e cooperativas de crédito. Geograficamente, 395 destas agências encontravam-se localizadas nas principais cidades,² das quais, 191 apenas na cidade de Maputo, e as restantes 134 agências em 63 distritos, dentre os quais, 4 distritos cobertos por agências móveis de bancos e 2 cobertos por agências de microbancos. Até ao final do referido ano, apenas a província de Maputo tinha a totalidade dos seus distritos cobertos por agências bancárias. À semelhança do que acontece com o padrão de distribuição geográfica das agências, a distribuição das caixas de pagamento automáticas (ATM) e das máquinas de pontos de venda (POS) está concentrada nas cidades (80% das ATM e 90% das POS), acontecendo o mesmo com a distribuição geográfica das organizações de poupança e empréstimo, operadores de microcrédito e agentes de instituições de moeda electrónica.

Dado o incremento que vem sendo registado na oferta dos diversos canais de prestação de serviços e produtos financeiros nos últimos anos, regista-se também uma melhoria nos principais indicadores de inclusão financeira, designadamente os de acesso, tanto geográfico como demográfico, e os de uso, quer a nível nacional, como provincial e distrital. Com efeito, quanto ao acesso geográfico, a média nacional passou de 2,9 agências por 10.000 km² em 2005 para 6,6 agências por mesma unidade de medida em 2012 (Gráfico 1), enquanto a das ATM passou de 4,7 para 11,7, no entanto, ultrapassada pela disponibilidade geográfica das POS, que passou de uma média nacional de 26,4 para 106,3 por 10.000 km² (Gráfico 2).

Gráfico 1: **Acesso geométrico das agências (por 10.000 km²)**



Fonte: BM e INE

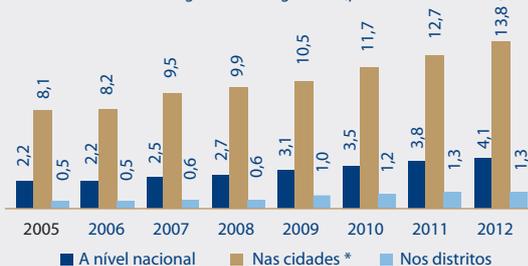
Gráfico 2: **Acesso geográfico das ATM e POS (por 10.000 km²)**



Fonte: BM e INE

Em termos do acesso demográfico, a média do país passou de 2,2 balcões de instituições de crédito por 100 mil adultos em 2005 para 4,1 balcões por mesma unidade de medida em 2012 (Gráfico 3), tendo a das ATM e POS passado de 3,3 e 18,8 para 7,2 e 65,5, respectivamente, durante o mesmo período (Gráfico 4). Refira-se, no entanto, que, tanto em termos de acesso geográfico como demográfico, quando comparadas às melhorias, se verifica que a melhoria mais significativa foi registada nas principais cidades.

Gráfico 3: Acesso demográfico das agências (por 100.000 adultos)



Fonte: BM e INE

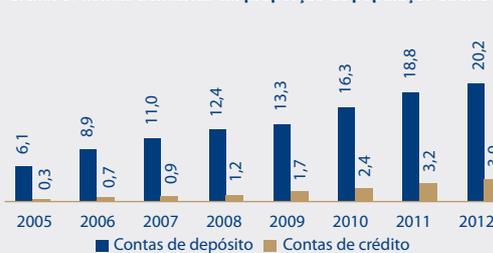
Gráfico 4: Acesso demográfico das ATM e POS (por 100.000 adultos)



Fonte: BM e INE

Quanto aos indicadores de uso, em 2005, cerca de 6% da população adulta detinha pelo menos uma conta de depósito no sistema bancário, cifra esta que passou para 20% em finais de 2012, enquanto a proporção da população adulta com contratos de crédito passou de 0,3% para 3,9% (Gráfico 5). Por seu turno, o valor do crédito bancário à economia e do depósito, ambos em percentagem do produto interno bruto (PIB), indicadores também relevantes da inclusão e intermediação financeira, incrementou ao longo dos últimos anos, tendo passado de 13,2% e 24,8% em 2005 para 26,0% e 36,5% em 2012, respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 5: Contas bancárias em proporção da população adulta (%)



Fonte: BM e INE

Gráfico 6: Crédito à economia e depósito em proporção do PIB (%)



Fonte: BM e INE

A partir dos indicadores acima descritos e seguindo a metodologia desenvolvida por Sarma (2008),³ calculou-se o índice de inclusão financeira (IIF), um indicador sintético que mede o grau de acesso e uso dos serviços e produtos financeiros num dado país, província ou região. Para efeito, foi necessário primeiro encontrar os índices de dimensão para cada uma das dimensões seleccionadas, com base em:

$$d_i = w_i \frac{X_i - m_i}{M_i - m_i} \quad (1)$$

onde, d_i representa o índice da dimensão i ($i = 1, 2, 3, \dots, n$); w_i é a importância relativa (peso) da variável X_i , onde ($0 \leq w_i \leq 1$); X_i corresponde ao valor observado da dimensão i ; m_i indica

o valor mínimo da dimensão i ; M_i corresponde ao valor máximo da dimensão i . Sendo consideradas n dimensões para o cálculo do IIF então a região será representada pelo ponto $D_i (d_1, d_2, d_3, \dots, d_n)$ no espaço cartesiano n -dimensional, onde o ponto $O (0,0,0, \dots, 0)$ representa a pior situação enquanto o ponto $I=(1,1,1, \dots, 1)$ o melhor nível de alcance de todas as dimensões. Uma vez calculado o índice de dimensão, seguiu-se o cálculo do IIF:

$$IFI_i = 1 - \frac{\sqrt{(w_1 - d_1)^2 + (w_2 - d_2)^2 + \dots + (w_n - d_n)^2}}{\sqrt{(w_1)^2 + (w_2)^2 + \dots + (w_n)^2}} \quad (2)$$

onde, w_i corresponde ao peso da dimensão i e o numerador da segunda componente representa a distância euclidiana D_i do ponto ideal I , normalizada e subtraído do 1, tendo sido considerado um peso igual a todas as dimensões.

São apresentadas duas abordagens de cálculo deste índice: uma com enfoque nacional, designada IIF global, que sintetiza o nível de acesso e uso dos serviços financeiros em todas as regiões administrativas do país e outra dos distritos, que incorpora apenas a informação estatística dos 128 distritos, designada IIF dos distritos. À semelhança do comportamento dos indicadores individuais, as duas abordagens apresentam uma tendência crescente entre 2005 e 2012 do IIF. Com efeito, o índice global passou de 9,2 em 2005 para 13,1 em 2012, enquanto o dos distritos passou de 2,6 em 2005 para 6,5 em 2012 (Gráfico 7), ilustrando uma melhoria da inclusão financeira no país.

Esta melhoria observada no alargamento dos serviços e produtos financeiros a nível do país é influenciada por diversos factores, onde se destacam os socioeconómicos, ou seja, os relacionados com a distribuição da actividade económica, pessoal ao serviço das unidades económicas e densidade populacional ao longo do país, bem como infra-estruturais, isto é, os relacionados principalmente com a distribuição da rede de estradas, telecomunicações e electricidade. Com efeito, ficou demonstrada a existência de uma forte correlação da distribuição da rede de agências de instituições de crédito com o padrão de distribuição das infra-estruturas, bem como das actividades económicas.

Gráfico 7: Índice de inclusão financeira



Fonte: BM e INE

* O presente artigo resume o trabalho apresentado no XXXVII Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, que teve lugar em Pemba, entre 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2013, que está disponível site do Banco de Moçambique na Internet (www.bancomoc.mz).

1 Indivíduos com 15 ou mais anos de idade, de acordo com o que é prática internacional.

2 Cidade de Maputo, as 10 capitais provinciais e as cidades de Maxixe e Nacala-Porto.

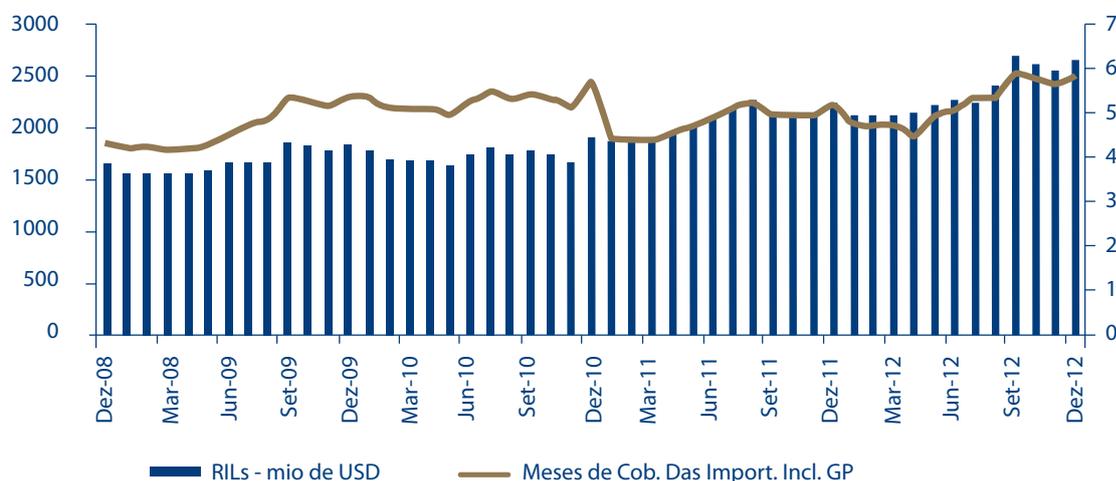
3 Sarma, M. (2008), "Index of Financial Inclusion", Discussion Papers in Economics nº. 10-05, Centre for International Trade and Development, School of International Studies, Jawaharlal Nehru University, India.

2.4. Sector Externo

2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

No final de 2012 o saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) foi de USD 2.605,3 milhões, representando uma constituição de USD 366 milhões no ano, após USD 323 milhões em 2011. Este saldo corresponde a um nível de reservas brutas suficiente para cobrir 5,7 meses de importações de bens e serviços não factoriais, quando incluídas as importações dos grandes projectos, após 5,2 meses em 31 de Dezembro do ano anterior. Excluindo as importações dos grandes projectos, o saldo das reservas brutas cobre 6,3 meses, contra 5,8 meses em 2011 (gráfico 18).

Gráfico 19: Reservas Internacionais Líquidas



Entre os movimentos que explicaram a constituição das RIL's no período em referência importa destacar:

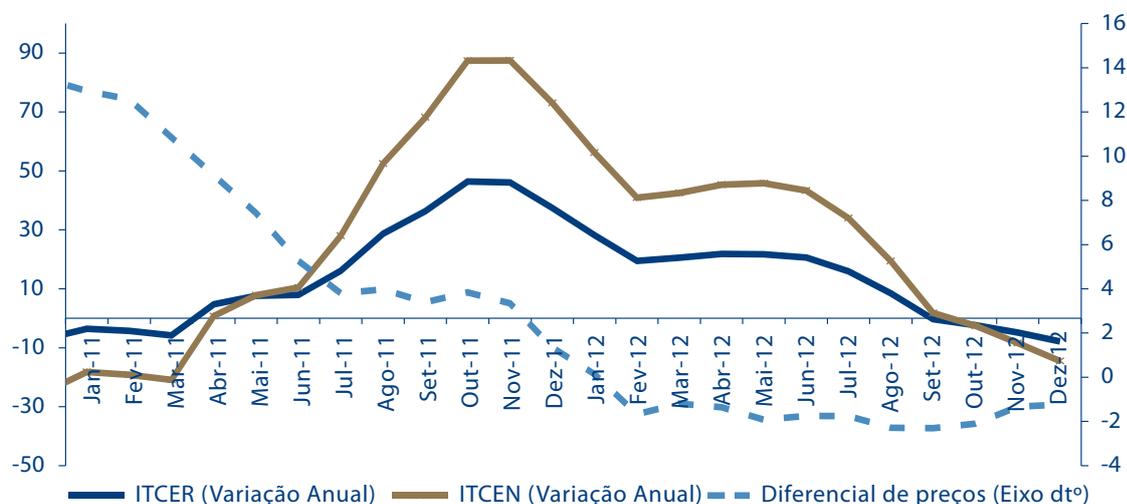
- Desembolso de fundos de ajuda externa para o apoio directo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos no montante de USD 447,5 milhões (dos quais USD 308,3 milhões correspondem à donativos), representando um aumento de USD 5,6 milhões em relação ao fluxo de 2011;
- Diversas entradas destinadas aos projectos de investimentos público fora do orçamento, perfazendo um total de USD 506,4 milhões, mais USD 69,3 milhões em relação às entradas de 2011;
- Remessas de mineiros no montante de USD 74,5 milhões, contra USD 90,3 milhões em igual período do ano passado;

- Rendimentos líquidos de aplicações financeiras no exterior no valor de USD 53,8 milhões, um acréscimo de USD 2,0 milhões em relação aos realizados em 2011, facto justificado principalmente pela apreciação da carteira de títulos;
- Ganhos líquidos cambiais no valor de USD 9,4 milhões; e
- Aprovisionamento líquido dos bancos comerciais no BM no valor de USD 8 milhões.
- No entanto, o efeito destas entradas sobre a constituição das RIL's foi amortecido pelas seguintes operações:
 - Venda líquida de divisas efectuada pelo Banco de Moçambique no mercado cambial interbancário, no montante de USD 447,5 milhões (USD 386,7 milhões em 2011), com os meses de Janeiro e Novembro a observarem o maior volume de vendas de USD 157,6 milhões e USD 109,7 milhões, respectivamente, em face da procura de divisas pelos bancos comerciais para cobrir as necessidades de importação de combustível. Refira-se ainda que a venda de divisas para a cobertura de importação de combustível em 2012 foi de 367,5 milhões, um incremento em USD 133,9 milhões comparativamente ao ano transacto;
 - Diversos pagamentos instruídos pelo Estado que totalizaram USD 159,8 milhões, contra USD 93,2 milhões realizados em 2011; e
 - Diversas saídas líquidas que perfazem USD 29,1 milhões, USD 9,8 milhões acima do registado no ano anterior.

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – indicador utilizado para a avaliação da competitividade externa dos produtos nacionais transaccionáveis - apreciou, em termos anuais, em 7,82% contra uma depreciação anual de 37,45%, em 2011, após sucessivos meses de redução da depreciação real iniciado em Abril de 2012, uma vez que o comportamento observado antes deste período era misto.

Gráfico 20: Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (variação anual)



Este comportamento do ITCER foi explicado em grande parte pela crescente apreciação do ITCEN e pela redução do diferencial de preços entre a economia doméstica e a dos principais parceiros comerciais de Moçambique, de 1,34% em 2011 para -1,38% em 2012 (gráfico 19).

Quadro 15: Taxa de Câmbio Real Bilateral (Média Móvel 12 meses)

	Varição da Taxa de Câmbio Nominal*	Diferencial de Preços (%)	Varição da Taxa de Câmbio Real (%)*
África do Sul			
Dez-11	11,9	5,1	17,8
Dez-12	12,8	-3,37	11,66
Zona do Euro			
Dez-11	7,6	7,4	16,0
Dez-12	11,6	-0,45	10,7
E.U.A.			
Dez-11	12,8	7,0	21,1
Dez-12	2,75	0,13	2,9
Índia			
Dez-11	14,3	1,6	16,0
Dez-12	18,8	-5,67	
China			
Dez-11	7,2	8,1	16,2
Dez-12	0,03	3,79	3,7
Geral			
Dez-11	10,8	5,8	17,4
Dez-12	12,42	-1,58	10,71

Fonte: DEE-BM

Nota: * Positivo significa apreciação.

Em termos bilaterais, o Metical registou uma depreciação real face à totalidade das moedas dos principais parceiros comerciais que fazem parte do índice (Quadro 15), sendo de destacar o seguinte:

- **Em relação ao Euro** - registou-se uma apreciação nominal de 11,2%, o que culminou com um abrandamento da apreciação real da moeda nacional de 10,7%, contra a apreciação de 16% no ano anterior.
- **No que respeita ao Rand**, moeda do segundo maior parceiro comercial de Moçambique, a apreciação real foi de 11,7%, após apreciação de 17,8% em 2011, explicada pela apreciação nominal da moeda doméstica registada no ano em 15,4%.
- **Quanto ao Dólar dos Estados Unidos da América**, o Metical apreciou, em termos reais, em 2,9% no período em análise, após apreciação de 21,1% em 2011. As perdas reais são explicadas pela apreciação nominal da moeda nacional em 2,8%.
- **Em relação à Rupia, o Metical apreciou**, em termos reais, em 11,50%, contra uma apreciação de 15,9% em 2011, resultado do efeito da apreciação nominal em 17,8%.
- **Relativamente ao Yuan chinês**, o Metical registou uma apreciação real anual de 3,7%, contra apreciação de 16,2% em 2011.

2.4.3. Balança de Pagamentos

Dados provisórios da Balança de Pagamentos (BOP) referentes ao ano de 2012 mostram que a economia moçambicana continua a recorrer à poupança externa para o financiamento das suas necessidades de consumo e investimento privado e público, em resultado do excesso de absorção interna, défice da conta corrente incrementado significativamente para cerca de 42% do Produto Interno Bruto (PIB), uma deterioração que reflecte os efeitos da forte entrada de investidores privados na área de exploração de recursos minerais e fósseis, as quais têm demandado elevadas importações de maquinaria e bem assim importação de serviços especializados. É assim que, quando excluídas as transacções destes empreendimentos (grandes projectos) o défice da conta corrente situa-se em níveis considerados normais e com tendência para estabilidade do rácio, denotando uma relativa capacidade interna de geração de recursos para financiar transacções que o resto da economia realiza com o resto do mundo.

Todavia, dados reportados ao ano 2012, mostram ainda que o saldo global foi positivo e posicionou-se nos USD 372 milhões, fluxo que permitiu que o Banco de Moçambique constituísse activos de reserva no valor de USD 370 milhões, mais USD 48 milhões, comparativamente ao montante registado em 2011, tendo o saldo das Reservas Internacionais Brutas incrementado para um nível

correspondente a cobertura de cerca de 5.7 e 6.3 meses de importação de bens e serviços, incluindo e excluindo os grandes projectos, respectivamente. No ano em revista, destaca-se igualmente o facto da entrada de recursos financeiros sob a forma de investimento directo estrangeiro ter registado um novo máximo histórico, ao atingir USD 5.218 milhões, parte significativa dos quais, realizado através da entrada de equipamento e maquinaria diversa, o que se traduziu no acréscimo das importações totais de bens, ao que se adiciona ao incremento das despesas com os serviços de construção associadas à implantação dos megaprojectos e pagamentos pela prestação de serviços de especialidade (serviços empresariais e técnicos).

A. Conta Corrente

O défice das transacções correntes agravou-se em 72%, para USD 5.190,2 milhões (42% do PIB), justificado pela deterioração do défice da conta parcial de serviços em mais que o dobro e da conta parcial de bens em cerca de 20%. Na componente de serviços destacam-se as rubricas de construção e de serviços empresariais e técnicos cujos saldos deficitários situaram-se em USD 1.934,7 milhões e USD 867.7 milhões, respectivamente, contra USD 591.1 milhões e USD 460.5 milhões registados em 2011. Na conta parcial de bens, destaca-se o crescimento na importação de bens de capital, para satisfazer as crescentes necessidades da indústria mineira, sobretudo nos sectores de exploração de carvão mineral e gás natural. Assim, quando excluídos as operações dos grandes projectos, o ritmo de agravamento do défice da conta corrente reduz para cerca de 26%, resultantes de um saldo de USD 2.239,1 milhões, influenciado grosso modo pelo crescimento do défice da conta parcial de bens em cerca de 14%, combinado com um declínio na conta parcial de transferências correntes (Quadro 16).

Quadro 16: **Evolução da Conta Corrente**

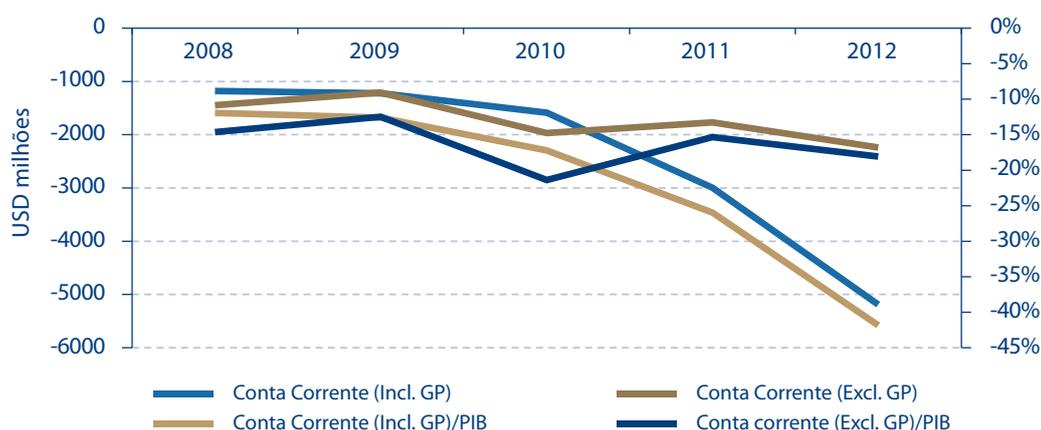
	Incluindo GP			Excluindo GP		
	2011	2012	Var. (%)	2011	2012	Var. (%)
Conta Corrente	-2996,2	-5190,2	73%	-1770,3	-2239,1	26%
Conta de Bens	-2249,3	-2698,0	20%	-2413,7	-2745,1	14%
Exportação	3118,3	3469,8	11%	1101,6	1279,5	16%
Importação	-5367,6	-6167,8	15%	-3515,3	-4024,6	14%
Conta de Serviços	-1422,5	-3210,2	126%	-299,5	-329,7	10%
Crédito	746,2	773,2	4%	734,7	773,3	5%
Débito	-2168,7	-3983,4	84%	-1034,3	-1102,9	7%
Bens e Serviços	-3671,8	-5908,2	61%	-2713,3	-3074,8	13%
Rendimentos	-190,0	-41,9	-78%	31,4	27,5	-12%
Recebimento	155,1	161,5	4%	155,1	161,5	4%
Pagamento	-345,0	-203,4	-41%	-123,7	-134,0	8%
Bens, Serviços e Rendimentos	-3861,8	-5950,0	54%	-2681,9	-3047,2	14%
Transferências Correntes	865,6	759,8	-12%	911,7	808,1	-11%
Recebimento	1000,9	972,6	-3%	1000,9	972,5	-3%
Pagamento	-135,3	-212,8	57%	-89,2	-164,4	84%

Fonte: DEE-BM

No mesmo período, o défice da conta corrente em percentagem do PIB experimentou um agravamento acentuado quando comparado com o observado nos últimos 3 anos, tendo atingido 42%, Gráfico 21, justificado essencialmente pelo rápido crescimento das importações de bens e serviços, como consequência da implantação e expansão dos megaprojectos. No entanto, excluindo os grandes projectos, a conta corrente revelou também uma tendência de deterioração, com uma variabilidade média de 16% do PIB.

O dinamismo patente no volume do comércio externo do país, estão em linha com os registos das contas nacionais, que apontam para uma aceleração da taxa de crescimento anual do PIB em 30 pb para 7.4%, com a indústria extractiva a ser o sector mais dinâmico com uma expansão anual de cerca de 41%.

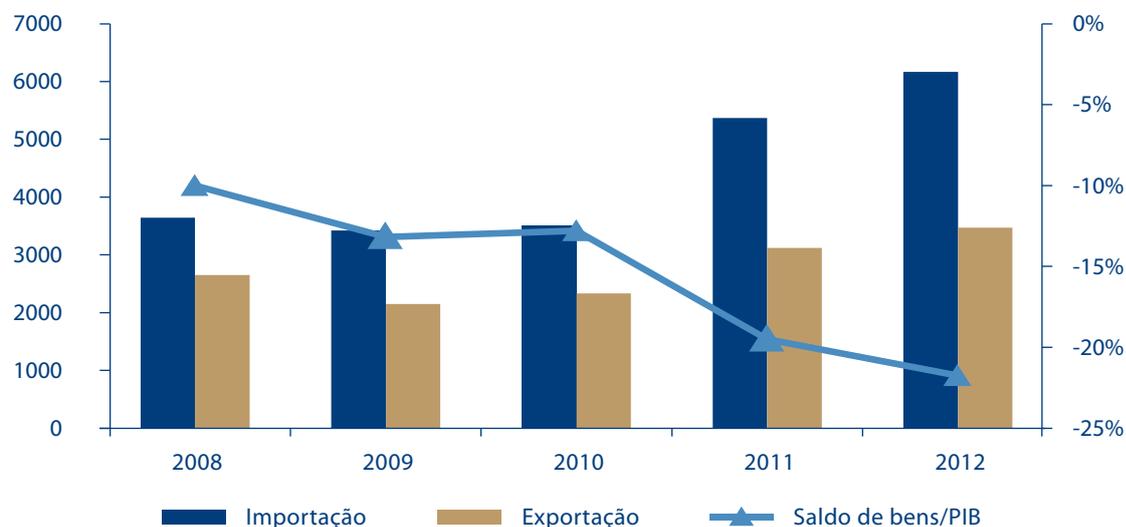
Gráfico 21: **Conta Corrente vs Conta Corrente / PIB**



A.1. Conta de Bens

Os dados provisórios do comércio externo indicam que em 2012 a conta parcial de bens incluindo os grandes projectos registou um saldo deficitário na ordem de USD 2.698,0 milhões, o que comparativamente a 2011, representa uma deterioração de cerca de 19.9%. O aumento do défice da conta parcial de bens resulta, por um lado, da forte dinâmica das importações, sobretudo em bens de capital, imposta pelas grandes empresas de Investimento Directo Estrangeiro em processo de instalação na área de hidrocarbonetos que, por sua vez, atraem um volume considerável de pequenos e médios empreendimentos. Por outro lado, as exportações totais do país conheceram no ano um menor vigor, em resultado da redução da facturação da energia eléctrica e alumínio, devido à avaria ocorrida numa das turbinas na HCB e redução do preço internacional, respectivamente (Gráfico 22).

Gráfico 22: **Comércio Externo**



Exportações

As exportações de bens, incluindo grandes projectos, cresceram cerca de 11.3%, para USD 3.469,8 milhões, correspondente a 28% do PIB, como resultado da contribuição positiva das exportações de carvão mineral, areias pesadas, açúcar, algodão e tabaco, cujo efeito foi amortizado pela persistente queda nas receitas de exportação de alumínio, devido a factores conjunturais que têm afectado a dinâmica da economia global e do mercado deste produto nos últimos anos. Em termos específicos, os factores que contribuíram para a evolução das exportações de bens, no período em análise, comparativamente ao ano precedente foram:

Grandes Projectos:

Alumínio: A receita de exportação de alumínio continua em queda, tendo-se situado em USD 1.091,7 milhões, menos 19.6% em relação a 2011, como resultado da queda do preço médio internacional em 16%, situando-se em USD 2,022.8/tonelada métrica.

Carvão: A receita de exportação de carvão mineral situou-se em USD 435.2 milhões, tornando-se no segundo maior produto de exportação, não obstante persistirem restrições na rede logística de escoamento, o que tem estado a limitar produção das companhias que operam nesta área, não obstante o elevado potencial existente.

Areias Pesadas: As receitas da venda de ilmenite, rutilo e zircão para o resto do mundo, cresceram em 44.8%, e situaram-se em USD 254 milhões, reflectindo o aumento do volume exportado, associado ao facto da indústria ter aumentado a sua capacidade produtiva em resposta a grande procura destes produtos minerais no mercado internacional.

Energia Eléctrica: Queda nas receitas em 22%, para USD 233.5 milhões, justificado por uma contracção nas quantidades exportadas devido à avaria registada na última quinzena de Julho na bobine de alisamento responsável pela transformação de corrente alternada para contínua.

Gás: Incremento das vendas em 11.1%, decorrente do efeito preço (10.3%) e quantidades exportadas (11.0%).

Produtos Tradicionais

Nesta categoria encontram-se os produtos agrícolas, pescado e outros:

Tabaco: Aumento das receitas em 2.1%, para USD 183.3 milhões, por conta da subida do preço médio internacional em cerca de 3.0%, não obstante a queda no volume exportado em cerca de 1% (Gráfico 7).

Algodão: A exportação de fibra de algodão rendeu ao país cerca de USD 47.7 milhões, correspondente a um aumento em 23.2%, motivado pelo incremento do volume exportado em cerca de 57.4%, perante a queda do preço médio internacional em 20.4%.

Banana: As receitas registaram uma contracção em cerca de 9%, para USD 155.6 milhões, devido a restrições do lado da procura.

Castanha e Amêndoa de Caju: Queda das receitas em 12,4% e 8,6%, para USD 47 milhões e USD 25,9 milhões, respectivamente, devido ao agravamento das condições climáticas adversas que afectaram o centro e norte do país ao longo do primeiro trimestre do ano, aliado às queimadas descontroladas que destruíram extensas áreas desta cultura no norte do país.

Açúcar: O mercado europeu absorveu cerca de 238,584 toneladas do açúcar nacional, rendendo ao país cerca de USD 139.9 milhões, um crescimento na ordem dos 59%.

Madeira: As exportações reduziram em 1.8%, para USD 123.3 milhões, devido, por um lado, ao impacto das medidas adoptadas pelas autoridades reguladoras e consequente desincentivo à exportação de madeira em toros em benefício do processamento local e por outro lado, a redução da procura de parqué e folheados, cujo mercado é restrito e dependente de encomendas feitas pelos compradores.

Camarão: As receitas geradas pela exportação de camarão reduziram em 15.4%, para USD 33.6 milhões, devido, por um lado, à proliferação da chamada “doença de manchas brancas” que está a afectar o pescado nas regiões costeiras e/ou nos estuários com recurso a técnicas nocivas e por outro, ao efeito da crise financeira que se faz sentir na Europa, principal mercado deste produto, afectando deste modo o lado da procura.

Reexportações de Combustíveis Registo de revenda líquida ao exterior no valor de USD 9.1 milhões, mais 70% que o registado em 2011, sendo que maior parte teve como destino o Malawi, Botswana, Zimbabwe e República Democrática do Congo, o que representa uma queda em cerca de 70%.

Bunkers: a venda de combustíveis e óleos às transportadoras aéreas e marítimas estrangeiras rendeu USD 38.0 milhões, espelhando um crescimento nas receitas na ordem de 8.8% em resultado do aumento das quantidades vendidas na sequência do aumento do tráfego.

No exercício de 2012, os cinco maiores destinos das exportações nacionais foram os Países Baixos, África do Sul, China, Índia e Reino Unido, que absorveram 32, 20, 19, 5 e 4 porcentos, respectivamente. Adicionalmente, destaca-se o facto de a China ter-se evidenciado como o principal mercado para o carvão mineral.

Analisando por região geográfica temos que, a SADC absorveu 4.8% das exportações totais (destacando-se a exportação de carvão mineral, energia eléctrica e produtos agrícolas, enquanto a União Europeia (excluindo os Países Baixos) absorveu 11.0% (tendo como principais produtos açúcar, alumínio e produtos pesqueiros) e a Ásia cerca de 2.4% (com madeira, algodão, banana e carvão mineral).

Importações

Conforme ilustrado no Gráfico 10), as importações totais de bens cresceram em 14.9%, para USD 6.167,8 milhões (cerca de 50% do PIB), devido, basicamente, ao incremento da importação de bens de capital em 31.36%, em linha com as necessidades que decorrem das etapas de implantação e expansão das grandes empresas de IDE, com enfoque para as da indústria extractiva.

Dentre as principais rubricas de importação de bens, salienta-se a desaceleração na importação de bens de consumo e crescimento na rubrica de bens intermédios, cujos factores apresentam-se a seguir:

Bens de Consumo: registo de queda nos principais componentes, com destaque para cereais, óleo alimentar e medicamentos, numa proporção de 7.9%, 27.4% e 43.6%, respectivamente.

Bens Intermédios: registo de crescimento na importação de combustível e cimento, respondendo à dinâmica imposta pela entrada crescente de grandes empresas de investimento directo estrangeiro.

A importação de energia eléctrica reduziu em 2.5%, motivado sobretudo pela desaceleração do preço médio internacional.

Grandes Projectos: A dinâmica deste segmento produtivo nos últimos anos, é caracterizado pela forte entrada de novas empresas de investimento directo estrangeiro, cuja o processo de instalação e de expansão das respectivas unidades fabris, bem assim, o elevados custos de pesquisa e prospecção de recursos, justificam o crescimento do valor das importações desta categoria, que no período totalizaram USD 2.141,0 milhões contra os USD 1.846,4 milhões registados em 2011.

Em termos de origem das importações em 2012, pontificam a África do Sul (com 32%), Países Baixos (10%), China (7%), Reino Unido, Índia e Emiratos Árabes Unidos todos com 6%. (Gráfico 11). Em termos de organizações regionais, a SADC (excluindo África do Sul) contribuiu com cerca de 2.3% do total das importações, sendo que a União Europeia (Excluindo Países Baixos) contribuiu com cerca de 14.5%.

De referir que, em termos globais, entre 2008 e 2012 a cobertura das importações pelas exportações tem vindo a situar-se em torno dos 60%, enquanto os grandes projectos têm estado a deteriorar, justificado pelo crescente volume de importações, em resposta a entrada de grandes empresas de IDE.

A.2. Conta de Serviços

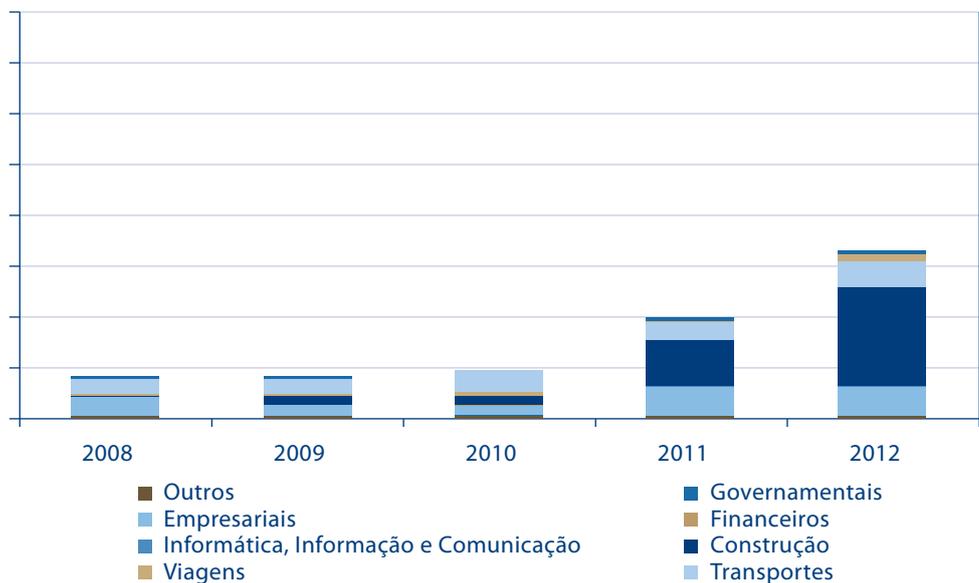
As transacções em serviços resultaram em pagamentos líquidos ao resto do mundo no montante de USD 3.210,2 milhões, o que constitui um agravamento em mais de 100% comparativamente a 2011. Este facto foi determinado, sobretudo pelo incremento da procura por serviços de construção (aumento de mais de 100%), no contexto da implantação e expansão de diversas empresas de IDE em Moçambique, para além do aumento nas despesas com serviços empresariais e técnicos, em 77.3%.

No entanto, expurgando as transacções dos grandes projectos, constata-se um incremento menos acentuado do défice das transacções de serviços na ordem de 10,1%, para USD 329,7 milhões, que explicado sobretudo pelo incremento de pagamentos ao exterior nas rubricas de construção e serviços empresariais, na ordem de 29,5% e 8,9%, para USD 658,7 milhões e USD 155,2 milhões, respectivamente.

Em termos de principais rubricas (Gráfico 23), pode-se notar que até 2010 o saldo de serviços de transporte era o que maior comparticipação detinha no défice global da conta parcial de serviços que, na sequência, passou de um peso de cerca de 53% em 2008 para cerca de 12% em 2012.

Esta tendência veio a inverter-se nos exercícios de 2011 e 2012, com um salto significativo na rubrica de serviços de construção que passou de um peso de cerca 4% sobre o saldo global em 2008 para cerca de 60% em 2012. Adicionalmente é também notória a comparticipação de serviços empresariais e assistência técnica, que em 2012 tiveram um peso de 27%.

Gráfico 23: Principais Rúbricas da Conta de Serviços



A.3. Conta de Rendimentos

O fluxo líquido dos rendimentos resultantes da utilização de trabalho e capital entre residentes e não residentes evidencia uma redução de pagamentos às entidades externas superior a 50%, determinada essencialmente pelo não repatriamento de lucros e dividendos dos megaprojectos, assim como pelo incremento dos ganhos em aplicações em títulos, na sequência do ambiente de recuperação patente na economia americana.

Com efeito, aos accionistas dos grandes projectos foram alocados lucros na ordem de USD 157 milhões em 2011, um cenário oposto ao de 2012, no qual não houve registo de lucros distribuídos, em parte, corolário do ambiente conturbado da economia mundial que teve reflexos na engenharia financeira de algumas matrizes dos empreendimentos em alusão (tabela 5).

Excluindo os grandes projectos, a economia moçambicana registou ganhos líquidos decorrentes da remuneração dos factores de produção, mas á ritmos decrescentes comparativamente a 2011, reflectindo o abrandamento das remunerações aos mineiros moçambicanos em serviço nas minas da África do Sul, cujo valor recebido desacelerou em 17% para cerca de ZAR 587 milhões, justificada pelo redimensionamento da mão-de-obra ocorrida na indústria mineira em consequência dos tumultos registados no II Semestre de 2012, e sobretudo devido ao efeito da depreciação do ZAR face ao dólar norte-americano no valor dos rendimentos nominais transferidos.

O abrandamento no repatriamento de dividendos pelas empresas não pertencentes a categoria dos grandes projectos coadjuvado com a boa performance nos rendimentos de títulos estrangeiros, concorreram para o comportamento positivo desta rubrica. Do lado dos pagamentos destaca-se

o incremento no pagamento de juros de empréstimos privados na ordem de USD 7.0 milhões (maioritariamente provenientes do sector de telecomunicações, energético e serviços gerais), comparando a USD 7.6 milhões registados em 2011. No ano em alusão, há a assinalar os dividendos repatriados pelas empresas do sector financeiro, seguido da indústria transformadora e energético, USD 15.1 milhões, USD 5.5 milhões, USD 12.0 milhões, respectivamente.

A.4. Transferências Correntes e de Capital

No período em análise, o país registou uma entrada líquida de recursos sob a forma de transferências correntes unilaterais para o financiamento de despesas correntes na ordem de USD 759.8 milhões, menos 12%, comparativamente ao observado em 2011, determinado pela redução de donativos para programas em 25% e donativos para programas especiais em 41%, pese embora as transferências de outros sectores tenham registado um incremento.

Administração Central: O orçamento do Estado beneficiou de donativos na ordem de USD 713,0 milhões, portanto, menos 10% em relação a 2011, assim distribuídos:

- a) **Donativos para Programas:** Desembolsos de ajuda externa para apoio a importação de bens na ordem de USD 308.3 milhões, menos USD 102.9 milhões comparativamente á igual período do ano transacto, destacando-se os seguintes Países: Reino Unido (USD 76.57 milhões), União Europeia (USD 73.82 milhões), Suécia (USD 44.06 milhões), Noruega (USD 24.25 milhões), Alemanha (USD 11.35 milhões) e Holanda (USD 11.32 milhões).
- b) **Donativos em Espécie:** Incremento em USD 2.8 milhões comparativamente a igual período do ano transacto, justificado pelas entradas de ajuda alimentar e não alimentar de emergência que totalizaram USD 8.59 milhões e USD 10.2 milhões respectivamente.
- c) **Donativos para Programas Especiais:** Desembolso de fundos para programas específicos, destacando-se Fase e Pró-saúde, que em 2012 totalizaram USD 301.9 milhões, traduzindo-se numa redução de USD 56.3 milhões comparativamente a igual período de 2011.

Os outros sectores da economia moçambicana beneficiaram de um aumento das transferências correntes unilaterais efectuadas por residentes no resto do mundo no contexto da ajuda familiar (USD 52.7 milhões). Ademais, as transferências líquidas dos trabalhadores de outros quadrantes do mundo que por via da permanência no território nacional se tornaram residentes da economia moçambicana incrementaram de USD 32.7 milhões em 2011 para USD 97.7 milhões, no ano de 2012 contribuiu para o comportamento registado nas transferências de outros sectores.

No entanto, as transferências para à Administração Central reduziram de um total de USD 791.7 milhões em 2011 para USD 713 milhões em 2012, pontificando entre estes, a queda dos desembolsos de donativos para programas especiais em 41%; e donativo para programas em 21%, não obstante o crescimento observado no valor de donativos em espécie que se situou nos 18%.

As transferências correntes do Governo nos últimos 5 anos representaram em média 6.7% do PIB, com uma tendência de queda, não obstante uma ligeira recuperação entre 2010 e 2011.

No que tange às transferências para o sector privado registou-se, no período em análise, um fluxo inferior de recursos em relação a 2011 em 37%, devido, fundamentalmente, ao elevado volume de transferências efectuadas por residentes no país para o resto do mundo, apesar dos fundos de organizações não-governamentais oriundos do estrangeiro terem incrementado em 20%.

O aumento das transferências para o exterior encontra justificação no incremento do número de expatriados no país e que tendem a enviar parte dos seus rendimentos para as suas famílias nos países de origem. Com efeito, o valor de remessas de trabalhadores para o exterior que atingira a cifra de USD 32.7 milhões em 2011, incrementou em 2012 passaram para USD 97.7 milhões, das quais USD 46.6 milhões realizadas por trabalhadores das grandes empresas de IDE. A estes adiciona-se o montante que parte de cidadãos nacionais, cada vez mais, tem vindo a transferir para seus familiares em várias missões no exterior, com maior incidência para a formação.

As transferências líquidas para o financiamento à formação bruta de capital fixo foram na ordem de USD 426 milhões, o que, comparativamente a 2011, traduz uma queda em cerca de 4% justificada pela queda nos outros sectores em cerca de 15%.

Os donativos de capitais para a Administração Central registaram um incremento em USD 11 milhões. Todavia, as transferências para o financiamento da formação bruta de capital fixo em percentagem do PIB assumiu nos últimos cinco anos uma tendência de queda ao passar de 4.2% em 2008 para 3.4% em 2012, em parte como reflexo dos efeitos adversos nas economias de alguns dos principais parceiros de cooperação, o que coloca desafios à economia moçambicana no sentido de aumentar a mobilização interna de recursos para financiar o orçamento, particularmente nos investimentos em infra-estruturas.

B. Fluxos Financeiros

Os fluxos financeiros entre Moçambique e o resto do mundo resultaram numa entrada líquida de USD 5.044,0 milhões (41% do PIB), mais USD 2.263,0 milhões que o ano transacto, como resultado da entrada de capitais na forma do investimento directo estrangeiro que atingiu o valor histórico de USD 5.218,0 milhões em 2012. Para além do investimento directo estrangeiro, a economia moçambicana foi financiada pelos créditos comerciais e empréstimos externos ao sector privado, avaliados em USD 244 milhões e USD 254 milhões, respectivamente. Excluindo os grandes projectos, a dinâmica dos fluxos financeiros externos não altera, com a particularidade de, para além do fluxo de IDE, os influxos financeiros serem explicados pelo incremento do endividamento externo privado.

Nos últimos 5 anos, os canais de IDE e de empréstimos externos líquidos têm fluído de forma crescente e constituem os determinantes da tendência de aumento dos fluxos financeiros externos (Quadro 17).

Quadro 17: **Evolução da Conta Financeira (USD milhões)**

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12 (%)
Saldo da Conta Financeira	772,7	863,2	1130,9	2781,0	5044,4	81,4
Excluindo Grandes Projectos	1000	936,4	1239,2	1562,1	2082,9	33,3
Investimento Directo no Exterior	0	-2,8	0,8	-3,4	-8,5	151,7
Investimento Directo em Moçambique	591,6	892,5	989,0	2662,8	5218,1	96,0
Investimento de Carteira	-8	4,5	0,3	-34,3	17,0	
Outro Investimento	189,2	-30,9	139,7	155,7	-182,3	
Activos	-80,7	-118,6	-265,0	-288,0	-892,3	
Passivos	269,9	87,7	404,7	443,7	710,0	60,0
Créditos Comerciais	-14,3	-243,0	-158,4	144,3	243,6	68,8
Créditos (Sector Privado)	256,1	103,4	650,1	226,2	253,7	12,1

Fonte: DEE-BM

C. Financiamento da Balança de Pagamentos

Em 2012, o saldo global da Balança de Pagamentos do país foi positivo em USD 372 milhões facto que permitiu que o BM constituísse activos de reserva no valor de USD 370 milhões, mais USD 48 milhões que o realizado em 2011, conforme vislumbra a tabela 8.

O saldo positivo da balança de pagamentos, resultante de uma entrada considerável de divisas na economia, concorreu para que a intervenção do Banco de Moçambique no mercado cambial fosse a mais baixa dos últimos três anos, significando que a economia se mostrou com maiores disponibilidades de divisas para financiamento parte significativa das importações, comparativamente a 2011.

Deste modo, o fluxo de entrada de capitais públicos e privados externos para o financiamento à economia contribuiu para que o BM acumulasse depósitos em moeda estrangeira no valor de USD 306 milhões e incrementasse ainda o seu saldo de ouro monetário em USD 47 milhões. Tal permitiu que as Reservas Internacionais Brutas atingissem a cifra de USD 2.8 mil milhões, suficientes para cobrir 6.3 meses de importações de bens e serviços não factoriais excluindo os grandes projectos.

D. Dívida Externa

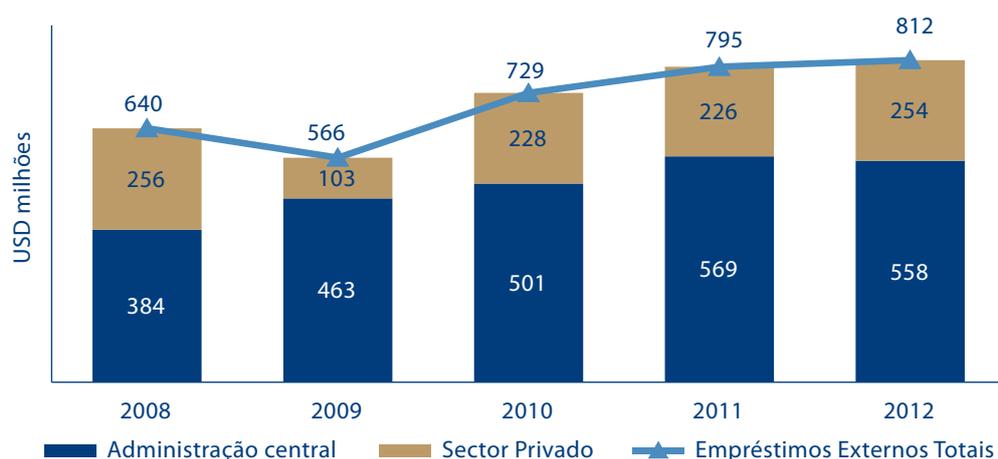
Em 2012 o endividamento externo (público e privado) do país foi da ordem de USD 812 milhões, o que comparativamente a 2011 representa um agravamento em 2% das necessidades de financiamento, conforme atesta o gráfico 19, reflectindo o aumento da contratação de créditos

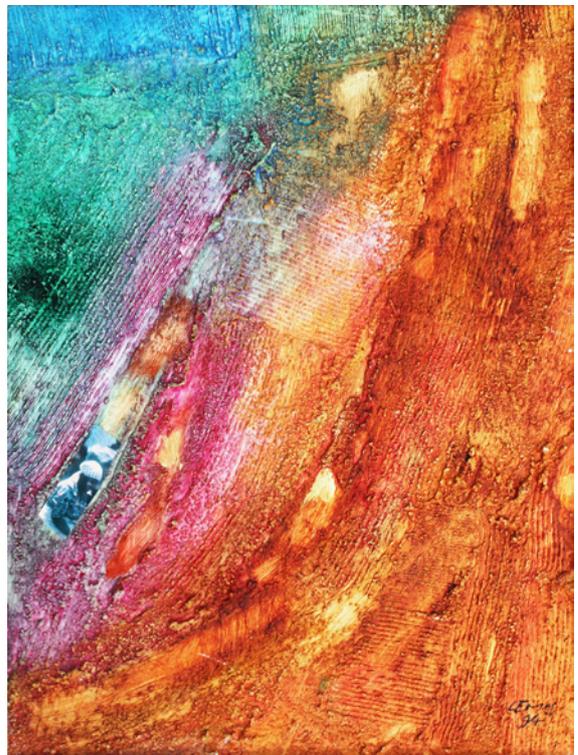
pelo sector privado em 12%, concretamente nos subsectores de telecomunicações, agro-indústria e serviços gerais, sendo este um dos sinais aparentes da inversão do fenómeno “credit crunch” em alguns mercados, aliado ao impacto da crise económica e financeira mundial. Contrariamente, a Administração Central tem registado comportamentos cíclicos nos últimos cinco anos, ao registar um decréscimo de 2% em 2012.

Entretanto, excluindo os grandes projectos, o endividamento externo total cresce em 2012 em 5%, para USD 662 milhões, fluxo determinado pelo incremento em 61% do endividamento do sector privado (destaque para os sectores agro-industrial e serviços gerais).

Analisando os desenvolvimentos de 2012, o decréscimo de 2% na Administração Central deveu-se às reduções nos empréstimos para projectos (29%) e acordos de retrocessão (11%), não obstante os créditos para programa terem incrementado em USD 108 milhões, como a seguir se explica:

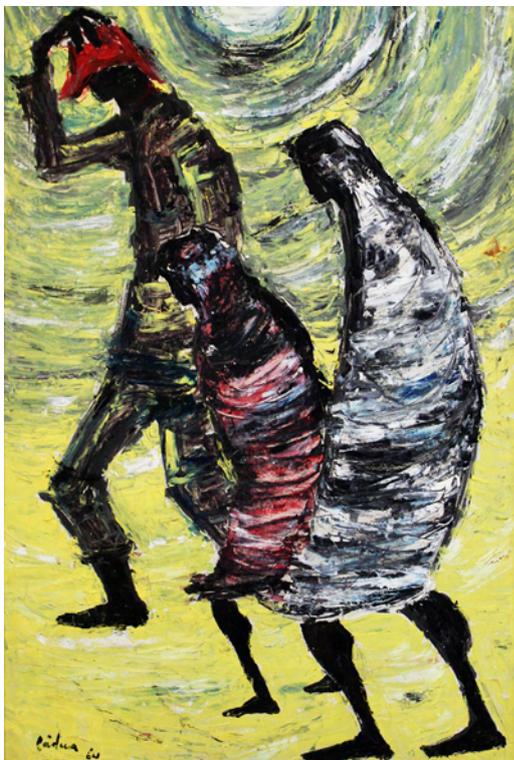
Gráfico 24: **Desembolsos de Empréstimos por Sector (USD milhões)**





autor: **Lemos** • técnica: **Óleo s/tela**
dimensões: **51cm x 63cm** • ano: **1994**

SISTEMA FINANCEIRO



autor: Pádua • técnica: Óleo s/tela
dimensão: 80 x 130 • ano: 2001

3



1. Introdução

O Departamento de Supervisão Bancária do Banco de Moçambique (DSB), dentre as várias atribuições, é responsável pelo acompanhamento, fiscalização, monitoria e regulamentação da actuação das instituições de crédito e sociedades financeiras, incluindo a Bolsa de Valores, com o fim de promover o contínuo aumento da eficiência e manutenção da confiança junto do público utente dos produtos e serviços que estas instituições oferecem. Compete ainda ao DSB garantir a estabilidade do sistema financeiro de forma a desempenhar adequadamente o seu papel de canalizador de recursos para o desenvolvimento da economia.

O presente capítulo sintetiza os desenvolvimentos domésticos em matéria de supervisão bancária e avalia o desempenho do sistema bancário em 2012. A análise do desempenho do sistema bancário baseia-se na informação contabilística e prudencial agregada, submetida pelas instituições sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique.

O capítulo compreende três partes. A primeira parte compõe a nota introdutória, a segunda apresenta as actividades realizadas pelo Departamento de Supervisão Bancária, destacando-se a distribuição e evolução das agências bancárias bem como as actividades no âmbito de licenciamento e regulamentação. Na parte seguinte analisa-se o desempenho do sistema bancário, no que se refere ao balanço, solvabilidade e rendibilidade.

2. Evolução do Sistema Bancário

Em 2012, o Banco de Moçambique autorizou a constituição de cinco (5) instituições de crédito¹, nomeadamente, um (1) microbanco com sede na cidade de Maputo, uma (1) cooperativa de crédito na cidade de Pemba, duas (2) sociedades de investimento na cidade de Maputo, tendo uma (1) desistido do processo, uma (1) instituição de moeda electrónica, um (1) operador de microfinanças da categoria B-organização de poupança e empréstimo² com sede em Nacala e trinta e dois (32) operadores de microcrédito em diversos locais do País.

No mesmo período iniciaram actividades as seguintes instituições: um (1) microbanco autorizado em 2011, com sede na cidade de Maputo, uma (1) casa de câmbio com sede também na cidade de Maputo, operando com duas (2) agências na Província de Manica, uma (1) organização de poupança e empréstimo localizada na Província de Nampula e trinta e três (33) operadores de microcrédito em diversos locais do País.

Foi revogada a autorização de um (1) microbanco³ localizado na Província de Maputo, encerradas definitivamente três (3) casas de câmbios, sendo duas (2) na cidade da Beira⁴ e uma (1) na cidade de Maputo⁵ e encerradas temporariamente duas (2) casas de câmbio, ambas localizadas na cidade de Maputo.

Com efeito, o número de casas de câmbio, organizações de poupança e empréstimo e operadores de microcrédito em actividade passou para 19, 11 e 199, respectivamente, não tendo alterado o número dos restantes tipos de instituições em actividade. (Quadro 1).

Quadro 1. **Instituições em Actividade**

Tipo de Instituição	2012	2011	Varição 2011/12
Bancos	18	18	0
Microbancos	8	8	0
Cooperativas de Crédito	7	7	0
Sociedades de Locação Financeira	0	0	0
Sociedades de Investimento	1	1	0
Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito	1	1	0
Instituições de Moeda Electrónica	1	1	0
Sociedades de Capital de Risco	1	1	0
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1	1	0
Casas de Câmbio	19	21	-2
Organizações de Poupança e Empréstimo	11	10	1
Operadores de Microcrédito	199	166	33

Fonte: Banco de Moçambique - DSB

¹ Microbanco Bayport Financial Services Moçambique, SA, Cooperativa de Crédito das Mulheres de Pemba, SCRL, BAGC Sociedade de Investimentos, SA, Business Partners International Mozambique e Vodafone M-Pesa, SA.

² Diocese de Nacala (Associação Ororoomela).

³ Malanga Microbanco

⁴ Sarari e Central câmbios

⁵ Afzal Câmbios

No que respeita à expansão da rede bancária, foram autorizadas trinta e três (33) agências de bancos em todas as províncias do país, nomeadamente: treze (13) na cidade de Maputo, duas (2) na Província de Maputo, uma (1) em Gaza, uma (1) em Inhambane, três (3) em Sofala, duas (2) em Manica, duas (2) em Tete, duas (2) na Zambézia, quatro (4) em Nampula, duas (2) em Cabo Delgado e uma (1) em Niassa; duas (2) agências de microbancos, sendo uma (1) em Manica e uma (1) em Cabo Delgado.

Refira-se que em 2012 o número de agências de bancos em actividade aumentou de 457 para 502, em resultado da abertura ao público de 45 novas agências (Quadro 3).

Quadro 2. **Evolução de agências de Bancos em funcionamento**

Província	2012	2011	Varição 2011/12
Cidade de Maputo	186	166	20
Província de Maputo	51	49	2
Gaza	31	31	0
Inhambane	30	28	2
Sofala	46	43	3
Manica	24	23	1
Tete	34	28	6
Zambézia	24	22	2
Nampula	50	44	6
Cabo-Delgado	16	13	3
Niassa	10	10	0
Total	502	457	45

Fonte: Banco de Moçambique - DSB

2.1. Contencioso

Em 2012 o Banco de Moçambique instaurou um total de trinta e cinco (35) processos de contravenções, sendo doze (12) contra bancos, três (3) contra casas de câmbio, um (1) contra uma sociedade de investimentos, um (1) contra uma cooperativa e dezoito (18) contra outras entidades.

De um modo geral, as infracções estavam relacionadas com a violação do Regulamento da Lei Cambial, incumprimento de prazos de envio dos reportes e das publicações de contas.

Dos 35 processos instaurados dois (2) culminaram com absolvições, dezassete (17) com a aplicação de penas de multa que variaram entre 40.000 meticais e 300.000 meticais, dos quais três (3) com penas suspensas de 2 anos, e os restantes dezasseis (16) ainda correm os seus trâmites.

O aumento do número de processos contravencionais instaurados, de 9 em 2011 para 35 em finais de 2012, foi influenciado pela entrada em vigor, em Julho de 2011, do Decreto nº. 83/2010, de 31 de Dezembro, Regulamento da Lei nº. 11/2009, de 11 de Março – Lei Cambial, onde se constatou incumprimento das normas cambiais, maioritariamente, por entidades não financeiras.

2.2. Regulamentação

Em 2012, o DSB continuou a reforçar o quadro legal para as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (ICSF's), tendo produzido o Aviso nº 3/GBM/2012, de 28 de Novembro, sobre a Implementação do Acordo de Basileia II, e o Aviso nº. 04/GBM/2012, de 03 de Dezembro, que versa sobre a extensão dos serviços financeiros às zonas rurais.

Foi ainda emitida a Circular nº 01/SCO/2012, de 17 de Dezembro, que se refere a contabilização de operações envolvendo Bilhetes de Tesouro.

O DSB durante o ano de 2012, entre outras actividades e no âmbito das suas atribuições funcionais, esclareceu várias questões levantadas pelas ICSF's bem como elaborou pareceres técnicos sobre matéria financeira relativamente às questões levantadas pelos diferentes "stakeholders".

2.3. Mercado de Valores Mobiliários

O Banco de Moçambique, enquanto entidade supervisora do Mercado de Valores Mobiliários, continuou com o processo de monitoria dos intervenientes no mercado, nomeadamente, a Bolsa de Valores de Moçambique (entidade gestora do mercado), os intermediários financeiros e os emitentes de valores mobiliários.

Em 2012, o volume das transacções acumuladas no mercado secundário aumentou consideravelmente, tendo passado de 394.457 milhares de meticais em 2011 para 1.795.202 milhares de meticais, em detrimento das transacções no mercado primário.

A quantidade de transacções emitidas impulsionou o aumento da capitalização bolsista que passou de 16.998 milhões de meticais em 2011 para 30.126 milhões de meticais em 2012, ou seja, um incremento na ordem de 77,2%.

No mercado primário ocorreram sete (7) emissões de títulos, sendo uma (1) de obrigações, correspondente a uma capitalização bolsista no valor de 3.150 milhões de meticais e seis (6) de papel comercial que totalizaram 2.000 milhões de meticais, as quais foram admitidas à cotação no mercado secundário. Destas emissões, somente uma (1) (obrigação do tesouro) foi emitida pelo Estado Moçambicano, tendo as restantes sido emitidas por entidades privadas.

O Banco de Moçambique como membro do CISNA (Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities) continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível desse Comité, tendo em vista a harmonização das práticas nos mercados de capitais da região da SADC.

2.4. Stress Testing

Em Abril de 2012, com assessoria do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi efectuada uma avaliação de resiliência dos bancos perante choques, com particular destaque para a crise soberana no espaço europeu, onde, conjuntamente com técnicos do BM, foram realizados testes de esforço de liquidez em cenários bastante severos. Os resultados permitiram concluir que o sistema bancário é, em geral, líquido e está em condições de suportar choques que possam afectar o balanço das instituições.

O cenário consistiu na aplicação de choques simultâneos em que ocorre um levantamento de 20 % dos depósitos e perda de fontes de financiamentos locais. Foi igualmente simulado um cenário em que ocorre um levantamento de 30 %, tendo a maioria das instituições sobrevivido ao teste.

Em Dezembro do mesmo período, foram desenvolvidas e testadas as ferramentas para realização de testes de esforço de solvência e liquidez, que culminou com um exercício precedido de sessões teóricas sobre testes de esforço e posterior análise e interpretação dos resultados que foi:

- Relativamente à solvência, os resultados indicaram que o sistema continua sólido, são e estável ainda que em alguns cenários, algumas instituições revelem fragilidades em suportar os choques. Os elevados níveis de capital que o sistema apresenta constituem uma almofada para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.
- Quanto à liquidez, os resultados revelaram que o sistema continua a evidenciar níveis elevados de liquidez e que as instituições de crédito estão, em geral, em condições de suportar um cenário severo de “stress” que se possa prolongar por trinta dias. O teste também revelou que grande parte da liquidez resulta dos “inflows” esperados a curto prazo e não de activos líquidos.

2.5. Basileia II

O sistema bancário moçambicano está em processo de migração para a adopção dos padrões de mensuração de capitais estabelecidos pelo segundo acordo de Basileia (Basileia II). O reporte paralelo entre o Basileia I e o Basileia II entrará em curso durante o ano de 2013. A efectiva implementação dos princípios de Basileia II terá início a 1 Janeiro de 2014.

No que diz respeito ao Pilar 1, o risco de crédito será computado com base na abordagem padronizada simplificada, enquanto a computação do risco operacional será baseada na abordagem do Indicador Básico (BIA), no início. Posteriormente, a abordagem padronizada poderá ser permitida para os bancos que mostrarem habilidade e capacidade suficientes para a sua aplicação adequada, devendo, para o efeito, requerer ao Banco de Moçambique.

Para o risco de mercado, inicialmente os bancos deverão alocar capitais para a cobertura do risco cambial apenas. O risco da taxa de juros para a carteira de negociação não será computado numa primeira fase por ter sido considerado incipiente. No entanto, o risco de taxa de juro da carteira bancária deverá ser capturado no âmbito do Pilar 2.

3. Desempenho do Sistema Bancário

3.1. Estrutura Patrimonial

3.1.1. Evolução e Estrutura do Activo

A actividade bancária avaliada pelo activo total em base consolidada registou um crescimento de 30 % face a Dezembro de 2011 (Gráfico 1). Esta evolução resultou do aumento das aplicações em Instituições de Crédito (IC's) em 61 %, das disponibilidades tanto no Banco Central como também em outras IC's totalizando 46 %, bem como do crédito e juros vencidos em 47 %.

As aplicações em IC's cresceram em resultado do aumento das aplicações de muito curto prazo efectuadas no Banco de Moçambique e das operações do Mercado Monetário Interbancário (MMI), também no Banco de Moçambique.

À semelhança do ano anterior, o crescimento das disponibilidades foi impulsionado pelo aumento das disponibilidades em outras IC's (80 %) em forma de depósitos à ordem nas sedes e sucursais das instituições no estrangeiro (917 %) e em outras instituições de crédito, também no estrangeiro (72 %).

O activo líquido mostrou uma tendência de crescimento contínuo durante o ano em análise, tendo atingido, em Dezembro de 2012, o valor mais elevado desde 2004. Durante o ano de 2012 os activos registaram um crescimento de 27 % comparativamente aos 10 % verificados em 2011.

O crédito continua a dominar a estrutura do activo, embora tenha reduzido o seu peso em relação a 2011, passando a representar, em finais de 2012, 48 % (122.419.403 milhares de meticais) contra 51 % (101.202.046 milhares de meticais) registado no período homólogo de 2011 (Gráfico 2). O mesmo representa um elemento determinante na variação do activo e apesar de ter registado oscilações durante o ano de 2012, o seu crescimento em 21 % contribuiu para o aumento do activo total.

Gráfico 1: Evolução do activo



As disponibilidades ocupam a segunda posição na estrutura do activo. Em Dezembro de 2012 ascenderam a 37.346.609 milhares de meticais, o que equivale a 15 % do total do activo patrimonial e corresponde a um crescimento de 46 % face a Dezembro de 2011. O maior aumento verificou-se nas disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro que cresceram 78 %.

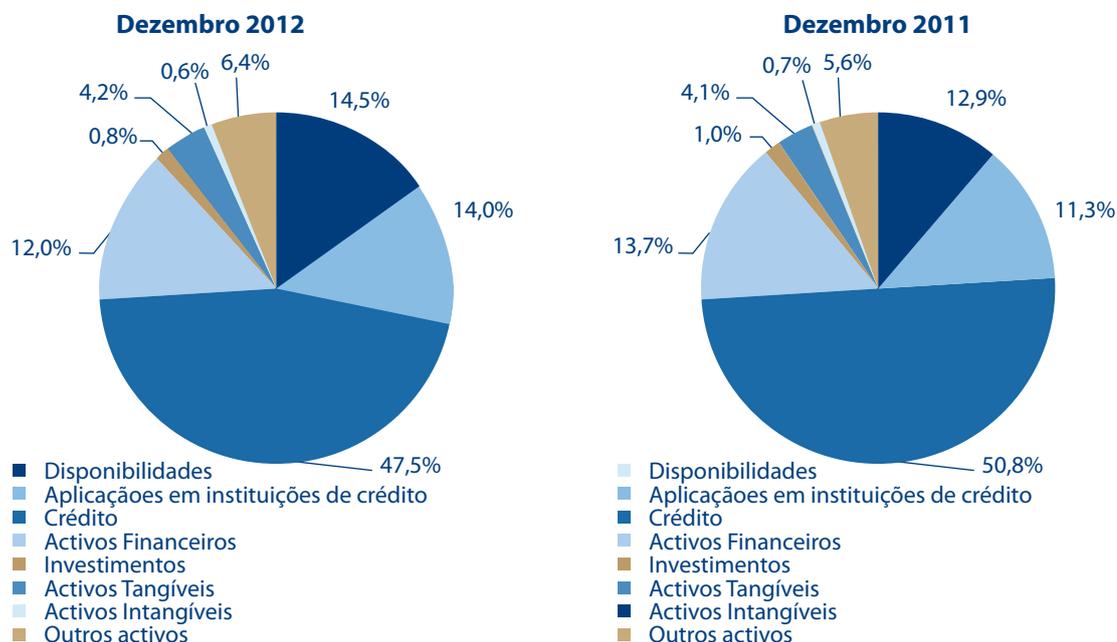
Em Dezembro de 2012 os depósitos à ordem na sede e sucursais da mesma instituição ascendiam a 1.419.197 milhares de meticais contra os 139.589 milhares de meticais registados em Dezembro de 2011. Os depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro fixaram-se em 10.501.160 milhares de meticais em Dezembro de 2012, contra 6.101.187 milhares de meticais registados no período homólogo de 2011.

As aplicações em IC's que representam 14 % do activo constituem o terceiro maior elemento na estrutura patrimonial. Estas decompõem-se em aplicações em IC's no país e no estrangeiro, deste modo, as aplicações no estrangeiro dominam a estrutura dessa carteira tendo crescido de 16.311.054 milhares de meticais em Dezembro de 2011 para 20.729.128 milhares de meticais em Dezembro de 2012. Por seu turno, as aplicações no país cresceram de 6.142.754 milhares de meticais para 15.340.057 milhares de meticais em igual período.

Os activos disponíveis para a venda continuam a dominar a estrutura dos activos financeiros. Em Dezembro de 2012 representavam 92 % do total dos activos financeiros contra 88,9 registados em Dezembro de 2011, o equivalente a um crescimento na ordem de 3,1 pontos percentuais, enquanto o peso dos activos financeiros detidos para negociação registou um decréscimo de 11 % para 8 % no mesmo período (Gráfico 2).

O investimento em títulos de dívida pública continua sendo uma aposta em alguns bancos, contrariamente ao que constitui um desafio para países em vias de desenvolvimento como Moçambique, onde se impõe que a maior parcela de investimentos dos bancos seja no crédito à economia.

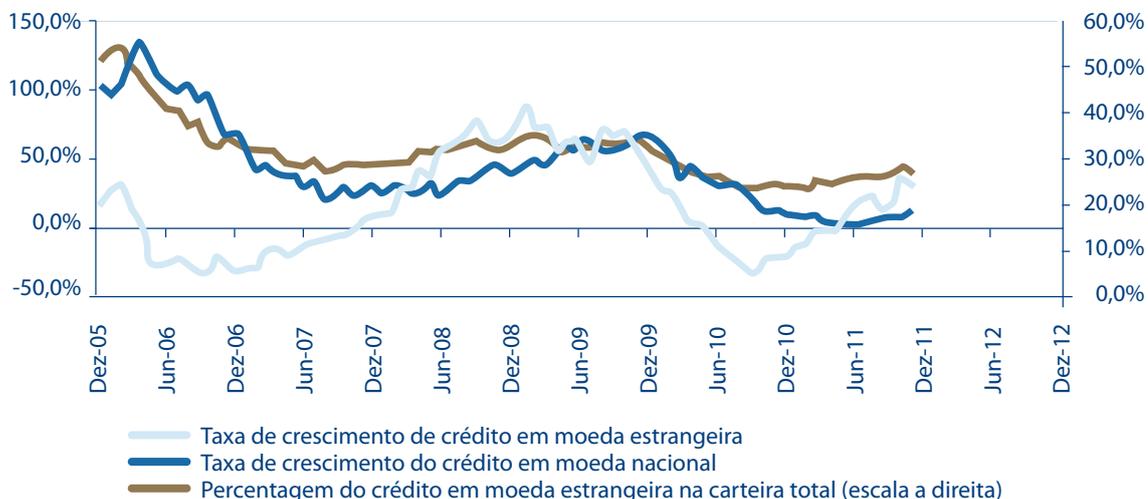
Gráfico 2: Estrutura do activo



O crescimento da carteira de crédito em moeda estrangeira, a partir de Maio de 2012, foi determinante no aumento do seu peso relativo na carteira total, tendo se fixado em 35,6 % no final de Dezembro de 2012. Em Novembro de 2012, atingiu o valor mais alto desde os 54,3 % registados em Agosto de 2010.

A eficácia na aplicação do Aviso 7/GBM/2009, de 24 de Setembro, sobre provisões especiais para crédito em moeda estrangeira, tem contribuído para reduzir a apetência ao crédito em moeda estrangeira e, conseqüentemente, reverter a tendência de crescimento da rubrica. Duas das instituições com maior representatividade sistémica contribuem com maior peso para a evolução do crédito em moeda estrangeira, representando, no seu conjunto, um total de 73,47 % do total do crédito em moeda estrangeira concedido pelo sistema.

Gráfico 3: Evolução do crédito em moeda estrangeira e nacional

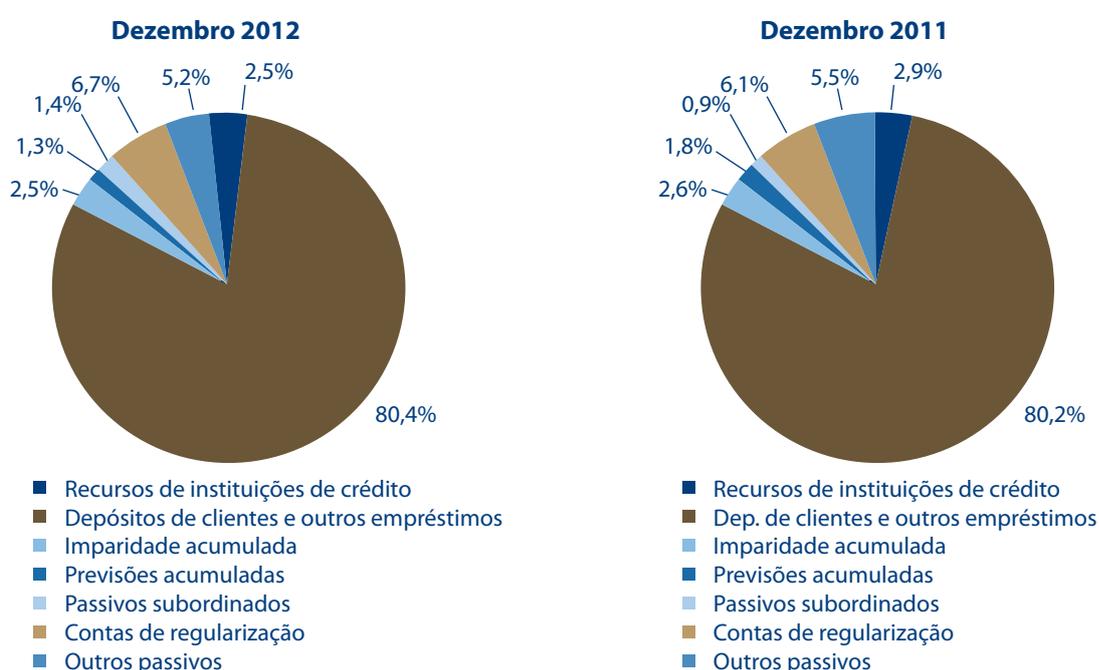


O crédito em moeda nacional registou também um crescimento, embora a um ritmo menos acelerado que o crédito em moeda estrangeira, passando a representar 71,85 % do crédito total. Em termos absolutos, o crédito em moeda nacional registou um crescimento maior que o do crédito em moeda estrangeira, tendo se fixado em 87.960.114 milhares de meticais em finais de Dezembro de 2012, um aumento de 16,05 % face a Dezembro de 2011. Relativamente ao crédito em moeda nacional os dois maiores bancos do sistema possuem 59,39 % do total do crédito (Gráfico 3).

3.1.2. Passivo

Os recursos de clientes e outros empréstimos continuam a ser o maior passivo no balanço das instituições de crédito, tendo registado uma taxa de crescimento de 30,1 % face a Dezembro de 2011, passando a representar 80,4 % do passivo total contra 80,2 % registados em Dezembro de 2011 (Gráfico 4). Esse aumento foi principalmente resultado tanto da expansão da rede de agências que tem permitido as instituições alargarem a sua carteira de clientes, como das campanhas publicitárias de captação de poupanças que algumas instituições têm empreendido no âmbito de conquista do mercado.

Gráfico 4: Estrutura do passivo exigível



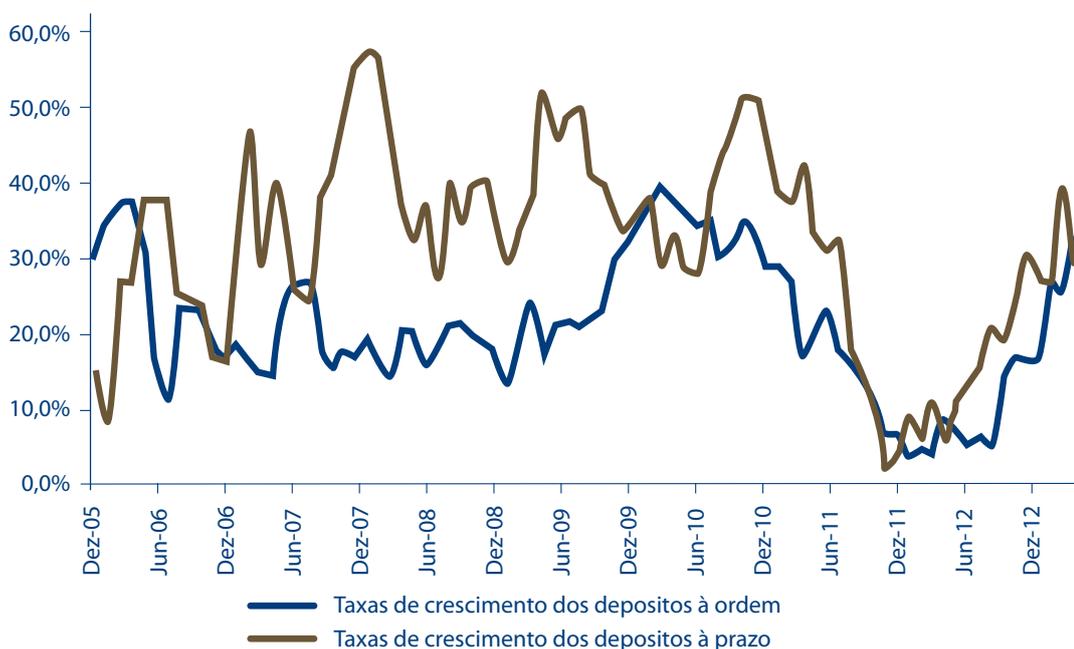
Nos recursos de clientes, os depósitos que passaram de 133.170.758 milhares de meticais em Dezembro de 2011 para 176.043.945 milhares de meticais em Dezembro de 2012, são os que mais pesam na estrutura das instituições de crédito e ao mesmo tempo, constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária, tendo crescido 32 % face a Dezembro de 2011.

Em 2012 os recursos de outras instituições de crédito, incluindo bancos centrais, registaram um crescimento de 12,3 % face a Dezembro de 2011, contrariando o anterior cenário que registou um decréscimo de 39,9% (2011). Apesar deste ligeiro aumento, os recursos perderam peso na estrutura do passivo exigível, passando a representar 2,5 % em Dezembro de 2012 contra 2,9% registados em Dezembro de 2011 (Gráfico 4).

O crescimento de 12,3 % provem do aumento de recursos obtidos junto de instituições de crédito no país, decorrentes de operações no MMI, assim como do aumento dos recursos de instituições de crédito no estrangeiro, resultantes, essencialmente, das variações dos empréstimos contraídos junto das instituições de crédito no estrangeiro.

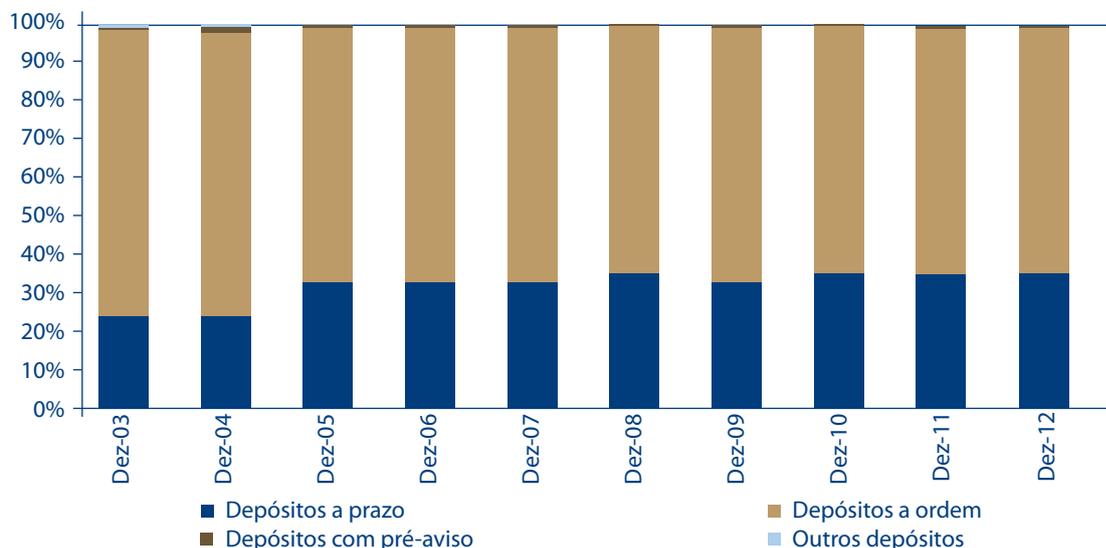
As taxas de crescimento dos depósitos à ordem registaram um incremento significativo em Maio, tendo atingido os 34,4 % em Dezembro de 2012, o pico alcançado desde Abril de 2010, contrariando o abrandamento substancial verificado nas taxas durante o ano de 2011. (Gráfico 5).

Gráfico 5: **Evolução dos depósitos a ordem e a prazo**



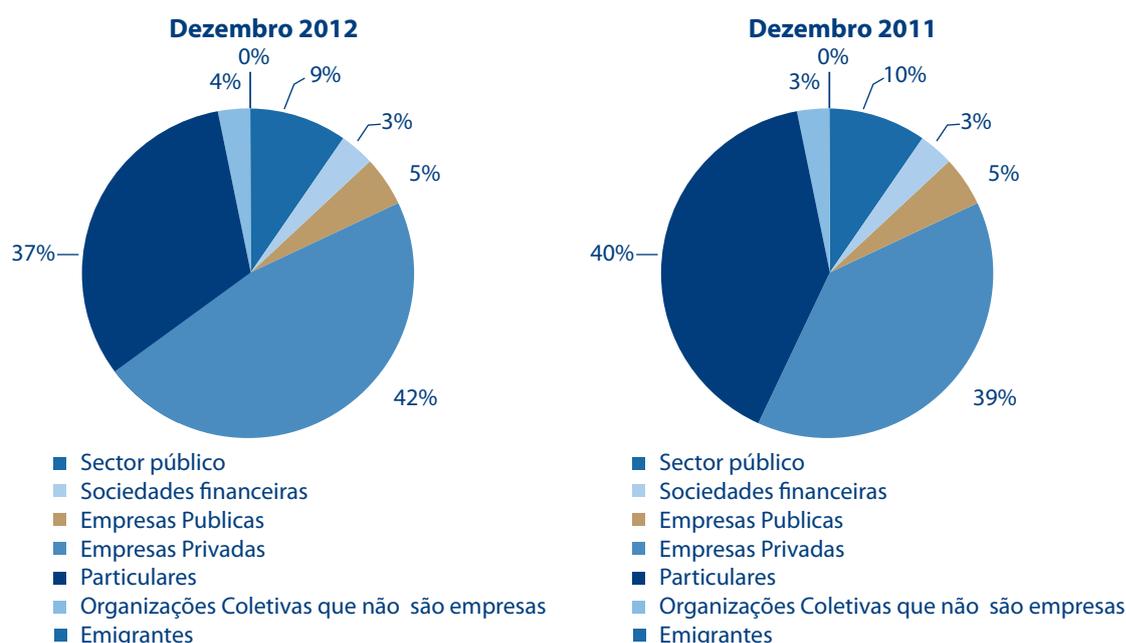
A estrutura dos depósitos totais não registou alterações significativas, mantendo assim a tendência que se vem registando desde Dezembro de 2003. Os depósitos à ordem continuaram como principal componente do total de depósitos e sua evolução em 2012 foi determinante para o crescimento dos depósitos totais. Em Dezembro de 2012 representavam 65,4 % do total dos depósitos (64,3 % em Dezembro de 2011) enquanto os depósitos a prazo representavam 34,5 %, contra 34,9 % registados em Dezembro de 2011, sendo que, os depósitos com pré-aviso e outros depósitos continuaram com peso insignificante (Gráfico 6).

Gráfico 6: Estrutura dos depósitos



Relativamente aos depósitos de residentes, a estrutura revela que não houve alterações significativas. Os depósitos de empresas privadas voltaram a representar o maior componente nesta estrutura, retomando a antiga posição ocupada em 2010, depois de ter perdido em detrimento dos depósitos de particulares, que em 2011 ocupavam a 1ª posição, com 40%. Em finais de 2012 os depósitos de empresas privadas ascendiam a 72.608.101 milhares de meticais representando 42% dos depósitos de residentes (Gráfico 7). O aumento dos depósitos de empresas privadas foi de 41% e de particulares foi de 24%.

Gráfico 7: Estrutura dos depósitos de residentes



Grande parte dos componentes do activo e do passivo acima tratados, mensurados por via de quotas de mercado, é detida, fundamentalmente, por quatro instituições de crédito conforme se pode observar na tabela abaixo:

Quadro 3. **Quotas de Mercado**

Quotas de Mercado			
Indicador	> 0% < 2%	2% - 5%	6% - 32%
Activos	CPC,MCB,BNI,Procredit,Socremo,ICB,Tchuma,BOM,BTM,ACMicrobanco,GAPI,UBA,Letshego,CFCaia.	ABC,FNB,BÚnico,Mozabanco	BIM,BCI,STB,BBM
Depósitos	CPC,MCB,Procredit,Socremo,ICB,Tchuma,BOM,BTM,ACMicrobanco,GAPI,UBA,CPMM	ABC,FNB,BÚnico,Mozabanco	BIM,BCI,STB,BBM
Créditos	CPC,MCB,BNI,Procredit,Socremo,ICB,Tchuma,BOM,BTM,FMB,ACMicrobanco,UBA,GAPI, Letshego,CFCaia.	ABC,FNB,BÚnico,Mozabanco	BIM,BCI,STB,BBM

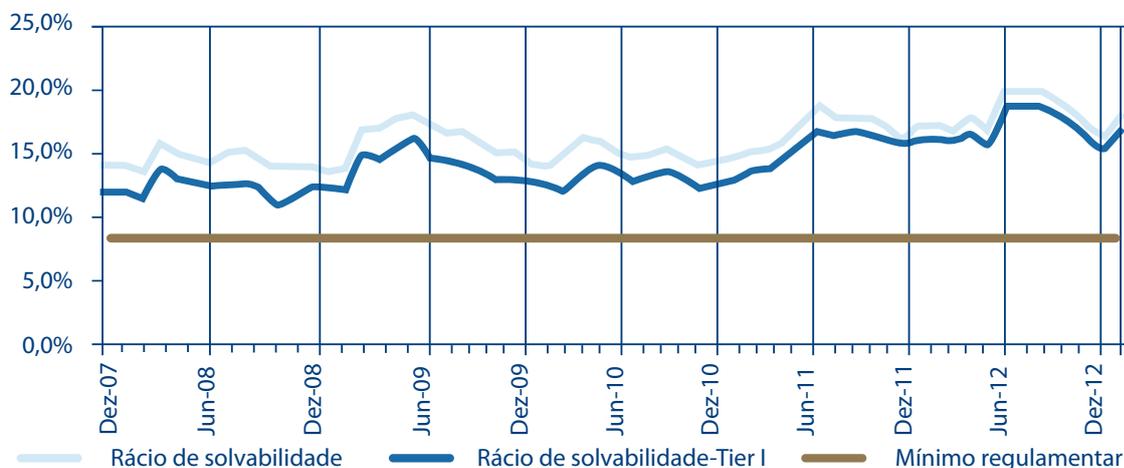
Fonte: Banco de Moçambique - DSB

3.2. Solvabilidade

De acordo com o actual quadro regulamentar, as instituições de crédito devem manter, a todo momento, um rácio de solvabilidade não inferior a 8 %. A existência de um rácio de solvabilidade adequado é um elemento importante para a estabilidade do sistema bancário, pois, permite que as instituições absorvam quaisquer perdas que possam resultar de choques adversos sobre seu balanço, continuando a desempenhar o papel da intermediação financeira.

Em 2012, o rácio de solvabilidade do sistema bancário situou-se em 17,9 % (17,1 % em Dezembro de 2011). Esta ligeira evolução deveu-se ao aumento dos fundos próprios totais (36,25 %) em relação aos activos ponderados (29,47 %). Considerando apenas os fundos próprios de base – Tier I – o rácio de solvabilidade registou um ligeiro acréscimo de 0,76 pontos percentuais. Entretanto, as duas grandezas apresentam trajectórias relativamente similares, o que evidencia forte dependência do rácio de solvabilidade às variações nos fundos próprios de base (Gráfico 8).

Gráfico 8: **Rácio de Solvabilidade**

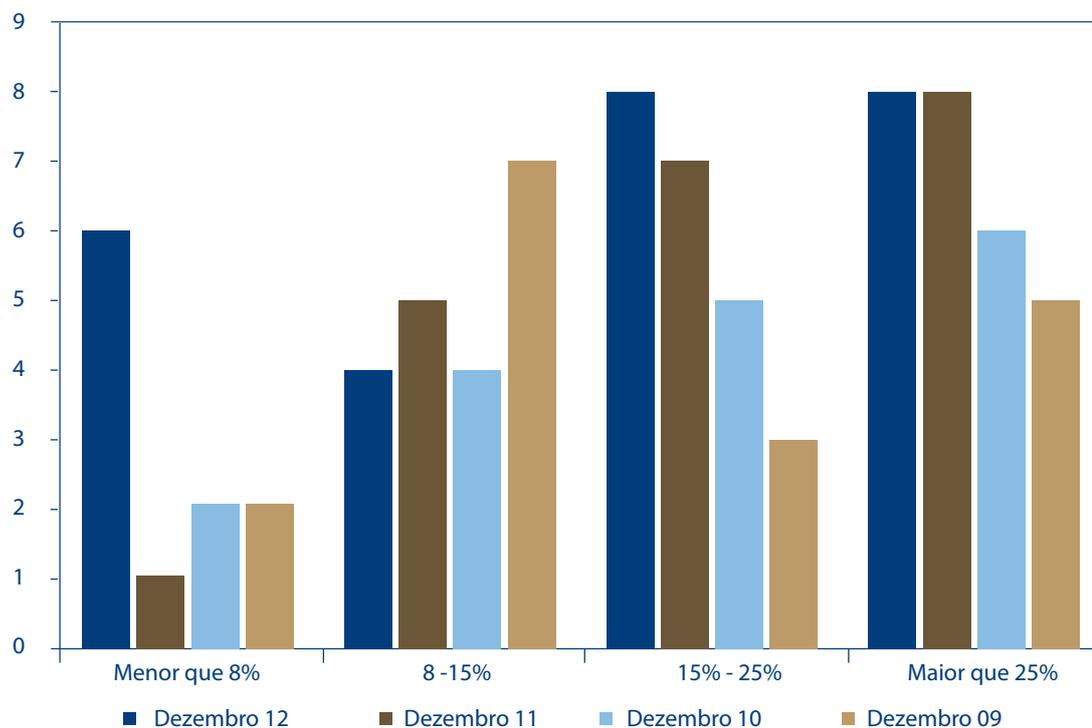


O crescimento registado nos fundos próprios totais deveu-se ao aumento dos fundos próprios de base em 35,61 % (6.029.385 milhares de meticais) e por sua vez esta evolução foi influenciada pelos aumentos de capital realizados por algumas instituições de crédito, num montante de 5.583.705 milhares de meticais (+ 37,31 % em relação a Dezembro de 2011) de entre as quais, em alguns casos, já se encontravam no limiar de grande risco, com um rácio de solvabilidade oscilando nos 8 %, e em outros casos permitiram manter um rácio de solvabilidade estável.

A distribuição do rácio de solvabilidade pelas instituições de crédito mostra que, em 26 instituições, um conjunto significativo de instituições apresentou rácio acima de 25 % (inclui 1 banco de relevância sistémica, 1 banco de investimento, 5 bancos médios e 1 microbanco), 8 situaram-se no intervalo de 15 a 25 % (compreendem 2 bancos de importância sistémica, 4 bancos de média dimensão, 1 banco pequeno e 1 caixa financeira), 4 no intervalo de 8 a 15 %, (1 banco de relevância sistémica, 1 banco médio, 1 microbanco e 1 cooperativa de crédito) e 6 instituições apresentavam deficiências de cumprimento do mínimo regulamentar. (Gráfico 9).

As instituições de crédito que registaram rácio de solvabilidade acima de 25 % (31 % das instituições) representavam apenas 10 % do total dos activos do sistema, entre 15 % e 25 % (31 % das instituições), representavam 70 %, entre 8 % e 15 % (15 % das instituições) representavam 42 %, abaixo de 8 % (23 % das instituições) representavam 1 %.

Gráfico 9: **Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade**



Outro rácio complementar ao rácio de solvabilidade e que tem merecido atenção nos últimos tempos é o rácio de alavancagem (leverage ratio). Este rácio estabelece a relação entre os fundos próprios de base e activos totais⁶ e fornece uma indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios. Tal protagonismo decorre do facto de se ter constatado que um dos elementos principais que contribuiu para o escalar da crise financeira mundial foi o facto de muitos bancos possuírem uma alavancagem excessiva.

Gráfico 10: **Rácio de alavancagem (Leverage ratio)**



⁶ Numa perspectiva mais rigorosa, aos activos deverão ser deduzidos os montantes referentes aos intangíveis, para que sejam comparáveis aos fundos próprios de base, que desde a introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro, passaram a ser incluídos como elementos negativos na computação dos fundos próprios de base.

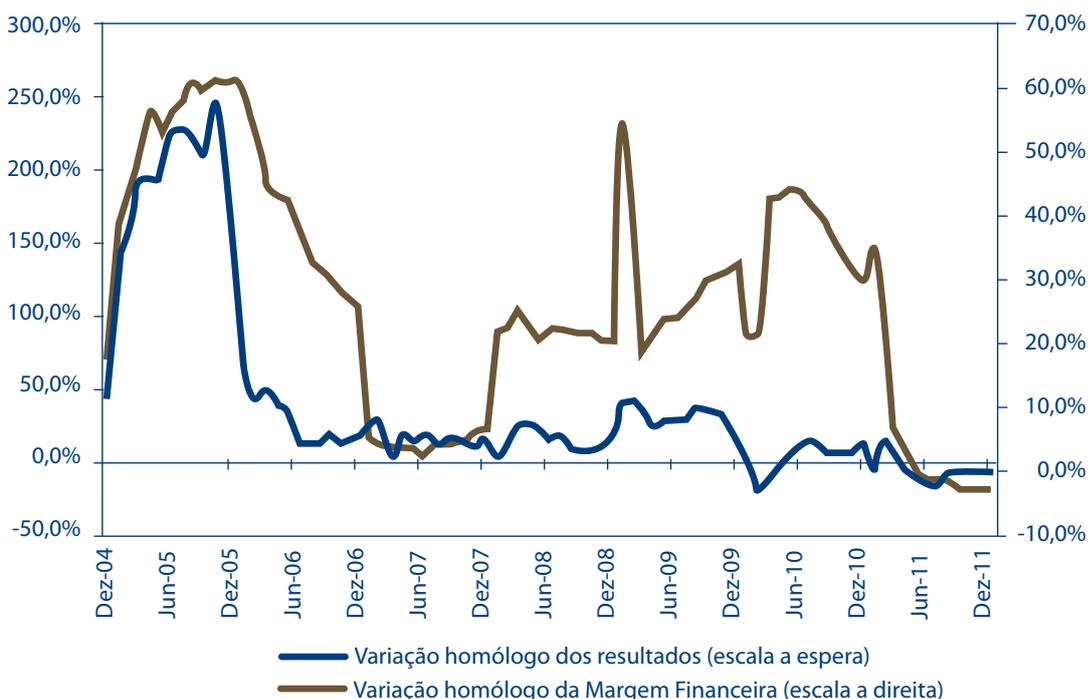
O gráfico 10 revela que em 2012 o rácio de alavancagem flutuou entre 8,1 % e 9,7 %, tendo alcançado novamente o pico atingido em Junho/11 (9,7 %). Em Dezembro de 2012 o rácio de alavancagem fixou-se em 8,9 % contra 8,6 % registados em Dezembro de 2011. Estas cifras situaram-se em níveis superiores aos mínimos estabelecidos por algumas entidades supervisoras de acordo com os princípios do acordo Basileia II Pilar II, como por exemplo, a Swiss Financial Market Supervisory Authority (FINMA) que definiu o mínimo de 3,0 % para as contas consolidadas e 4,0 % para as contas individuais, os Estados Unidos usam o mínimo de 3,0 % para bancos classificados como “strongs” e para todos outros bancos usam o mínimo de 3,0 % e outros países da SADC usam ainda 6,0 % e 7,0 %.

Em geral, os elevados níveis de capitalização evidenciados pelo rácio de solvabilidade e por outros indicadores de adequação de capital revelam que o sistema bancário continuou sólido e estável. Adicionalmente, a predominância de instituições com rácio de solvabilidade acima de 8 %, incluindo grandes bancos, confere ao sistema bancário, maior capacidade para acomodar perdas de magnitude significativa sobre o balanço e a conta de resultados, assegurando a sua função de intermediação financeira.

3.3. Rendibilidade

Os resultados do sistema bancário em base consolidada registaram um decréscimo de 10,52 % contrariando o cenário verificado em 2011, em que o mesmo registou um crescimento de 12,2 %.

Gráfico 11: **Variação homóloga dos resultados e da margem financeira**



A evolução homóloga da margem financeira indica que houve uma tendência de redução do crescimento em 2012, sendo que, desde Maio, as margens foram sempre inferiores às apuradas em 2011. Em comparação a Dezembro de 2011 registou-se um ligeiro decréscimo de 449.199 milhares de meticais, equivalentes a 3,5 %. Apesar desta redução, os dados revelam que a margem financeira continuou com um desempenho favorável em resultado dos elevados juros e proveitos similares fortemente influenciados pelos juros de créditos a clientes que, por seu turno, foram influenciados pela expansão da carteira de crédito.

As taxas de juro médias em relação as operações activas aplicadas ao público pelo sistema bancário reduziram de forma insignificante, tendo permanecido relativamente altas (21,38 %), quando em 2012 houve uma constante redução das taxas de cedência de liquidez pelo Banco de Moçambique, dos 15 % registados em Janeiro de 2012, as taxas de cedência de liquidez decresceram para 9,5 % em Dezembro de 2012.

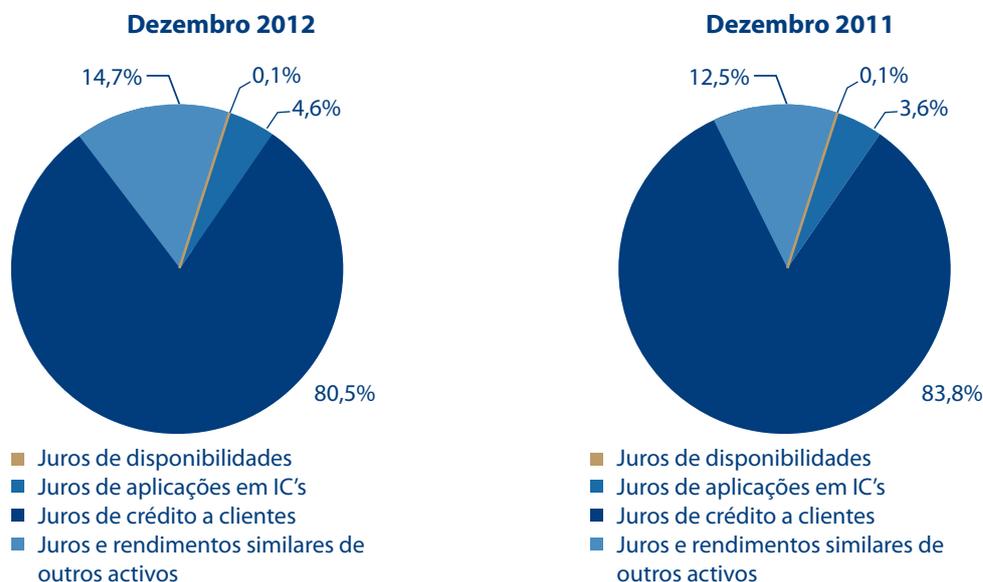
Os resultados cresceram à taxa cada vez mais inferiores relativamente às verificadas no período homólogo de 2011 (Gráfico 11). As comissões líquidas contribuíram significativamente para os resultados positivos, tendo crescido 21,5 % comparativamente a Dezembro de 2011, passando a representar 16,6 % do produto bancário contra 14,5 % registados em Dezembro de 2011.

A margem financeira (resultado da intermediação financeira) que concorre em 58,92 % para a formação do produto bancário é fortemente influenciada pelos juros de crédito aos clientes e tem o seu crescimento sustentado, principalmente, pela expansão da carteira de crédito. O diferencial entre as taxas de juro de operações activas e passivas ascendeu a uma média anual de 10,85 pontos percentuais em Dezembro de 2012.

Uma análise da evolução homóloga dos resultados revela que nos últimos dois anos os resultados do exercício cresceram à taxa bastante inferiores às registadas em 2010 (Gráfico 11). Este abrandamento está associado, em parte, à desaceleração no crescimento da margem financeira.

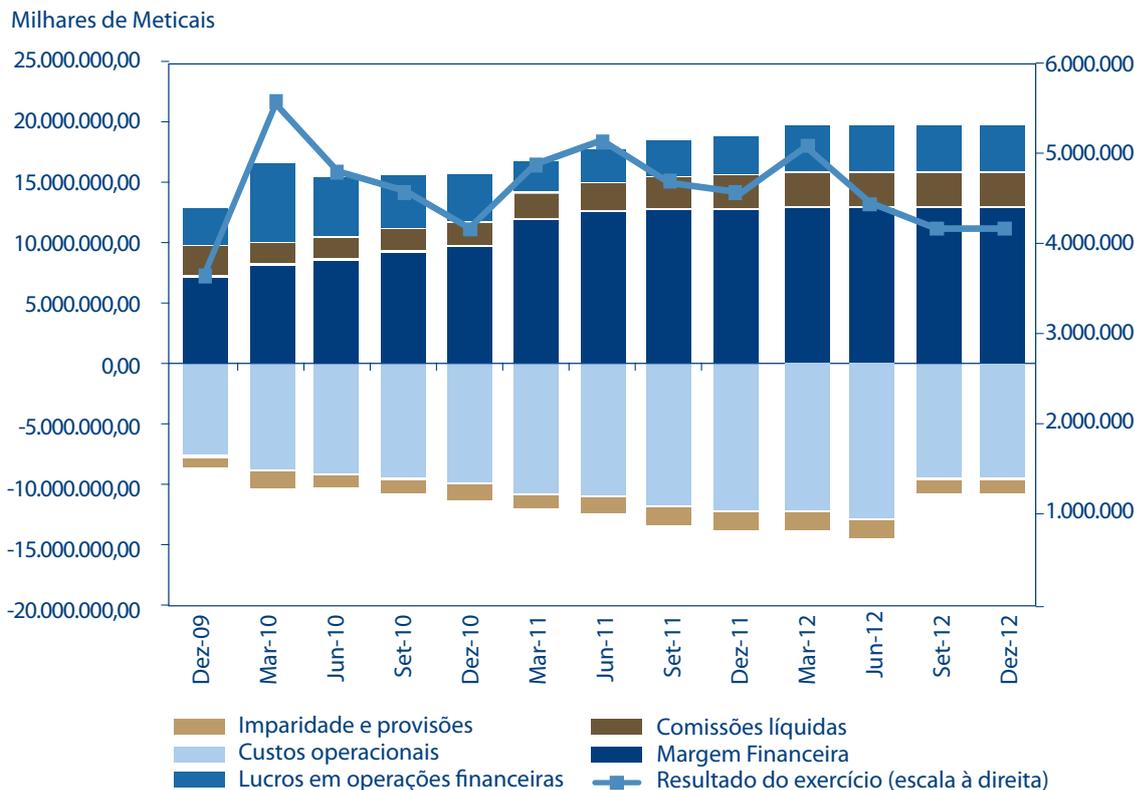
A estrutura dos juros e proveitos equiparados indica que os activos de maior risco na estrutura do balanço apresentaram maior contributo naquela estrutura. O crédito aos clientes é o activo produtivo com maior peso, embora tenha reduzido 3,3 pontos percentuais face a Dezembro de 2011 (Gráfico 12).

Gráfico 12: Estrutura dos juros e proveitos equiparados



Os juros e rendimentos de outros activos financeiros continuam a crescer tendo registado um aumento de 2,2 pontos percentuais em resultado do aumento dos Títulos de Dívida Pública moçambicana disponíveis para a venda, sendo que as restantes rubricas não exerceram influência significativa.

Gráfico 13: Composição da conta de resultados



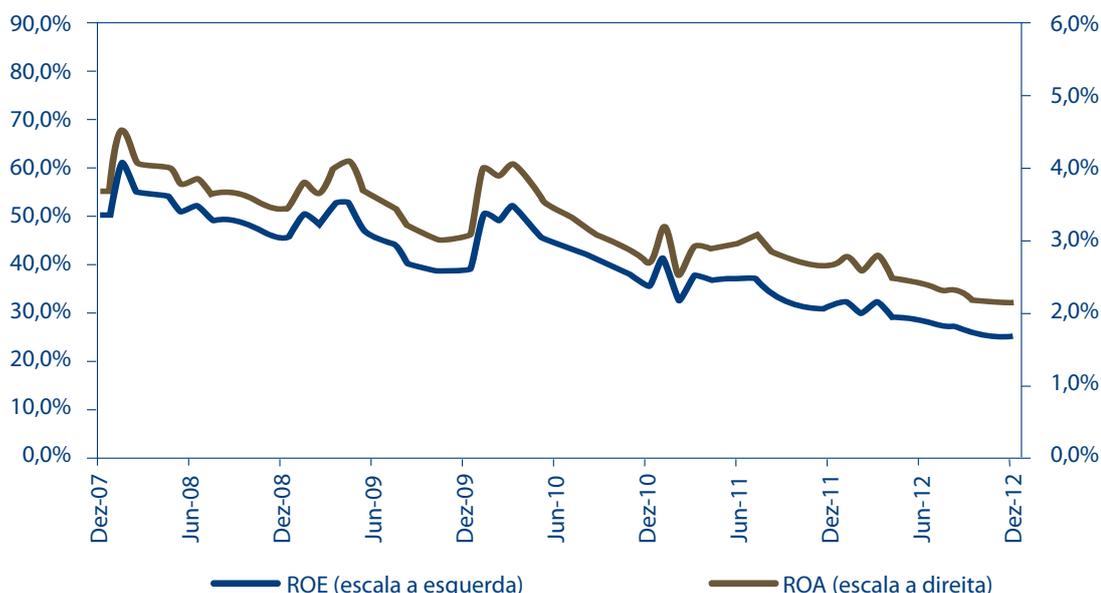
As comissões líquidas situaram-se em 3.511.900 milhares de meticais, representando um crescimento de 21,52 % face aos 2.890.038 milhares de meticais registados em Dezembro de 2011 (Gráfico 13). Esta evolução traduziu-se no aumento da sua contribuição na formação do produto bancário de 14,5 % em Dezembro de 2011 para 16,6 % em Dezembro de 2012 e resultou, essencialmente, de comissões por garantias e avales prestados, comissões por prestação de serviços bancários como transferência de valores, gestão de cartões e anuidades.

Os resultados em operações financeiras registaram um acréscimo de 18,48 % face a Dezembro de 2011. Refira-se que a depreciação do Metical face às moedas estrangeiras mais transaccionadas teve o maior contributo nesse aumento, permitindo as instituições realizarem ganhos cambiais decorrentes da reavaliação dessas moedas. Assim, a contribuição das operações financeiras no produto bancário cresceu de 17 % em Dezembro de 2011 para 19 % em finais de 2012.

A diminuição das taxas de crescimento dos resultados reflectiu-se nos indicadores de rentabilidade, mantendo assim a tendência descendente iniciada em Janeiro de 2008 e fixando-se em níveis baixos, como os alcançados em 2004. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) passou de 26,6 % em Dezembro de 2011, para 19,6 % em Dezembro de 2012. No mesmo período, a Rentabilidade do Activo Médio (ROA) passou de 2,5 % para 1,9 % (Gráfico 14).

Esta tendência de redução está relacionada com uma multiplicidade de factores, dos quais se destacam: (i) o abrandamento do crescimento da margem financeira; (ii) o aumento do volume do crédito vencido; (iii) a acumulação de prejuízos por parte de algumas instituições; e (iv) o crescimento acelerado dos custos operacionais resultantes da estratégia de expansão de vários bancos, caracterizada pela abertura de novas agências bancárias, facto que se tem traduzido no aumento de empregados no sector. O aumento dos capitais próprios por parte de algumas instituições também influenciou negativamente o ROE devido à tendência decrescente dos resultados, porém, ainda continuam em níveis confortáveis .

Gráfico 14 : **Rendibilidade**



A dispersão do nível do ROA no sistema continua relativamente elevada, pese embora no período em análise tenha reduzido ligeiramente (Gráfico 14). Nota-se melhorias em instituições cujo ROA situou-se afastada da média da indústria. O número de instituições com ROA acima da média do sistema cresceu para quatro em Dezembro de 2012 (inclui dois bancos de importância sistémica) contra duas apresentadas em 2011.

Em relação ao ROE, verifica-se igualmente que o grau de dispersão entre as instituições continuou alto, e um número considerado de instituições registou valores acima da média da indústria. Contudo, dez instituições apresentaram ROE's negativos. Refira-se que em algumas instituições, por apresentarem resultados negativos (quinze instituições) e fundos próprios negativos (sete instituições), o indicador ROE passou a apresentar sinal positivo (nas últimas sete instituições), todavia, em termos práticos as mesmas não foram rentáveis (Gráfico 14).

Gráfico 15: **Rendibilidade do Activo (mínimo, máximo, interquartile)**

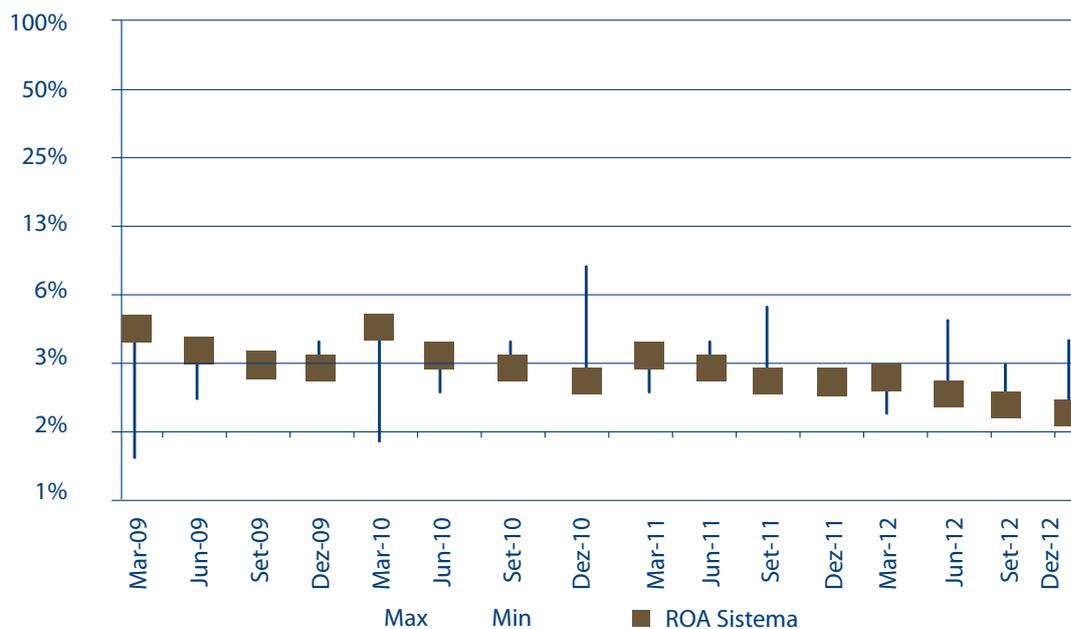
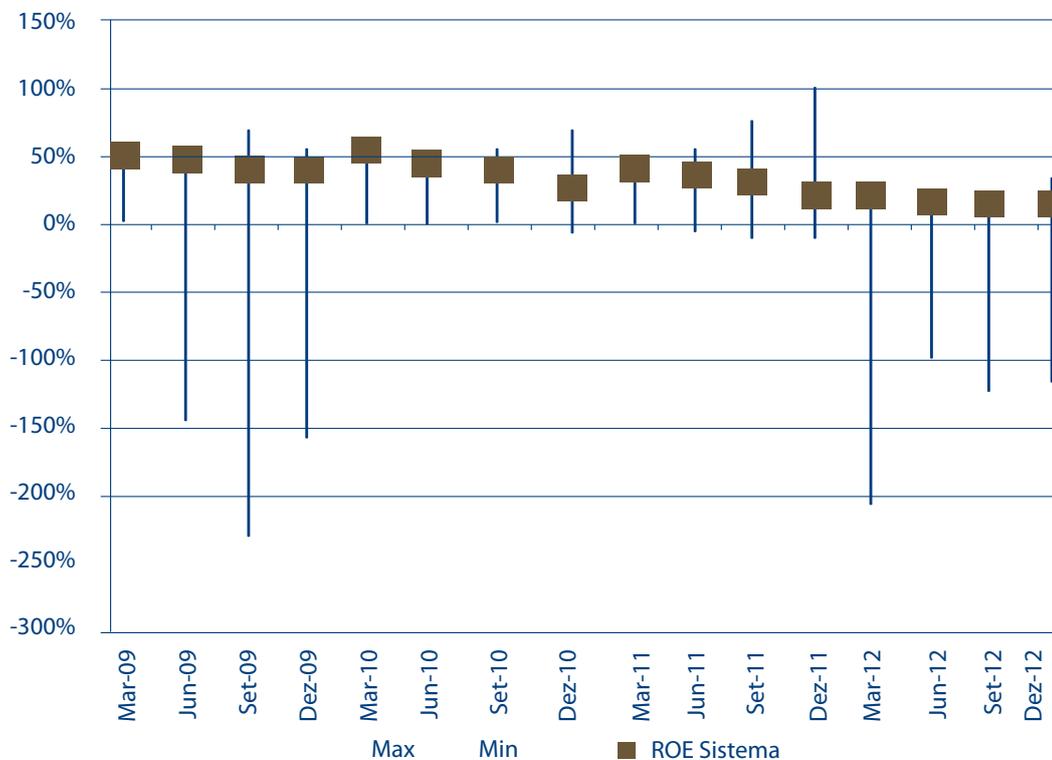


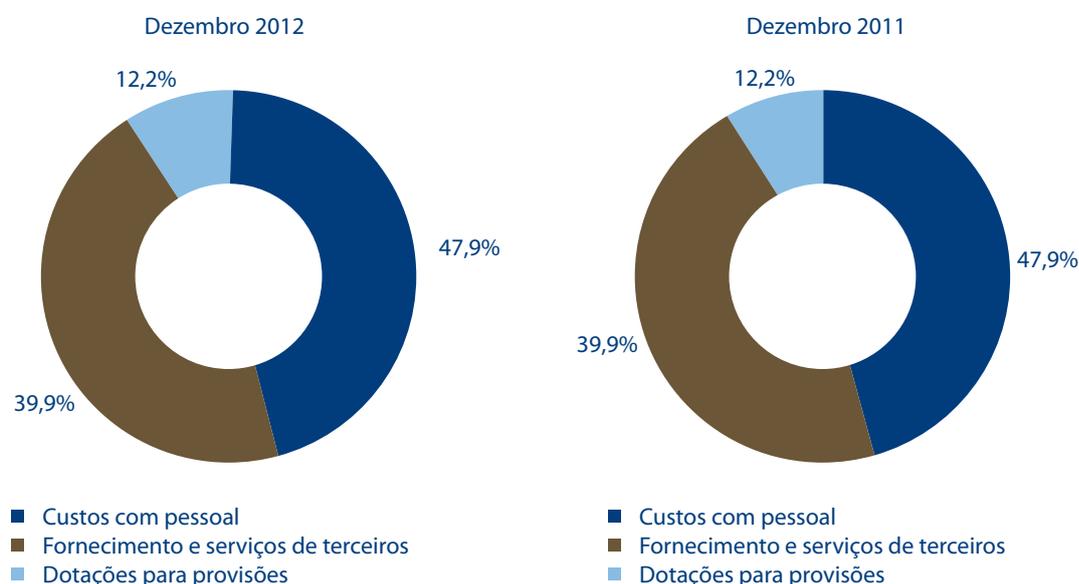
Gráfico 16: Rendibilidade dos Capitais Próprios (mínimo, máximo, interquartile)



Em 2012, os custos operacionais totalizaram 14.320.749 milhares de meticais, o que equivale a um aumento de 11,8 % face a Dezembro de 2011. A componente custos com pessoal foi a que registou maior aumento nos custos, sendo também a que maior peso representa na estrutura dos custos operacionais, com uma percentagem de 47,9 % contra 47,1 % em Dezembro de 2011. O peso de fornecimento e serviços de terceiros na estrutura dos custos operacionais continua a decrescer, tendo reduzido cerca de 3,5 pontos percentuais ao se fixar nos 39,9 % em Dezembro de 2012 contra 43,4 % registados em Dezembro de 2011.

A evolução das despesas com o pessoal em 19,13 % foi determinante para o crescimento dos custos operacionais. Este crescimento das despesas com pessoal é resultado dos aumentos registados na remuneração mensal dos empregados, subsídios, encargos com fundos de pensões e transferência de pessoal e outros custos, impulsionado, principalmente, pela abertura de novas agências por parte de algumas instituições. Os fornecimentos e serviços de terceiros que cresceram 7,52 % face a Dezembro de 2011 são representados na sua maioria por serviços especializados, conservação e reparação de activos, e rendas e alugueres, bem assim comunicações e marketing (Gráfico 17).

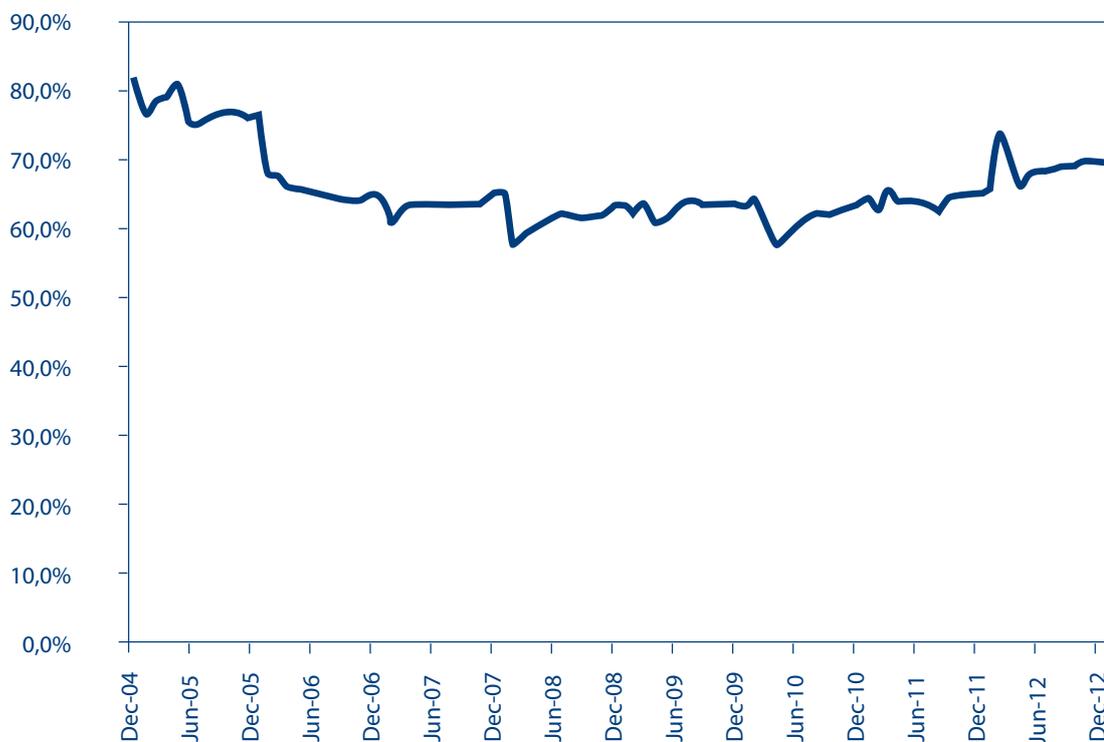
Gráfico 17: **Estrutura dos custos operacionais**



Em 2012 a trajectória do rácio custos operacionais-produto bancário (cost-to-income) manteve-se relativamente estável, porém registou um crescimento comparativamente às taxas registadas em 2011, tendo atingido o seu pico em Janeiro de 2012 ao ascender os 71,7 %, reduzindo gradualmente nos meses subsequentes, e se fixado em 66,1 % em Dezembro. As taxas registadas durante 2012 foram superiores às registadas nos últimos 5 anos, desde os 64,2 % atingidos em princípios de 2006, não mais voltou a se registar taxas elevadas, como as alcançadas em 2012 (Gráfico 18).

A distribuição do rácio cost-to-income pelas instituições de crédito revela que muitos bancos, incluindo um banco com representatividade sistémica, apresentam cifras superiores à média do sistema bancário, e poucos microbancos, cooperativas de crédito e microfinanças, apresentam rácio inferior à média do sistema. Esta situação em que se apresentam cifras superiores à média do sistema é resultante dos elevados custos com pessoal, influenciado pela expansão da actividade que inclui a abertura de novos balcões, novas contratações e aquisições de equipamentos que vão aumentando os custos com amortizações, e ainda, dos custos com prestação de serviços diversos.

Chart 18: Rácio de eficiência (cost-to-income ratio)



Refira-se que os elevados custos operacionais em que as diversas instituições têm incorrido fazendo com que as mesmas apresentem um rácio de eficiência elevado, não revelam necessariamente ineficiência por parte das mesmas. Para muitas delas constitui um investimento que lhes trará benefícios económicos futuros uma vez que estes custos tem a ver com a expansão da própria actividade bancária.



autor: **Conde** • técnica **Aquarela s/papel**,
dimensões: **43,5cm x 58cm** • ano: **1995**

SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS



autor: Aires • técnica: Óleo s/tela
dimensões: 82,5cm x 87cm • ano: 1962

4



1. Introdução

No âmbito das suas atribuições, o Departamento de Emissão e Sistemas de Pagamento (DEP) responsabiliza-se pelas funções de Emissão, monitoramento da Circulação Monetária e pela gestão do funcionamento do Sistema Nacional de Pagamentos (SNP), de forma a permitir que os instrumentos de pagamento sejam cada vez mais seguros, eficientes e compatíveis com a evolução do sistema financeiro.

Assim, no cumprimento das suas atribuições, foi elaborada a presente informação que aborda as seguintes matérias:

- Compensação de cheques e outros títulos compensáveis, dando ênfase ao desempenho do sistema financeiro e a sua dinâmica;
- Banca electrónica onde se analisa a evolução dos instrumentos electrónicos de pagamento, nomeadamente os cartões de débito e crédito, enfatizando a sua importância relativa no conjunto dos meios de pagamento na economia e a sua abrangência territorial;
- Evolução das contas bancárias;
- Os Sistemas de Transferência Electrónica de Fundos, com destaque para STF, subsistema que permite a transferência de recursos financeiros de e para o Estado, no âmbito da implementação do e-SISTAFE e o Metical em Tempo Real; e
- O Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Provisão.

1. Compensação Electrónica

1.1. Primeira Sessão

No período de Janeiro a Dezembro de 2012, foram compensados na primeira sessão do Subsistema de Compensação Electrónica (CEL), 2.598,9 mil documentos, no valor de 454.546,5 milhões de Meticais o que, em comparação com o ano anterior, corresponde a um crescimento de 4,4% e 11,3%, respectivamente.

Observa-se do Quadro 1 abaixo, que o crescimento registado no volume de documentos compensados foi influenciado pelo aumento, em cerca de 50%, da quantidade de Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI's), não obstante a redução em 2,1% do volume de cheques compensados no mesmo período. Em termos de valor, o crescimento deve-se ao aumento registado

Quadro 1: **Documentos compensados na CEL (Valores em 10⁶ de MT, Volume em 10³)**

	Dez - 11		Dez - 12		Variação (%)	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Total	2.490,5	408.232,4	2.598,9	454.546,5	4,4%	11,3%
Cheques	2.182,9	285.847,0	2.137,9	310.107,7	-2,1%	8,5%
TEI's	307,6	122.385,4	461,0	144.438,8	49,9%	18,0%

Fonte: *BM 2012*

tanto nos cheques (8,5%) como nas TEI's (18%).

Este aumento do volume de documentos compensados na CEL está associado ao aumento do nível de bancarização da economia bem assim a entrada, para este subsistema, de mais dois bancos comerciais, nos finais do ano 2011. Neste período, foram compensados na CEL cerca de 9,7 mil documentos por dia, dos quais 7,9 mil correspondem à média diária dos cheques e 1,7 mil à das TEI's. Em termos de valor, estes documentos correspondem a 1.689,8 milhões de Meticais por dia, sendo 1.152,8 milhões correspondentes aos cheques e 536,9 milhões às TEI's.

Em relação à concentração dos instrumentos que são processados na CEL, em termos de volume, os cheques tiveram um peso de 82,3% e as TEI's 17,7%, o que corresponde a 68,2% e 31,8% do valor compensado, respectivamente.

Em comparação com ano anterior, registou-se uma redução do peso dos cheques no volume de documentos compensados na ordem de 5,4% como consequência do aumento, na mesma proporção, do volume de TEI's compensadas no mesmo período. Esta redução corresponde a 1,8% do valor compensado, o que revela uma tendência de aumento do nível de preferência das TEI's em relação aos cheques, reflectindo os esforços do BM na modernização do Sistema Nacional de Pagamentos e promoção do uso de meios de pagamento electrónicos.

1.2. Segunda Sessão

No período em análise, na segunda sessão de compensação foram devolvidos 44.37 documentos, o que representa um crescimento de cerca de 47%, em comparação com igual período do ano anterior. Do total dos documentos, 65,5% foram devolvidos por falta ou insuficiência de provisão, o que representa um crescimento de 35% se comparado com igual período do ano anterior. O segundo maior motivo de devoluções foi a divergência e/ou insuficiência de assinaturas, com cerca de 10%, seguido de compensação indevida, com cerca de 7%, conforme mostra o Quadro 2 abaixo.

Quadro 2: **Estrutura das Devoluções na CEL por Motivos**

Código	Descrição do Código de devolução	Dez - 11		Dez - 12		Varição (%)
		Volume	Peso	Volume	Peso	Volume
11	Falta ou insuficiência de provisão	21.523,00	71,2%	29.066,00	65,5%	35,0%
12	Conta encerrada	394,00	1,3%	738,00	1,7%	87,3%
13	Conta Congelada	753,00	2,5%	1.112,00	2,5%	47,7%
14	Ordem escrita do emitente devidamente fundamentada	951,00	3,1%	1.319,00	3,0%	38,7%
15	Divergência e/ou Insuficiência na assinatura do emitente	2.986,00	9,9%	4.310,00	9,7%	44,3%
16	Compensação indevida	1.648,00	5,5%	3.008,00	6,8%	82,5%
17	Ausência ou irregularidade no carimbo de compensação	1,00	0,0%	6,00	0,0%	500,0%
18	Decorridos mais de seis meses sobre a data sobre o termos do prazo apresentação de pagamento	409,00	1,4%	856,00	1,9%	109,3%
51	Ordem de pagamento beneficiário não é cliente	-	0,0%	39,00	0,1%	-
52	Ordem de pagamento - divergência da conta e/ou nome do beneficiário	3,00	0,0%	270,00	0,6%	8900,0%
80	Falta de entrega do cheque	343,00	1,1%	1.428,00	3,2%	316,3%
81	Ficheiro lógico não processado	6,00	0,0%	7,00	0,0%	16,7%
82	CEL- Registo inconsistente	1.153,00	3,8%	1.799,00	4,1%	56,0%
83	CEL- Registo duplicado	48,00	0,2%	415,00	0,9%	764,6%
Total		30.218,00	100,0%	44.373,0	100,0%	46,8%

Fontes: BM 2012

Este aumento do volume de devoluções pode estar relacionado com a utilização indevida do cheque como instrumento de pagamento pois, no mesmo período, foram registados no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Provisão cerca de 4.709 clientes, representando um crescimento de 54%, comparativamente ao ano anterior.

2. Banca Electrónica

2.1. Liquidação de Operações Efectuadas nas Redes de Pagamento Electrónico de Retalho

As operações realizadas nas redes de pagamento electrónico de retalho que operam no país totalizaram, em 2012, 9.676,79 milhões de Meticais, sendo 8.321,15 milhões na rede VISA, 1.354,26 milhões na rede Ponto 24 e 1,38 milhões na SIMOrede. Estes dados revelam que a maior parte das transacções desta natureza ainda são realizadas predominantemente através da rede VISA, facto que se pretende que venha alterar com a entrada em funcionamento em pleno da SIMOrede.

De referir que a SIMOrede é uma rede de pagamentos electrónicos de retalho, pertencente à Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) cujo objectivo é a prestação de serviços permitidos às sociedades financeiras emitentes ou gestoras de cartões bancários. Ela foi lançada em fase piloto de produção a 27 de Setembro de 2012.

Até Dezembro de 2012, estavam ligados à Simorede 11 ATM cobrindo as cidades de Maputo, Matola, Beira, Tete, Nampula e Nacala e sete POS, localizados nas cidades de Maputo, Maxixe, Pemba e Quelimane.

2.2. Evolução dos Terminais de Pagamento

Até Dezembro de 2012, a quantidade de ATM instaladas no país era de 939 e os POS totalizavam 8.841, o que correspondente a um crescimento de 10,08% e 37,95%, respectivamente. Este crescimento deveu-se, fundamentalmente, ao aumento de investimentos na aquisição destes terminais de pagamento efectuados pela maioria dos bancos comerciais que operam no país.

Em termos de distribuição territorial, a Cidade e Província de Maputo concentram cerca de 47% das ATM (37,95% na Cidade e 8,85% na Província de Maputo), seguidas de Nampula com 9,59% e Sofala com 8,96%. Niassa é a Província com menos ATM, detendo apenas 2,77% dos ATM existentes, seguida de Manica com cerca de 3,73% e Cabo Delgado com cerca de 3,84%.

Relativamente aos terminais POS, a maior parte destes terminais concentra-se na Cidade e Província de Maputo, cerca de 63% (52,62% na Cidade e 10,6% na Província). A seguir está a Província de Sofala, com 9,31%, seguida de Nampula com 5,92%. Niassa é a Província com menos POS, detendo apenas 1,02%, como se pode observar no Quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Distribuição de ATM's e POS's por Província – Dezembro de 2012

Província	Nº de ATM's				Nº de POS's			
	Dez -11	Dez-12	Peso	Var (%)	Dez -11	Dez-12	Peso	Var (%)
Cidade de Maputo	317	356	37,95%	12,30%	3879	4652	52,62%	19,93%
Maputo	89	83	8,85%	-6,74%	564	937	10,60%	66,13%
Gaza	53	57	6,08%	7,55%	259	415	4,69%	60,23%
Inhambane	49	57	6,08%	16,33%	324	453	5,12%	39,81%
Sofala	76	84	8,96%	10,53%	502	823	9,31%	63,94%
Manica	34	35	3,73%	2,94%	136	216	2,44%	58,82%
Tete	53	61	6,50%	15,09%	170	361	4,08%	112,35%
Zambézia	45	53	5,65%	17,78%	104	193	2,18%	85,58%
Nampula	82	90	9,59%	9,76%	309	523	5,92%	69,26%
C. Delgado	29	36	3,84%	24,14%	93	178	2,01%	91,40%
Niassa	26	26	2,77%	0,00%	69	90	1,02%	30,43%
Total	853	938	100,00%	9,96%	6.409	8.841	100,00%	37,95%

Fontes: BM 2012

A expansão do número de terminais de pagamento, principalmente a nível das províncias, sugere uma tendência de aumento de cobertura da rede bancária no país, em resposta à maior demanda de serviços financeiros, principalmente no centro do país, derivada do aumento do investimento estrangeiro na área de exploração mineira e turismo.

Em termos de cartões de pagamento, até Dezembro de 2012, estavam em circulação no país cerca de 2.785,49 mil cartões dos quais cerca de 96% correspondem a cartões de débito, 3,4% a cartões de crédito e 0,6% a cartões pré-pagos. Este volume de cartões corresponde a um crescimento de cerca de 10,5%, em comparação com o ano anterior.

O quadro abaixo mostra o valor e volume médio transaccionado por cartão, em comparação com o ano anterior.

Quadro 4: Valor e volume médios por cartão

Período	Terminal	Qtd. de cartões (em milhões)	Valor (em milhões)	Valor médio cartão (em MT)	Volume de transacções (em milhões)	Volume médio cartão
Dez - 2011	ATM's	2,5	99.916,3	39.653,8	56,3	22,3
	POS		20.029,2	7.949,0	7,7	3,0
Dez - 2012	ATM's	2,8	118.192,3	42.431,4	66,1	23,7
	POS		21.261,5	7.632,9	21,3	7,6
Variação (%)	ATM's	10,5%	18,3%	7,0%	17,5%	6,3%
	POS		6,2%	-4,0%	177,7%	151,2%

Os dados do Quadro 4 acima, sugerem uma fraca utilização dos terminais POS pelos titulares dos cartões de pagamento, principalmente os de débito, pois, em 2012 foram realizadas nestes terminais, em média, apenas 7,6 transacções por cartão (correspondente a um valor médio de 7.632,9 MT por cartão), contra 23,7 realizadas nos ATM (correspondentes ao valor médio de 42.431,4 MT por cartão). Tendo em conta que cerca de 93% das transacções em ATM correspondem a levantamentos e apenas 7% a transferências e outros serviços, nota-se ainda uma forte preferência por liquidez, por parte dos titulares dos cartões de pagamento.

Este facto pode estar relacionado com o reduzido número de estabelecimentos comerciais com POS, a falta de confiança dos titulares dos cartões de pagamento nos meios electrónicos em geral e a reduzida literacia financeira por parte dos utentes destes terminais de pagamento, associada a questões culturais.

2.3. Serviço Financeiro Móveis

Em Setembro de 2011, entrou em produção o primeiro serviço financeiro móvel licenciado pelo BM, disponibilizado por uma instituição emitente de moeda electrónica, a operar no país.

Até Dezembro de 2012, existiam em todo o país 3.051 agentes, o que corresponde a um crescimento anual de 7,4%, em comparação com o ano anterior. A maior parte dos agentes (cerca de 65%) concentra-se no sul do país, tendo a Cidade de Maputo um peso de 39%. As regiões centro e norte do país concentram apenas 23% e 12% dos agentes, respectivamente.

Até Dezembro de 2012 estavam subscritos neste serviço 78.136 clientes, que realizaram, em 2012, 269.445 transacções com recurso a este serviço, com maior destaque para a compra de moeda electrónica – cash in (46,5%). Em comparação com o ano anterior, o número de transacções realizadas corresponde a um crescimento de cerca de 339%.

3. Evolução das Contas Bancárias

A quantidade de contas bancárias em moeda nacional passou de 2.031.442 em Dezembro de 2011 para 2.298.102 em Dezembro de 2012, o que representa um crescimento anual de 13,13%. Excluindo as subscrições aos serviços de moeda electrónica, o nível de bancarização da economia em 2012 situou-se em 22,1%, mais 2,37% em comparação com o ano de 2011. Este aumento do nível de bancarização da economia foi impulsionado pelo crescimento do número de contas em moeda nacional.

As contas em moeda estrangeira registaram um decréscimo de cerca de 12%, o que pode estar relacionado com a entrada em vigor, no segundo semestre de 2011, do Decreto 83/2010, de 31 de Dezembro, que regulamenta a nova Lei Cambial (Lei nº11/2009, de 11 de Março).

4. Sistemas de Transferência Electrónica de Fundos

4.1. Sistema de Transferência Electrónica de Fundos do Estado (STF)

O STF é um sistema de transferência de fundos do Estado, com a disponibilização de fundos na mesma data, gerido pelo BM, cujo objectivo é flexibilizar e dinamizar a transferência de fundos do Estado, no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

Quadro 5: **Evolução das contas bancárias**

Contas por Moeda	Dez - 11	Dez - 12	Peso (Excluindo MEL)		Peso (Incluindo MEL)		Var. Anual
			Dez - 11	Dez - 12	Dez - 11	Dez - 12	
Em Moeda Nacional (MN)	2.031.442	2.298.102	95,55%	96,49%	93,25%	93,43%	13,13%
Em Moeda Estrangeira (ME)	94.639	83.562	4,45%	3,51%	4,34%	3,40%	-11,70%
Em Moeda Electrónica (MEL) ²	52.519	78.136	-	-	2,41%	3,18%	48,78%
Sub-total Excluindo MEL	2.126.081	2.381.664	100,00%	100,00%	97,59%	96,82%	12,02%
Total	2.178.600	2.459.800	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	12,91%

Fontes: BM

O Estado instruiu, em 2012, 1.634.957 transferências em moeda nacional através do STF, correspondente a cerca de 139,9 mil milhões de Meticais. Estas cifras, representam um crescimento na ordem de 54,47% e 15,52%, respectivamente, se comparado com o ano anterior. Em termos de médias diárias, o volume de transferências efectuadas no período em análise corresponde a 6.078 transferências por dia, equivalente ao valor de 520,16 milhões de Meticais.

Em moeda estrangeira, o Estado efectuou 140 transferências em Euros, no valor de 89.482,88 mil Euros, o que corresponde a uma redução de 8,5% em volume e a um aumento de 12,47% em valor, comparativamente ao ano anterior. No mesmo período, foram efectuadas 690 transferências em dólares norte-americanos, no valor de 221.484,63 mil Dólares, correspondente a um aumento de 16,2% em termos de volume e a uma redução de 14% em valor, comparativamente ao ano anterior.

4.2. Metical em Tempo Real (MTR)

O MTR é subsistema de pagamentos operado e gerido pelo BM com o objectivo de habilitar um participante, ordenador, a transferir fundos a favor de um outro participante, destinatário, por bruto em tempo real, através de contas de liquidação mantidas no BM.

Em 2012, foram processadas no MTR 6.067 transferências, num valor total de 29.582,82 milhões de Meticais, equivalente a uma média de 4,8 milhões de Meticais por ordem de transferência. No ano anterior, foram processadas neste subsistema 1.460 ordens de pagamento, num valor total de 4.047,34 milhões de Meticais e equivalente a uma média de 2,77 milhões de Meticais por ordem de transferência. Estas cifras representam um crescimento, em 2012, na ordem de 316%, 631% e 76%, respectivamente. Este crescimento deve-se à entrada, no subsistema, de quatro novos bancos, elevando para sete o número total de participantes neste subsistema.

Tendo em conta que o MTR ainda está a operar em fase piloto de produção, espera-se que após a sua entrada em funcionamento pleno aumente o número de participantes e, conseqüentemente, o volume de ordens de pagamento processadas bem assim o seu valor.

² São consideradas como contas em Moeda Electrónica o número acumulado de subscrições efectuadas pelos clientes até 31 de Dezembro.

